



PLANÍCIA CIENTÍFICA

REVISTA DISCENTE

REVISTA DISCENTE
PLANÍCIE CIENTÍFICA
V.2, N.2, AGO./DEZ. 2020

REVISTA DISCENTE PLANÍCIE CIENTÍFICA

Revista do curso de Ciências Sociais do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense
V.2, N.2, Ago./Dez. 2020

Apoio Institucional

Laboratório de Estudos em Métodos e Pesquisas em Ciências Sociais
Universidade Federal Fluminense / Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional
Departamento de Ciências Sociais
Rua José do Patrocínio, n.º 71, Centro, Campos dos Goytacazes – RJ – CEP: 28010-385

EQUIPE TÉCNICA

Editores Executivos

Bruno dos Santos Azevedo
Rhuana de Oliveira Lima

Editoras Supervisoras

Gisele Maria Ribeiro de Almeida
Jacqueline da Silva Deolindo

Corpo Editorial

Allyne Mesquita de Oliveira
Anelize dos Santos Ribeiro
Haila Otilia Silva Flôr de Souza
Haline Alves de Medeiros Mesquita
Luiz Victor Pessoa de Barros Rufino
Vitória Marinho Wermelinger
Williams Moreira de Barros Luna

Periodicidade

Semestral

Contatos

E-mail:
revistaplaniciecientifica@gmail.com
Site: periodicos.uff.br/planiciecientifica

Revisão e Normalização de Referências

Emanuelle Moreira Machado
Humberto Fernandes
Jacqueline da Silva Deolindo

Diagramação

Bruno dos Santos Azevedo

Identidade Visual e Capa

Luiz Felipe Jordão Souza
Foto: Lucas Coelho

COMITÊ CIENTÍFICO

Prof. Dr. Carlos Eugênio Soares de Lemos
Universidade Federal Fluminense

Prof.ª Dr.ª Claudete Gomes Soares
Universidade Federal da Fronteira Sul

Esther de Souza Alferino
Universidade Estadual do Norte Fluminense

Prof. Dr. Flávio Lins Rodrigues
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof.ª Dr.ª Giuliana Franco Leal
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Guilherme Ferreira Vargues
Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Prof.ª Dr.ª María Del Carmen Villarreal Villamar
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof.ª Dr.ª Marta Mourão Kanashiro
Universidade Estadual de Campinas

Vanessa Marins Amado Henriques
Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

COMITÊ CONSULTIVO

Henrique Rodrigues Moreira
Universidade Federal Fluminense

Raquel dos Santos Duque
Universidade Federal de Juiz de Fora

PARECERISTAS *AD HOC*

O corpo editorial da Revista *Discente Planície Científica* agradece a todas e todos que colaboraram com a emissão de pareceres a fim de nos auxiliar na escolha e na editoração dos trabalhos que compõem esta edição. Com exceção dos *Ficcionalis* e *Resumos de Monografia*, todos os trabalhos passaram por avaliação *duplo-cego*.

Andréa Lúcia da Silva de Paiva
Universidade Federal Fluminense

Arildo dos Santos Amaral
Universidade Federal Fluminense

Carlos Roger Sales da Ponte
Universidade Federal do Ceará

Daniel Pereira Rocha
Universidade Federal da Bahia

Elton Corrêa de Borba
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Íris Nery do Carmo
Faculdade Unyleya

Jacqueline da Silva Deolindo
Universidade Federal Fluminense

Liliane Luz Alves
Centro Universitário Inta

Luciane Barbosa de Souza
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Marcos Nogueira Milner
Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

Maria Elaene Rodrigues Alves
Universidade de Brasília

Taciana Uecker
Universidade Federal de Santa Maria

Thaís Nascimento Cordeiro
Centro Universitário Fluminense

Vagner Silva Ramos Filho
Universidade Estadual de Campinas

ATÉ 2021!*Bruno dos Santos Azevedo¹**Rhuana de Oliveira Lima²*

O turbulento ano de 2020 está terminando, mas não seu principal evento: a pandemia de COVID-19. Já é a segunda edição que lançamos em modalidade remota e, dessa vez, em meio às aulas. Enfrentando todo tipo de obstáculos, chegamos até aqui e seguimos em frente, com muita dedicação e trabalho coletivo, pelo objetivo fundamental de fortalecer nosso querido instrumento de divulgação e defesa da ciência.

Nada está normal, mas não poderíamos quebrar nossa série de grandes edições e deixar de realizar a nossa contribuição à divulgação científica neste momento em que ela é mais do que fundamental. Nesta edição, compreendendo os limites que a situação mundial nos impõe, decidimos por lançar menos textos, sem perder o rigor e a qualidade dos trabalhos, que sempre foi marca de nossas publicações.

Esse é o segundo número do segundo volume da nossa Revista, que iniciou suas atividades em 2019. Com textos de graduandos e recém-graduados de três diferentes regiões do Brasil, mantivemos a abrangência interestadual característica de nosso periódico. Foram 8 instituições de ensino superior contempladas com publicações de seus membros nesta edição.

O artigo especial não poderia ser mais atual: a professora Thais Nascimento nos proporcionou a honra de publicar “Meus planos e a pandemia de 2020: pensando uma série de memes pela internet”, texto de muita relevância e fácil leitura, no qual a autora faz uma análise de famosos memes “Meus planos *versus* 2020” e seu papel na comunicação interpessoal em tempos de pandemia.

Na edição passada, publicamos uma entrevista abordando psicologia e pandemia, nos preocupando em refletir sobre as consequências do isolamento social e principalmente como isso afeta alunos que estão em constante pressão para manter sua produção acadêmica. Na edição atual, nossa entrevista foi com a professora da rede pública do RJ e doutora em Ciência Política pela UFF, Flávia Mendes e seu aluno do ensino médio Hugo Silva. Nossa conversa

1 Bacharel e Licenciando em Ciências Sociais e Editor Executivo da Revista Discente Planície Científica no Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense - ESR/UFF
2 Bacharelanda em Ciências Sociais e Editora Executiva da Revista Discente Planície Científica no Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense - ESR/UFF

envolveu a docência na pandemia, os desafios de se manter empenhado nas tarefas e a experiência de aprender e ensinar através do ensino remoto.

Essa talvez tenha sido a edição mais difícil da jovem história da nossa revista. Foi com muita dedicação e amor à ciência que, juntos, todas e todos nós do corpo editorial realizamos mais esse belo trabalho. Agradecemos a cada uma e cada um que compõe nossa equipe de editores, às sempre presentes professoras supervisoras Gisele Almeida e Jacqueline Deolindo, às revisoras, revisores, avaliadoras e avaliadores e a todas as autoras e todos os autores que confiaram no nosso trabalho e contribuíram com grandes produções.

Em memória de todas e todos que nos deixaram neste ano tão turbulento, é com muito orgulho que lançamos o 2º número do 2º volume da Revista Discente Planície Científica! Desejamos que aproveitem a leitura e tenham um ótimo 2021!

Vida longa à Planície Científica!

MEUS PLANOS E A PANDEMIA DE 2020: PENSANDO UMA SÉRIE DE MEMES DE INTERNET¹

MIS PLANES Y LA PANDEMIA 2020: PENSANDO EN UNA SERIE DE MEMES DE INTERNET

MY PLANS AND THE 2020 PANDEMIC: THINKING ABOUT A SERIES OF INTERNET MEMES

Thais Nascimento Cordeiro²

Resumo: Neste artigo, pretende-se discutir o papel dos memes de internet na comunicação interpessoal em termos de pandemia de covid-19 através da análise de uma série de variações dos memes que trazem um comparativo imagético de “meus planos” *versus* “2020”. Para tal, foram selecionados memes cujas imagens, retiradas de séries e filmes da cultura pop, exigem um certo letramento digital para que sejam compreendidas. Sua relação interdiscursiva com produtos culturais e seus fãs nas redes acontece por meio do consumo de humor, sociabilidade e interação, além de um potencial desdobramento narrativo e participação popular nos debates políticos e de relevância social.

Palavras-chave: Memes. Memes de internet. Cultura digital. Letramento digital.

Abstract: In this article, it is intended to discuss the role of internet memes in interpersonal communication in terms of the covid-19 pandemic through the analysis of a series of meme variations that bring an image comparison of “my plans” *versus* “2020”. To this purpose, some memes were selected whose images, taken from pop culture series and films, require a certain digital literacy in order to be understood. Their interdiscursive relationship with cultural products and their fans on the networks happens through the consumption of humor, sociability and interaction, in addition to a potential for narrative unfolding and popular participation in political and social relevance debates.

Key words: Memes. Internet memes. Digital culture. Digital literacy.

Resumen: En este artículo, pretendemos discutir el papel de los memes de Internet en la comunicación interpersonal en términos de la pandemia del covid-19 a través del análisis de una serie de variaciones de memes que traen una comparación de imágenes de “mis planes” *versus* “2020”. Para ello, se seleccionaron memes cuyas imágenes, extraídas de series y películas de cultura pop, requieren una cierta alfabetización digital para ser entendidas. Su relación interdiscursiva con los productos culturales y sus fans en las redes pasa por el consumo del humor, la sociabilidad y la interacción, además de un potencial de despliegue narrativo y participación popular en debates políticos y de relevancia social.

Palabra clave: Memes. Memes De Internet. Cultura Digital. Alfabetización Digital.

1 A primeira versão deste artigo foi apresentada oralmente no 13º Simpósio da ABCiber 2020, que ocorreu virtualmente.

2 Mestre em Sociologia e Antropologia com ênfase em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora do Centro Universitário Fluminense – UNIFLU. nascimentoth@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8930039960051607>

INTRODUÇÃO

Se você, caro leitor, utiliza redes sociais, provavelmente já se deparou com algum meme comparando os planos que a pessoa fez para 2020 com as mudanças inesperadas que o novo ano nos trouxe. Quando, no último *réveillon*, fazíamos planos para o ano vindouro, não imaginávamos que eles seriam solapados por uma pandemia global, que tem levado pessoas a perderem seus trabalhos e suas vidas. Para lidar com as atuais circunstâncias, as incertezas e as mudanças de rotina trazidas pelo novo coronavírus sars-cov-2, usuários de redes sociais têm criado e/ou compartilhado memes, seguindo o dito popular “rir para não chorar”.

O conceito de meme surgiu antes da era digital, cunhado em 1976 pelo biólogo Richard Dawkins, que o pensou como o equivalente cultural ao replicador biológico, o gene. Essas pequenas unidades culturais seriam imitadas e copiadas de pessoa para pessoa, difundindo-se gradualmente, assim como os genes carregam informações de um corpo a outro levando heranças genéticas no processo de evolução (SHIFMAN, 2019; ZANETTE et al, 2019; INOCENCIO, 2017). A proposta de Dawkins é de que, analogamente, haveria uma “herança social, que se replicaria de uma mente a outras por meio da imitação, como comportamentos, valores, hábitos e senso de moda” (INOCENCIO, 2017, p.3).

O que Dawkins desconhecia é que o antropólogo Marcel Mauss escreveu em 1934 um importante texto intitulado *As Técnicas do Corpo*, publicado pela primeira vez em 1936. Nesse texto, ele engendra o conceito de imitação prestigiosa, um ato que ele explica como sendo um elemento social, biológico e psicológico ao mesmo tempo. Trata-se da ação de imitar atos e movimentos corporais bem-sucedidos que uma criança viu ser efetuados por pessoas nas quais confia e que têm autoridade sobre ela, sem que necessariamente tenha havido uma intenção educativa de ensinar tais atos a essa criança (MAUSS, 2003). O conceito cunhado por Dawkins, entretanto, foi reapropriado na era digital para falar de outro fenômeno e deu origem à Teoria Memética.

Para chegar ao nome “meme”, Dawkins quis encontrar uma palavra que se relacionasse à sua analogia genética representando uma unidade de imitação ou de transmissão cultural. Foi no termo de origem grega *mimeme* que ele encontrou tal vinculação, já que a palavra significa imitação ou memória, e a encurtou para que ela soasse mais parecido com gene, surgindo assim a palavra meme (INOCENCIO, 2017). Os memes, então, passaram de versão cultural dos genes biológicos, que podem ser disseminados de uma pessoa para outra, para complexos artefatos cheios de significados culturais e referências populares.

Para Filha et al. (2019, p. 62) “os memes de internet configuram-se como gêneros discursivos híbridos que são compartilhados em aplicativos de mensagens e redes sociais, caracterizados pela leitura rápida, criatividade e dinamismo do espaço virtual”. Podemos defini-los, portanto, como grupos de conteúdos digitais criados pelas pessoas em forma de textos, vídeos ou imagens que compartilham certas características comunicativas (SHIFMAN, 2019), geralmente de forma jocosa.

[...] um atributo central dos memes de internet é a produção de diferentes versões a partir de um objeto inicial, versões essas que são criadas pelos usuários e articuladas como paródias, remixes ou mashups, circulados principalmente nas interfaces cognitivas flexíveis, plásticas e adaptáveis das plataformas de redes sociais (INOCENCIO, 2017, p. 6).

Na última década, os memes de internet se tornaram um dos modos mais influentes de comunicação no planeta (SHIFMAN, 2019). A internet vem tornando a propagação de memes um processo onipresente: memes se espalham mais rapidamente e para um alcance maior de redes digitais. Entretanto, Shifman (2019) diz que a lógica da cultura participativa, na qual os conteúdos são gerados por muitos participantes, reverbera perfeitamente com o conceito inicial de Dawkins de memes como pequenas unidades que vão do micro para o nível social macro.

O crescente interesse acadêmico nos memes de internet refletem uma percepção dominante de que eles são importantes, pois são modos de expressão que possuem um significativo poder econômico, social e político. Econômico porque nas sociedades contemporâneas um dos recursos mais valiosos é a atenção humana, e a formulação de memes é benéfica nessas economias. Shifman (2019) explica que memes como “*NoMakeUpSelfie*” ou o “Desafio do Balde de Gelo” arrecadaram grandes quantias de dinheiro em campanhas solidárias.³

Para compreender o papel dos memes de internet na comunicação interpessoal durante o estado de excepcionalidade que vivenciamos com a pandemia, será analisada uma série de variações dos memes que trazem um comparativo imagético de “meus planos” *versus* “2020”, numa paródia do meme “expectativa *versus* realidade”. O meme se tornou popular no *Twitter* em maio de 2020 e é composto por imagens associadas aos planos que as pessoas tinham para 2020 e como tais planos foram frustrados pela pandemia de um vírus altamente transmissível e a consequente necessidade de isolamento social a fim de evitar o alastramento da doença.

3 Saiba mais em <https://www1.tecnoblog.net/meiobit/2016/ice-bucket-challenge-arrecadou-o-bastante-para-pesquisa-genetica-desafio-do-balde-de-gelo-ajudou-a-identificar-o-gene-nekl-da-als/>. Acesso em: 21 dez. 2020.

MEMES E LETRAMENTO DIGITAL

Filha et al. (2019) explicam que as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) conectadas à internet geraram novos espaços públicos de interação e comunicação entre as pessoas, espaços nos quais propagam-se também novos gêneros discursivos como os memes de internet, que são disseminados com rapidez nos espaços virtuais. Vivemos numa era hiper-memética que, como explica Shifman (2013), gera uma comunicação digital centrada na circulação de cópias e derivados orientada pelo usuário. Esta lógica predomina na comunicação online exigindo habilidades e competências dos usuários para a leitura e compreensão dos artefatos digitais que circulam. Os memes podem ser considerados

textos que acompanham a dinâmica das Tecnologias da Informação e Comunicação; apresentam uma grande variedade de estilos, organização estrutural e uma versatilidade inerentes às textualidades da esfera digital; pressupõem uma leitura crítica e contextualmente embasada (FILHA et. al., 2019, p. 71).

Shifman (2019) explica que memes podem ser visuais ou verbais, usados com objetivos diferentes, mas todos eles possuem em comum uma estrutura de similaridade com variação. No caso dos memes pensados neste artigo, a estrutura que se repete é o uso de duas imagens postas lado a lado, uma relacionada às palavras “meus planos” e a outra ao ano “2020”. A regra é usar ambas as imagens retiradas de um mesmo programa – seja ele um filme, uma série ou um *reality show* –, sendo a imagem da esquerda a de algum personagem do programa selecionado, que possuía um sonho ou um plano para o futuro, este frustrado pelo personagem ou situação da imagem posta à direita, representando o ano de 2020. Existe, portanto, uma clara identificação das imagens da esquerda com os planos feitos pelos usuários de internet para 2020, enquanto as imagens da direita representam a frustração ou adiamento indeterminado de tais planos pelo isolamento social e quarentena voluntária decorrentes da inesperada pandemia. Por seu padrão estético típico, Zanette et al. (2019) consideram que o meme é um objeto provocador: geralmente se configuram como a justaposição de uma imagem com uma legenda escrita, ambas podendo ser editadas e modificadas para a transmissão, contendo “uma mensagem irônica, politicamente incorreta e às vezes grotesca” (ZANETTE et al., 2019, p. 159).

A primeira vez em que me deparei com um meme da série “Meus planos”, precisei perguntar à pessoa que o postou qual era o significado, pois, embora eu tivesse entendido que se tratava de uma crítica às mudanças ocorridas nos planos de toda a população mundial em virtude da pandemia, eu desconhecia a série que o meme tomava como referência. Isso me fez

pensar imediatamente que me faltava o repertório cultural necessário à compreensão daquele meme específico, já que essas imagens, retiradas de séries e filmes da cultura pop, exigem um certo letramento digital para que sejam compreendidas (INOCENCIO, 2017; VIEGAS, 2018; SHIFMAN, 2019).

[...] um repertório é uma peça crucial do processo comunicativo. Os repertórios referem-se ao conhecimento e às referências históricas, geográficas, afetivas, profissionais, artísticas, científicas, místicas e religiosas, entre outras, que são vividas pelos indivíduos ao longo de suas vidas. Essa rede de referências e conhecimentos constitui a bagagem cultural dos indivíduos, também referida como seu repertório. No entanto, essa rede varia de comunidade para comunidade. É possível dizer que diferentes comunidades criam repertórios diferentes (ZANETTE et al., 2019, p. 161).

Almeida e Alves (2020), em artigo recente, discutem a importância e necessidade do letramento digital na educação no contexto de isolamento social que vivemos em virtude da pandemia de COVID-19. As autoras explicam que o distanciamento social gerou uma necessidade ainda maior do que jamais houve de se apropriar das tecnologias digitais, o que torna essencial para o usuário ter esse letramento digital para realizar práticas de leitura e escrita em diferentes dispositivos tecnológicos a fim de estudar, trabalhar, comunicar-se ou produzir conteúdo (como os memes) no ciberespaço.

Se apropriar, nesse sentido, refere-se à própria capacidade de entender e usar a informação disponível em rede de maneira crítica. Para isso, é necessário transcender a abordagem utilitarista, predominante, focada exclusivamente no desenvolvimento de habilidades operacionais no uso das tecnologias digitais, para dar espaço a uma abordagem que promova uma atuação crítica e ativa dos sujeitos no ciberespaço. (ALMEIDA; ALVES, 2020, p. 2)

Ao analisar os usos de diferentes plataformas digitais por escolas e universidades durante a pandemia, Almeida e Alves (2020) ressaltam que as práticas de letramento deixam de ser apenas orais e escritas para dialogar com outros gêneros como o visual, o sonoro e o espacial, de forma que o usuário precisa desenvolver outros tipos de letramento, como o digital. Assim, elas sistematizam as definições de letramento digital que encontram na literatura acadêmica para cunhar duas categorias teóricas ou vertentes do letramento digital: o modelo autônomo de letramento digital e o modelo ideológico de letramento digital.

O modelo autônomo de letramento digital tem sua ênfase no uso das ferramentas tecnológicas, excluindo o contexto histórico e sociocultural das práticas de letramento, enquanto o modelo ideológico de letramento digital se fundamenta nas habilidades e competências cognitivas associadas às práticas de leitura e de escrita na tela, interpretando-a como uma prática

social culturalmente constituída. O conceito de letramento digital ideológico define também letramento digital como “a capacidade de construir sentidos aos diferentes âmbitos semióticos, com ênfase no pensamento crítico, na produção e no compartilhamento da informação disponível em rede” (ALMEIDA; ALVES, 2020, p.8). As autoras utilizam essa última vertente do letramento digital para ressaltar que as tecnologias digitais permitem aos usuários tornarem-se sujeitos na produção e distribuição de conteúdos, de forma que “as práticas de letramento digital passam a ser mais participativas, colaborativas e distributivas” (ALMEIDA; ALVES, 2020, p.8), o que em nosso caso nos permite refletir sobre a criação, distribuição e circulação dos memes de internet.

Luana Inocencio (2017) realiza em seu artigo uma revisão bibliográfica acerca da teoria memética, apresentando os principais autores que discutem o tema. A autora alega que os estudos sobre memes abordam “seu potencial de letramento digital, enquanto um artefato da cultura contemporânea que interliga conteúdos e saberes das mais diversas áreas” (INOCENCIO, 2017, p. 10-11). Os memes possuem uma relação interdiscursiva com produtos culturais e seus fãs nas redes por meio do consumo de humor, sociabilidade e interação, além de um potencial de desdobramento narrativo. Através dos memes, ocorre a participação popular nos debates políticos e de relevância social (ZANETTE et al., 2019; INOCENCIO, 2017), de modo que estudar esse fenômeno digital se faz importante para apreender como as pessoas entendem e interpretam o mundo no contexto da pandemia. Inocencio (2017, p. 11) explica que “a interpretação de uma única versão pode exigir referências contínuas a um universo próprio (inclusive aquele apreendido a partir do universo diegético de um produto da cultura pop) para que possa ser compreendido o seu conteúdo”. É preciso desenvolver uma série de competências cognitivas para interpretar os memes, sem as quais o usuário de internet não é capaz de compreendê-lo. No nosso caso, entender que os planos das pessoas para 2020 foram adiados devido à necessidade de isolamento social e também conhecer os produtos da cultura pop que estão sendo referenciados.

Aliás, tais competências cognitivas não são importantes apenas para interpretá-los, mas também para criar os memes. O conhecimento dos acontecimentos da vida real e dos produtos midiáticos, especialmente da cultura pop, são as principais matérias-primas para se fabricar memes de internet.

Os gêneros discursivos vistos no espaço virtual são marcados pela capacidade criativa dos sujeitos que navegam pelo ciberespaço. [...] Sujeitos interconectados são capazes de transformar notícias diárias, fatos cotidianos, cenas de filmes, novelas, séries ou conversas informais em memes que aguçam a imaginação dos usuários da

rede, seja provocando o riso ou problematizando questões sociais, políticas, econômicas etc. (FILHA et al., 2019, p. 62).

Ao discutir os memes de internet como um novo gênero discursivo, Filha, Anecleto e Sacramento (2019) defendem que o ensino da interpretação crítica dos memes pode fazer parte das aulas de Língua Portuguesa na Educação Básica, já que o professor deve atuar para contribuir com a leitura crítica e reflexiva dessas novas textualidades. Justificam que o letramento crítico tem a premissa de formar sujeitos críticos, capazes de avaliar os pressupostos e as inferências de formas distintas de pensar e agir, entretanto, é necessário que os professores se adaptem aos novos discursos digitais, sendo orientados nas competências necessárias à introdução dos memes na vida escolar.

O Letramento Crítico pode ser entendido como um projeto de leitura de mundo conectado aos novos formatos culturais de usar a linguagem na contemporaneidade. No processo do ato crítico de ler, a leitura visa reconhecer a linguagem como uma prática sociocultural. A educação, por sua vez, neste entender, tem a tarefa de atuar para o desenvolvimento da consciência crítica dos sujeitos na interpretação de mundo. (FILHA et al., 2019, p. 70).

Embora exijam letramentos próprios e se constituam um tipo de gênero discursivo, os memes não eliminaram as formas tradicionais de comunicação. Kobayashi (2019, p. 921-922) chama a atenção para o fato de que “os gêneros discursivos no meio digital incorporaram características de outros gêneros, de maneira a adaptar-se a esse novo suporte, sem fazer com que aqueles deixassem de existir”. Por isso, Filha et al. (2019, p. 70) argumentam que “as aulas de Língua Portuguesa precisam se constituir em espaços de presença, leitura e estudo dos mais variados textos, desde os cânones aos mais recentes”, incluindo os memes de internet.

As autoras defendem ainda que os sentidos implícitos e explícitos dos memes de internet precisam ser entendidos enquanto enunciados portadores de discursos e valores sociais. “O criador dos memes manifesta no texto seus posicionamentos discursivos, relacionados a aspectos sociais, culturais e históricos que são materializados através de linguagem multimodal e multissemiótica” (FILHA et al., 2019, p. 64).

É importante mencionar que, enquanto “gênero discursivo, os memes de internet passam por processos como motivação, criação e compartilhamento” (FILHA et al., 2019, p. 68) e é sua capacidade de espalhamento e replicação, criando memes a partir de memes originais, que compõe uma das características essenciais dos memes. Essas características destacadas por Recuero (2007) – também presente em Inocencio (2017) e Kobayashi (2019) - são a sua

longevidade, ou seja, quanto tempo um meme é capaz de permanecer circulando na internet; a sua fecundidade ou capacidade de replicar-se e gerar outros memes; a fidelidade das cópias, que devem se parecer com o meme original; e seu alcance, ou a distância que os memes percorrem nos conjuntos de redes interconectadas de interação social dos indivíduos. Recuero (2007) explica que essa lista de características foi cunhada, a princípio, por Dawkins sem considerar a importância do alcance dos memes. A jornalista classifica os memes como locais ou globais, a depender da distância de seu alcance, sendo os globais mais passíveis de compreensão por pessoas em todo o mundo, enquanto os locais possuem referências restritas a grupos menores na rede, de modo que são compreendidos somente por quem faz parte desses grupos.

Para ilustrar o que estamos discutindo, consideremos os memes a seguir (Figura 1):

Figura 1 – Memes Meus Planos



Fonte: Reproduzido do site <https://knowyourmeme.com/>

Nos exemplos acima vemos três memes globais que utilizam referências de filmes de alcance global. O primeiro deles é considerado o meme de origem da série "meus planos". De acordo com o site "*Know Your Meme*"⁴, que pretende traçar a origem dos vários memes que

⁴ Disponível em <https://knowyourmeme.com/>. Acesso em: 21 dez. 2020.

circulam na web, este meme foi publicado pela primeira vez em seu formato "Meus Planos / 2020" no dia 15 de maio de 2020 no *Twitter* pelo usuário @throughfilms e ganhou mais de 200 curtidas em quatro dias. As imagens foram retiradas do filme "Joias Brutas" lançado em 2019, mostrando no primeiro plano à esquerda o agiota Arno, que desde o começo do filme está cobrando um empréstimo de cem mil dólares ao viciado em jogo Howard Ratner, mostrado no quadro à direita. O desenrolar do filme vai deixando Arno em más situações até a culminância em consequência dos atos de Howard Ratner que, além de não recuperar o dinheiro emprestado, leva Arno a perder a vida por causa do protagonista.

O segundo meme retrata personagens do filme "O Diabo veste Prada". Vemos na imagem à esquerda a assistente Emily Charlton, que trabalha para Miranda, editora de uma influente revista de moda, e esperava ansiosamente para um evento em Paris, a semana de moda que ocorria anualmente. Miranda convida a nova funcionária, Andrea "Andy" Sachs, que é mostrada na imagem à direita, para viajar com ela a Paris e Andy aceita – mesmo que ela não ansiasse da mesma forma por ele e nem compreendesse o evento como Emily. Como se não fosse suficiente tomar o lugar de Emily, esta se distrai ao receber uma ligação de Andy comunicando que ela não irá mais para Paris e é atropelada, indo parar no hospital.

O terceiro tem a saga *Star Wars* como referência, estando à esquerda os planos representados pelas crianças que treinavam no templo *Jedi* e, à direita, o personagem Anakin Skywalker, que mata todos no templo *Jedi* ao ceder ao lado sombrio da força. O que descrevo aqui pode parecer muito óbvio a quem conhece *Star Wars*, *O Diabo veste Prada* ou *Joias Brutas*, mas quem nunca viu os filmes não será capaz de interpretar os memes, pois "o leitor precisa ter certo conhecimento prévio para poder compreender a ideia que o meme deseja comunicar e, muitas vezes, essa comunicação vem com uma perspectiva semiótica" (VIEGAS, 2018, p. 24).

Assim, quando a pessoa tem o repertório dos filmes supracitados, ela compreende a referência que é feita entre a pandemia de coronavírus e os acontecimentos dramáticos das obras midiáticas usadas. Nos exemplos mostrados acima, 2020 é comparado ao viciado em jogo que te deve dinheiro e, além de não te pagar, te conduz à morte; à nova funcionária que toma seu lugar no evento para o qual você se preparou o ano inteiro e ainda causa seu atropelamento ao dar essa notícia; e ao vilão que você achava que era um aliado, mas invade o templo *jedi* e mata todos os que ali treinavam para alcançar um objetivo. Essas comparações nada mais são que deslocamentos do sentido das cenas dos filmes para uma nova circunstância – a pandemia que criou a necessidade de isolamento social e consequente impossibilidade de rea-

lização dos planos que cada um de nós tinha, tal qual os personagens representados à esquerda dos memes (KOBAYASHI, 2019).

Este padrão do uso de capturas de tela de filmes e séries para representar os dois momentos no meme, torna-o profundamente capaz de se replicar mantendo sempre a fidelidade ao modelo original do meme, já que varia pouco, utilizando a mesma fórmula - de mostrar as expectativas para 2020 e um personagem ou situação que destruiu tais planos - mudando apenas o filme ou série referenciado. Já sua longevidade está sujeita à duração da quarentena no ano de 2020, bem como à identificação do usuário com os personagens representados, visto que o compartilhamento de todo meme depende “das intenções comunicativas dos sujeitos e do fluxo de informações no ciberespaço” (FILHA ET AL, 2019, p. 64).

As autoras defendem que um meme precisa ser entendido enquanto enunciado portador de discursos sociais e valores, que seriam as crenças orientadoras dos atores sociais sobre o preferível. Através dos memes criados, compartilhados e curtidos pelos internautas, eles pensam e constroem noções a respeito do que é bom ou ruim, desejável ou condenável (SHIFMAN, 2019). Eles são parte do cotidiano dos usuários da web e um meio através do qual a sociedade se informa e se comunica. “Os memes acabam sendo, inclusive, uma forma de comunicação e de expressão contemporânea, porque é possível manter conversas utilizando somente memes” (VIEGAS, 2018, p. 21).

Filha et al. (2019) ressaltam a importância da funcionalidade comunicativa do meme, pois ao criar, comentar ou compartilhá-lo na rede, “os indivíduos têm oportunidade de agir discursivamente, expondo suas concepções, participando de debates e formação de opinião pública através de múltiplas linguagens” (FILHA et al, 2019, p. 68). Para Recuero (2009 apud FILHA et al, 2019) os memes são um capital social na medida em que seus compartilhamentos são motivados, direta ou indiretamente, por um valor associado a um grupo. Isto porque, estamos divididos em grupos, mesmo nas redes. Ao espalhar essas imagens, as pessoas acreditam estar fazendo algo positivo, que deixará contente quem recebeu a mensagem. Marina Bruno (2020, p. 211) resalta a importância da identificação com o humor do conteúdo midiático – como um meme – para que ele seja compartilhado: “Se o grupo ao qual pertencemos gera um conteúdo que me agrada, então aquilo me faz rir. Mas se o conteúdo foi gerado por uma comunidade da qual eu não me identifico, aquilo passa a não ter graça nenhuma.” Há, portanto, a intenção de construir ou aprofundar um laço social, que é explicado por Recuero (2007) pela necessidade de capital social.

Shifman (2019) explora a possibilidade de alguns valores serem intrínsecos aos memes de internet enquanto formas de comunicação, independentemente de seu conteúdo. A autora argumenta que os memes constroem dois tipos de valores: os evidentes, que são expressos através do conteúdo dos memes, e os secretos, que são intrínsecos aos memes de internet enquanto formas comunicativas.

CRÍTICA SOCIAL E HUMOR NOS MEMES

Filha et al (2019) preconizam que imagens aparentemente despreziosas podem gerar diálogos através das redes, mas isso depende do grau de letramento digital dos usuários, como já mencionado. Segunda Viegas (2018, p. 30), “a internet é um ambiente capaz de mediar o processo de aprendizagem e facilitar a interação social entre grupos. Os memes acabam participando desses processos também, sejam como críticas sociais veladas ou apenas humor”. Isto porque “nem sempre o humor espera como resposta o riso. Pode-se encontrar nele uma poderosa ferramenta de reflexão. Das charges às notícias, o tom de crítica pode existir e fazer refletir” (BRUNO, 2020, p. 211).

Kobayashi (2019) e Inocencio (2017) ressaltam para ser um meme, a imagem ou vídeo deve ser reinterpretada e modificada antes de ser compartilhada, pois o meme possui “um deslocamento de sentido para outro contexto ou situação, seja por meio da transposição e/ou do diálogo entre textos, imagens ou ideologias, seja por meio da assimilação do conteúdo em outro contexto” (KOBAYASHI, 2019, p. 929). Esse autor discute a propagação e retenção dos memes nas redes sociais, analisando alguns exemplos de memes brasileiros e suas possíveis chaves de interpretação de humor. O fato de serem engraçados estimularia as pessoas a distribuir e consumir um meme pois, assim como uma piada é engraçada porque “quebra” a expectativa de quem a ouve, também “os memes constroem uma relação de equivalência entre as ações, gerando uma quebra de script [...], o que justificaria, por um lado, sua produção com maiores níveis de concorrência e, por outro, a distribuição e o consumo com maiores chances de seleção (KOBAYASHI, 2019, p. 932).

O autor resalta, ainda, que, a partir do conteúdo replicado pelo meme, os diversos enunciados anteriores se transformam em replicadores que tornam complexa a cadeia na qual está inserido, ou seja, “o Meme possui um valor responsivo e dialógico para com o texto-fonte ao qual se relaciona” (KOBAYASHI, 2019, p. 934).

Analisando memes da pandemia de COVID-19, Werneck (2020) analisa como a jocidade dos memes é utilizada como operador da crítica social e política. O autor observa que

mesmo em situações de comoção social devido a tragédias, a partir do momento em que é possível estabelecer alguma rotina, abre-se também algum espaço para a jocosidade. Também defende que o humor geralmente está relacionado à circulação da crítica. Para ele, a utilização da jocosidade como registro crítico se dá ao reduzir uma situação à condição do ridículo, efetivando a crítica como uma ideia a ser aceita sem uma profunda avaliação, mas fundada na criatividade e no humor. A vantagem da crítica jocosa, para Werneck (2020), é que o observador a constrói por meio da redução ao ridículo, sem a necessidade de sustentá-la através de provas e argumentos lógicos. Werneck (2020) diz, ainda, que a forma como se coordenam os elementos de uma crítica jocosa desempenha um papel importante para que ela seja efetiva, devido ao processo de ridicularização do objeto da crítica, que tem sua grandeza reduzida ao nível do absurdo pitoresco. Em nosso caso, a grandeza de uma pandemia que, até o dia 16 de junho de 2020, contava quase 45 mil mortos no Brasil, é reduzida aos infortúnios dos programas televisivos de entretenimento.

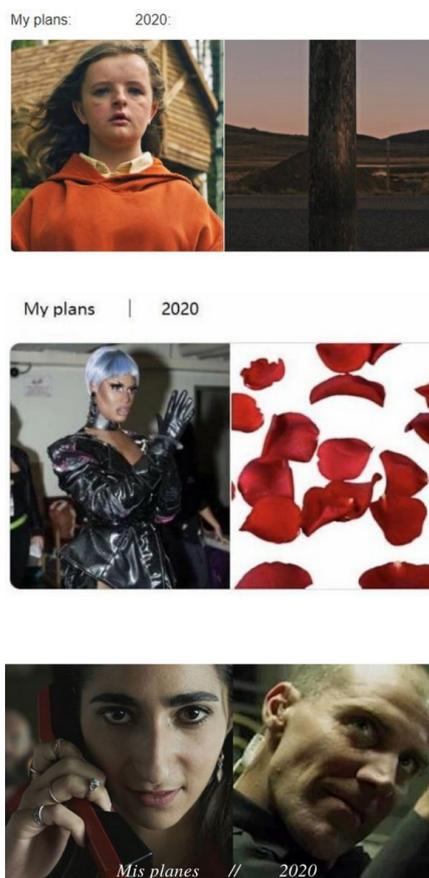
Assim, sobre os memes a respeito da pandemia, o autor julga que “as piadas representam tentativas dos atores de lidar com a ruptura da rotina promovida pela doença, inicialmente compreendida como algo misterioso e distante, oriundo da China e ainda a ser entendido” (WERNECK, 2020, p. 3). Ele faz uma análise das diferenças dos memes de fevereiro de 2020, quando o Brasil registrou o primeiro caso da doença, e dos surgidos quando o país iniciou as medidas de isolamento e quarentena em domicílio, em meados de março de 2020, classificando os memes elaborados sobre a pandemia em quatro tipos, de acordo com os alvos de suas críticas: ações do(s) governo(s); nossos próprios comportamentos (e os dos outros); a nova rotina; e os próprios discursos sobre a pandemia, trazendo em seu trabalho uma breve análise de cada um dos tipos de piadas meméticas.

Os memes “meus planos x 2020” pertencem à categoria werneckiana dos que ridicularizam a nova rotina, no sentido de ser uma situação que desorganiza a vida (e os planos) de todos. “A crítica não é ao isolamento em si, mas à desrotinização e em parte a eventuais baixas solidariedade e resiliência das pessoas. Ela parece propor a aceitação de um sofrimento inevitável (por um bem maior) e uma lógica do ‘rir para não chorar’”. (WERNECK, 2020, p. 9). É dessa forma que

[...] a crítica se beneficia da rotinização do debate sobre as medidas tomada como elemento da jocosidade: [...] a forma-piada, segundo a qual o par setup (definição da situação normal) e punchline (virada da situação pela revelação do elemento de mudança que a torna cômica) desvela a graça por mostrar como o mundo mudou, com o ingresso de um elemento absurdo, imprevisto. (WERNECK, 2020, p. 11).

Os memes “meus planos” não possuem *punchline* em forma de frase, portanto exigem certo letramento digital e de séries, filmes e *reality shows* para que a piada possa ser interpretada e compreendida. Para Kobayashi (2019, p. 933) “o deslocamento de contexto e do conteúdo pode ser, também, um desencadeador humorístico do Meme que remete diretamente ao texto-fonte”. Tomemos, portanto, mais três memes desta categoria expostos na figura 2 para pensarmos a *punchline* das piadas.

Figura 2 – Memes com *punchline*



Fonte: Reproduzido do site <https://knowyourmeme.com/>

Quem assistiu ao filme de terror “Hereditário” entende imediatamente o significado do primeiro meme. Confesso que não gosto de filmes de terror e precisei da ajuda dos universitários para compreendê-lo. Literalmente. Levei vários memes para a aula remota com minhas turmas de Antropologia na qual discutimos uma bibliografia sobre memes e confessei minha ignorância de repertório para compreender o primeiro meme do exemplo. Os alunos me explicaram que esta personagem morre no início do filme degolada pelo poste, ao colocar a cabeça

para fora de um veículo em movimento. Decidi acreditar neles e continuar feliz sem assistir ao filme de terror.

O segundo meme tem imagens retiradas de um *reality show* chamado *Ru Paul's Drag Race*, uma competição de *drag queens* que teve a grande final em sua 9ª temporada, disputada entre Shea Couleé (na imagem à esquerda) e Sasha Velour. Durante o programa, Sasha venceu dois episódios e não disputou nenhuma eliminação, enquanto Shea venceu quatro e precisou disputar a eliminação uma vez. Na final, Sasha venceu após uma performance na qual espalhou pétalas de rosas pelo palco ao retirar a peruca. Daí a imagem da direita serem simplesmente as pétalas.

O terceiro meme segue os critérios observados em toda a série “meus planos”, com dois personagens da série espanhola *La Casa de Papel*, que se tornou mundialmente famosa através da plataforma de *streaming Netflix*. À esquerda vemos a personagem Nairóbi na clássica cena da primeira temporada em que ela afirma “que comece o matriarcado” ao assumir o comando do assalto em torno do qual gira o enredo. À direita vemos Gandía, personagem que é um dos vilões da terceira temporada e que mata Nairóbi.

A *punchline* dos memes apresentados está justamente nas entrelinhas, no conhecimento a respeito das reviravoltas ocorridas nas séries, filmes ou programas que deve ter quem lê o meme. Tais reviravoltas são sempre acontecimentos vistos como trágicos pelos internautas que criam e/ou compartilham esses memes. Seu aspecto de humor está na equiparação da quarentena voluntária devido à pandemia com essas reviravoltas, reduzindo ao ridículo as orientações de ficar em casa ao colocá-la no mesmo nível de um personagem de filme de terror morrendo tragicamente.

Viegas (2018) compara os criadores de memes aos cartunistas, posto que ambos usam o humor gráfico para retratar de forma crítica aspectos do cotidiano da sociedade. A autora diz que memes e cartuns são similares tanto pelo conteúdo quanto pela forma, pois se apresentam em tirinhas de quadrinhos ou apenas uma imagem, defendendo ainda que pode ocorrer de uma pessoa não perceber a ironia ou a piada devido à falta de letramento para interpretação de um determinado meme, acreditando, assim, “que o absurdo lido é uma realidade, quando é apenas escárnio” (VIEGAS, 2018, p. 68).

O caráter provocador dos memes é ao mesmo tempo uma forma de fazer humor e críticas. “O meme carrega repertórios diferentes, os quais são modificados pela intertextualidade e se tornam objetos provocadores quando esses repertórios são usados em vários contextos vernaculares” (ZANETTE et al., 2019, p. 162). No caso dos memes “meus planos”, as compara-

ções foram apontadas por Werneck (2020) como uma crítica à desrotinização e não à quarentena em si. Todos os planos feitos pelos personagens memetizados – como o sonho de vencer a 9ª temporada da competição de drag queens, seguindo o exemplo 2 da última figura – são como os planos de viagens, festas, cursos, enfim, planos de vida que os cidadãos do mundo fizeram para 2020 e foram frustrados pelas pétalas da alteração drástica de rotina. Tanto que memes deste tipo só começaram a surgir em março de 2020, indicando o período aproximado de identificação dos primeiros casos de COVID-19 nas Américas e início da quarentena em vários países americanos – como o Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os memes de internet se configuram como gêneros discursivos híbridos que são compartilhados em aplicativos de mensagens e redes sociais. São objetos que envolvem a leitura rápida, a criatividade e o dinamismo do espaço virtual, permitindo a crítica da realidade social de uma forma bem-humorada, caso o leitor tenha o repertório necessário para interpretação dos elementos que compõem o meme. Isso exige um tipo diversificado de letramento digital envolvendo conhecimentos múltiplos de séries, filmes, personagens históricos, programas televisivos, literatura, ciência, além de conhecimentos sobre a realidade social em termos políticos, econômicos e culturais.

Discutimos neste trabalho especificamente uma série de memes intitulados “meus planos x 2020” que fazem uma crítica às drásticas mudanças de rotina decorrentes do isolamento social exigido no combate à pandemia de COVID-19. Através do humor, que reduz ao absurdo a gravidade do momento e das recomendações de isolamento social, comparando a quebra de rotina para evitar a contaminação e morte das pessoas pelo coronavírus aos infortúnios ocorridos em séries, filmes e programas televisivos, tais memes trazem uma crítica social que só pode ser compreendida por quem conhece as referências utilizadas. Também a piada só faz sentido quando quem lê o meme conhece tanto a situação de isolamento social que estamos vivenciando quanto as referências midiáticas utilizadas no meme. A *punchline* da piada está justamente nas reviravoltas que ocorrem na vida dos personagens fictícios utilizados.

A compreensão dessas críticas e da piada dos memes “meus planos x 2020” exige dos usuários um letramento digital que permite conhecer as referências e ter as habilidades cognitivas para associar tais referências aos acontecimentos da vida cotidiana. O letramento digital dá ao usuário as ferramentas para que ele interprete os memes como textos que não trazem apenas humor, mas que carregam nesse humor uma crítica à sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Beatriz Oliveira; ALVES, Lynn Rosalina Gama. Letramento digital em tempos de COVID-19: uma análise da educação no contexto atual. **Debates em Educação**, Maceió, v. 12, n. 28, 2020. Disponível em <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/10282/pdf>. Acesso em: 29 jul. 2020.

BRUNO, Marina Lima. Humor como fonte de informação no programa "Greg News". **Revista Científica Multidisciplinar UNIFLU**, Campos dos Goytacazes, v. 4, n. 1, 2019. Disponível em <http://www.revistas.uniflu.edu.br:8088/seer/ojs-3.0.2/index.php/multidisciplinar/article/view/201>. Acesso em: 29 jul. 2020.

FILHA, Isnalda Berger de Figueiredo Alves; ANECLETO, Úrsula Cunha; SACRAMENTO, Ivana Carla Oliveira. Memes de internet, ação discursiva e letramento crítico na esfera pública digital. **Revista ComSertões**, Salvador, v. 7, n. 1, p. 57-72, 2019.

INOCENCIO, Luana. May the memes be with you: uma análise das teorias dos memes digitais. SIMPÓSIO DE PESQUISADORES EM CIBERCULTURA, 9., 2017, São Paulo. **Anais do IX ABCiber**. São Paulo: ABCiber, 2017.

KOBAYASHI, Sergio Mikio. Memes no meio digital: um olhar teórico sobre sua propagação nas redes sociais. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 48, n. 2, p. 919-935, 2019.

MAUSS, Marcel. As Técnicas do Corpo. In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

RECUERO, Raquel da Cunha. Memes em weblogs: proposta de uma taxonomia. **Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia**, Porto Alegre, n. 32, abril, p. 23-31, 2007.

SHIFMAN, Limor. Internet Memes and the Twofold Articulation of Values. In: GRAHAM, Mark & DUTTON, William H.(eds). **Society and the Internet: How Networks of Information and Communication are Changing Our Lives**. Oxford: Oxford University, 2019. p. 43-57.

SHIFMAN, Limor. Memes in a digital world: Reconciling with a conceptual troublemaker. **Journal of Computer-Mediated Communication**, v. 18, n. 3, p. 362-377, 2013.

VIEGAS, Gabrielle Senna. **Agora só existe na minha memória: o ciclo de vida dos memes**. 2018. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Biblioteconomia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/189718/001087660.pdf?sequence=1>. Acesso em: 22 abr. 2020.

WERNECK, Alexandre. Graça em tempos de desgraça? A jocosidade como operador da crítica nos memes na pandemia. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**. Rio de Janeiro, p. 1-16, abr. 2020.

ZANETTE, Maria Carolina; BLIKSTEIN, Izidoro; VISCONTI, Luca M. Viralidade intertextual e repertórios vernaculares: Memes da internet como objetos conectando diferentes mundos on-line. **Revista de Administração de Empresas**, v. 59, n. 3, p. 157-169, 2019.

A DOCÊNCIA EM TEMPOS DE PANDEMIA E ENSINO REMOTO

ENTREVISTA COM FLÁVIA MENDES E HUGO SILVA, PROFESSORA E ALUNO DO ENSINO MÉDIO EM CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ

Rhuana de Oliveira Lima¹

A pandemia da COVID-19 desencadeou diversos desafios para todos os setores do Brasil e do mundo. Na expectativa de reduzir a contaminação pelo vírus, os líderes governamentais impuseram medidas para evitar aglomerações, sendo o distanciamento social indicado como uma das principais prevenções à doença até que outras saídas fossem encontradas. No setor da Educação, houve o fechamento de escolas e universidades públicas e privadas, interrompendo, assim, o calendário escolar. Segundo dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), devido às restrições impostas pela pandemia, mais de 95% dos alunos matriculados da América Latina e do Caribe estão temporariamente fora da escola.² No Brasil, em diversas instituições implantou-se o ensino remoto para manter o ano escolar, e ferramentas como aulas on-line e materiais digitais ou via correio agora fazem parte da vida do professor e do aluno. Porém, tal medida escancarou desigualdades já existentes, mas pouco enfrentadas ou debatidas socialmente, como a falta de acesso à internet. Segundo reportagem da repórter Mariana Tokarnia, da Agência Brasil, publicada em 17 de maio de 2020, a pesquisa “*TIC Kids Online 2019*”, promovida pela UNICEF, constatou que 17% dos brasileiros entre 9 e 17 anos não têm acesso à internet em casa. Esse número corresponde a quase 5 milhões de crianças e adolescentes.³ Interessante mencionar, ainda que não contabilizado, que é sabido que muitos professores nos cantões deste país também não têm acesso ou têm acesso restrito, por diversos motivos, às novas tecnologias.

Mas há ainda, outros problemas relacionados à questão pandemia e educação. Por exemplo, nas escolas públicas brasileiras é distribuído o material didático de graça, mas durante a este ano, devido à crise sanitária, tal ação foi feita com falhas, pois em algumas instituições não houve cadastramento dos alunos, que, assim, não receberam esses recursos.

1 Bacharelada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense, no Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional - ESR

2 “Covid-19: Mais de 95% das crianças estão fora da escola na América Latina e no Caribe, estima o UNICEF” *UNICEF Brasil*. 23 mar. 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/covid-19-mais-de-95-por-cento-das-criancas-fora-da-escola-na-america-latina-e-caribe> Acesso em: 29 dez. 2020.

3 TOKARNIA, Mariana. “Brasil tem 4,8 milhões de crianças e adolescentes sem internet em casa” *Agência Brasil*. 17 mai. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.abc.com.br/educacao/noticia/2020-05/brasil-tem-48-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-sem-internet-em-casa> Acesso em: 28 dez. 2020.

Além disso, as escolas, que oferecem, normalmente, refeições como café da manhã, almoço e, em alguns casos, jantar, não podendo receber alunos por conta do distanciamento social, fariam a distribuição de merenda através de entrega de quentinhas, o que ainda não foi posto em prática, apesar das promessas do governo. Nesse contexto, muitos pais que já passavam por problemas financeiros e que tiveram sua situação agravada pela pandemia viram sua renda diminuir. As refeições feitas nas escolas, que já ajudavam diversas famílias de classe baixa, se tornaram essenciais durante esse ano de crise sanitária.

Compreendemos a educação como um pilar essencial de qualquer nação, sendo, assim, merecedora toda atenção e investimento para que se realize com qualidade e sem desigualdade. Com isso, escolhemos abordar a educação no período de pandemia a partir de dois vieses, entrevistando Flávia Mendes Ferreira, que é professora de Sociologia da rede estadual de ensino do Rio de Janeiro e doutora em Ciência Política pela UFF, e Hugo do Carmo Silva, seu aluno do Ensino Médio da cidade de Campos dos Goytacazes - RJ. Os convidados poderiam responder as questões que se sentissem à vontade. A entrevista foi realizada por *e-mail* entre 23 e 24 de dezembro de 2020.⁴

RHUANA LIMA: *Qual o sentido do trabalho docente para você?*

FLÁVIA MENDES: Eu penso educação com uma perspectiva de liberdade, de emancipação. Como Paulo Freire colocava, uma educação que faça o aluno se compreender como sujeito social, se entender no mundo. Então é muito diferente de pensar educação direcionada para formar mão-de-obra para o mercado de trabalho, ou direcionada para provas como ENEM, vestibulares e concursos. É claro que eu quero que os meus alunos tenham sucesso nessas avaliações e ocupem os espaços da universidade pública, por exemplo, e eu incentivo isso, mas mais que isso, eu penso a minha profissão, e faz sentido eu me enxergar educadora, quando penso a prática da liberdade, do indivíduo pensar e poder inclusive ser livre para sonhar. Muitos alunos, marcados pelas inúmeras violências que sofrem ao longo da vida, por causa da cor, da classe, do gênero, do pouco capital cultural da família, se limitam até mesmo nos sonhos. Educação como prática da liberdade é importante para isso também, estimular a liberdade no outro.

RL: *Quais são os maiores ganhos da profissão?*

⁴ Os colchetes indicam intervenção dos editores de modo a resguardar algum elemento de coesão.

FLÁVIA MENDES: O maior ganho da profissão é quando recebo retorno dos alunos, algumas vezes durante o próprio ano letivo, outras vezes anos depois de terem sido meus alunos, sobre como a disciplina que eu leciono, Sociologia, e as aulas ajudaram a compreender questões da realidade social, a pensar coisas, a desconstruir outras, a pensar coisas que nunca tinham pensado. Quando recebo esse retorno, é quando me sinto mais feliz na profissão.

RL: *Considerando o quadro de caos do sistema educacional, como manter a educação e o aprendizado como prioridades?*

FLÁVIA MENDES: Esse foi meu grande desafio [assumido] enquanto professora, estimular nos alunos o desejo por aprender, estudar. Mostrar como essas tarefas são por vezes cansativas, mas também podem ser estimulantes e instigantes, não apenas enfadonhas. Uma das maneiras é pensar a aula, o conteúdo, dialogando com a realidade dos alunos. A disciplina, quando faz sentido para o aluno, dialoga com a vida dele, eu observo na minha experiência que estimula mais o interesse do aluno. A escola, quando deslocada da realidade, deixa de fazer sentido para o aluno, e a sociedade se transformou bastante nas últimas décadas, as redes sociais e a internet mudaram nossa maneira de socializar, trabalhar, estudar, a escola precisa de alguma maneira acompanhar essas transformações. Não significa com isso ficar refém da estrutura, mas se tornar distante a ponto de parecer algo ultrapassado.

HUGO SILVA: Para alcançarmos uma melhora na educação, devemos cobrar dos nossos governantes que invistam na educação pública, que, infelizmente, vem sendo sucateada. Melhorando a estrutura dessas escolas, garantindo que todos tenham acesso e consigam estudar com qualidade, essencial para obtermos um melhor aprendizado... Além disso, é extremamente importante termos uma educação que forme seres pensantes, pessoas críticas e de pensamento livre.

RL: *Neste período da pandemia ainda vivido por nós, foi decretado o ensino remoto a fim de manter o calendário escolar. Foi a melhor escolha? Quais foram os maiores obstáculos vividos por você?*

FLÁVIA MENDES: Era necessário pensar o ensino remoto, sim. O grande problema é que a nossa sociedade é extremamente desigual, os alunos vivem realidades sociais completamente diferentes e não teve uma ação coordenada do MEC com os estados e municípios para que essa desigualdade de acesso à internet, computador, fosse pelo menos

minimizada. Ao menos no estado do Rio, onde sou professora, ocorreram promessas e mais promessas no começo da quarentena, mas ações práticas foram poucas. Não sei se o calendário escolar devesse ter sido mantido, como aconteceu, é necessário pensar o retorno presencial quando tivermos vacina e for segura a volta às aulas na escola. Maior obstáculo que vivi foi a dificuldade de conhecer os meus alunos, de pensar como passar o conteúdo que a secretaria e a escola cobravam que eu passasse, mas sem violentar meu aluno que estava sofrendo com a pandemia e todos os problemas que ela trouxe para as nossas vidas.

HUGO SILVA: É importante entendermos que existem alguns dilemas quando debatemos sobre ensino remoto. Infelizmente, vivemos num dos países mais desiguais do mundo, o que ficou escancarado com essa transição do presencial ao on-line. Muitos estudantes não tiveram condições de estudar de forma remota, pois não tinham estrutura financeira para tal. Nas escolas estaduais do RJ, o governo do estado não ofereceu nenhum tipo de inclusão digital e possibilidade de esses estudantes acessarem a plataforma, o que causou uma adesão muito baixa. Acho que não foi a melhor escolha por não oferecerem essa inclusão. Mas, também, se não decretassem essa transição, muitos estudantes iam evadir da escola por não poderem “perder” mais um ano; muitos, precisam ir logo ao mercado de trabalho para ajudar nas contas em casa. Encontrei obstáculos exatamente por não ter recebido nenhuma [ação de] inclusão digital. Moro em um bairro na zona rural da cidade e quando chove ou venta muito forte, a internet para, impossibilitando o estudo.

RL: *Como professora, você percebe algum suporte social (reconhecimento formal e simbólico), técnico (formação adequada no nível de métodos e conteúdos) e de projetos políticos direcionados ao docente? Se sim, quais?*

FLÁVIA MENDES: O suporte que recebemos foi pouco. Na secretaria de educação houve um pequeno curso remoto para ensinar utilizar a plataforma adotada. Na secretaria de Ciência e Tecnologia, [à qual sou ligada como] professora da rede Faetec não aconteceu esse tipo de treinamento, mas teve um seminário no meio do ano para pensar e avaliar o que tínhamos feito até momento e como seguir no decorrer do ano. Mas, no geral, pensando a realidade que vivi durante o ano de 2020 e as notícias que acompanhei dos outros estados, não teve projeto político pensado para os docentes.

RL: *Já percebeu que suas iniciativas foram inibidas e a sua criatividade suprimida no ambiente escolar? Por que?*

FLÁVIA MENDES: Sim. A necessidade de cumprir conteúdo e outras burocracias da atividade inibem as possibilidades de exercer a profissão com mais liberdade e mais criatividade. Em alguns momentos, é possível pensar fora da caixa, mas nem sempre.

HUGO SILVA: Sim. Infelizmente, a educação pública no país ainda está em um molde onde ela não pode ser mais instigante e criativa. Muitas pessoas acham que só o que se deve estudar na escola é matemática, português e disciplinas mais “quadradas”, mas é muito importante para os alunos termos espaços de debate, rodas de leitura, de rima, peças de teatro etc. Isso estimula nossa criatividade e nossa sede de conhecimento. Além disso, o ensino de disciplinas mais “quadradas” de forma criativa estimula nossa vontade de aprender mais sobre o assunto, o que infelizmente não acontece.

RL: *Quais são as possíveis estratégias que você usaria para amenizar uma saturação emocional considerando os diferentes contextos que abordamos?*

FLÁVIA MENDES: Durante a pandemia eu tentei me envolver com outros projetos além do trabalho e fazer outras atividades como atividade física, yoga, leituras, cursos on-line. No dia a dia escolar é importante a escola dar margem para a liberdade tanto dos alunos quanto dos professores, por exemplo, de poderem pensar juntos projetos, fazerem atividades extracurriculares, trabalhos de campo, viagens culturais, cineclubes e outras iniciativas que podem facilitar a vivência no ambiente escolar sem deixar a escola se tornar um local que sufoca, que somente cobra e disciplina os corpos e mentes.

HUGO SILVA: Promover eventos e atividades que saiam um pouco do padrão e da rotina de todos os dias. Eventos como feiras de ciências, excursões, espaços culturais, etc. Fazer a mesma coisa todos os dias acaba cansando, além de fisicamente, emocionalmente.

MACHISMO EM JOGOS ON-LINE: A PRESENÇA FEMININA NOS GAMES

MACHISM IN ONLINE GAMES: THE FEMALE PRESENCE IN GAMES

MACHISMO EN JUEGOS ONLINE: LA PRESENCIA FEMENINA EN GAMES

Fernanda Gonçalves Stel¹

Resumo: O objetivo deste trabalho é discutir a presença feminina nos jogos on-line, avaliando os casos, analisando o desenvolvimento dos games, o papel da mulher nos determinados espaços sociais e como as atividades ditas masculinas as excluem. A metodologia consiste em uma análise bibliográfica e entrevistas com as jogadoras de temática on-line, de forma a constatar tais ocorrências. Com os resultados foi possível confirmar — através dos relatos das jogadoras — que existe uma tendência de proferir comentários nitidamente machistas nos jogos on-line, desqualificando as mesmas por serem mulheres.

Palavras-chave: Videogame. Jogos on-line. Mulheres. Preconceito.

Abstract: The objective of this work is to discuss about female presence among players of on-line video game, assessing the cases, analyzing the development of games, the role of women in certain social spaces and how male activities exclude them. The methodology consists of a bibliographic analysis and interviews with players with an online theme, in order to verify such occurrences. With the results it was possible to confirm — through the reports of the players — that there is a tendency to make distinctly macho comments in online games, disqualifying them for being women.

Key words: Video game. Online games. Women. Prejudice.

Resumen: El objetivo de este trabajo es discutir el tema de la presencia de mujeres en los juegos em línea, evaluar los casos, analizar el desarrollo de los juegos, el papel de las mujeres en ciertos espacios sociales y cómo las llamadas actividades masculinas las excluyen. La metodología consiste en un análisis bibliográfico y entrevistas con jugadoras para verificar tales ocorrências. Con los resultados, fue posible confirmar, a través de los informes, que hay una tendencia a hacer comentarios claramente masculinos en los juegos en línea, descalificándolas por ser mujeres.

Palabras clave: Videojuego. Juegos online. Mujeres. Preconcepción.

INTRODUÇÃO

Os jogos eletrônicos revolucionaram as sociedades em um aspecto global, podendo ser apenas um passatempo ou até mesmo uma forma de trabalho. Em sua dissertação sobre a história dos jogos eletrônicos, Leite (2006) aborda o impacto do nascimento desses *games*.

¹ Graduanda em Ciências Sociais e bolsista de iniciação científica da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF

Presentes em nossas vidas pouco mais de trinta anos, os jogos eletrônicos carregam uma história rica em inovações tecnológicas que criaram um impacto sem precedentes na cultura das sociedades em um nível global. Tal história é repleta de inventores visionários, conflitos entre corporações emergentes e incontáveis obras fruto do gênio criador do Homem. (LEITE, 2006, p.29)

As primeiras tentativas de criação dos jogos eletrônicos ocorreram entre as décadas de 1950 e 1960 nos Estados Unidos. Essas experiências foram fruto da invenção dos primeiros computadores, sendo mais um atrativo das novas tecnologias que começavam a florescer. Em 1972, ano conhecido como a era do nascimento da indústria de jogos eletrônicos, foi criada a primeira máquina *arcade*, que serviria exclusivamente para *games*, inventada pelo engenheiro da Universidade de Utah, Nolan Bushnell, futuramente criador da Atari — empresa de jogos eletrônicos. Em 1976, pela Atari, foi criado um projeto de trazer esses jogos a domicílio, saindo da máquina *arcade*, que era grande e ficava localizada em locais públicos, para um console de proporção menor, o que fez muito sucesso nos anos subsequentes. Estes novos consoles foram aprimorados, adotando o sistema de *joysticks*, – controles utilizados para comandar o jogo – o que facilitou o desempenho e possibilitou a existência de consoles que pudessem operar diversos *games*, colocando-os em cartuchos vendidos separadamente.

O final do século XX e o início do XXI trouxeram muitas inovações nessa área. Com novas gerações de consoles e computadores cada vez mais apropriados aos jogos, foi desenvolvido em 1991, antes da banda larga, o primeiro jogo on-line, que era de xadrez e solo, nos Estados Unidos. A conexão era feita através de linhas telefônicas, sendo lenta e inacessível financeiramente para a maioria da população. Com a inovação da banda larga em 1997, foi possível uma conexão de maior velocidade, ficando mais acessível ao público, e, devido a isso, criou-se uma comunidade forte em torno dos jogos *on-line*, que podiam ser jogados com diversas pessoas em tempo real. Isso possibilitou um aumento do investimento nas plataformas de jogos digitais, e atualmente há uma enorme diversidade de *games*, seja nos smartphones, consoles ou nos computadores, havendo a possibilidade de jogar *on-line* ou sozinho.

Como qualquer atividade social, os jogos eletrônicos se encontram dentro de um padrão cultural e se desdobram de acordo com os comportamentos e tradições de uma determinada sociedade. De fato, os jogos causaram um impacto onde estão presentes, mas também se adequaram às devidas culturas. Tratando-se de uma sociedade patriarcal na qual as

atividades tecnológicas e estratégicas são tradicionalmente realizadas por indivíduos do sexo masculino e o que é reservado para as mulheres são as designações do lar, dos cuidados e da docilidade, com os *games* não seria diferente. Segundo a autora Minayo (2006, p.23), a construção dos papéis de gênero é uma cultura ocidental de longa data, e, por ser histórica, torna “natural”, a determinado gênero, certos comportamentos.

A concepção do masculino como sujeito da sexualidade e o feminino como seu objeto é um valor de longa duração da cultura ocidental. Na visão arraigada no patriarcalismo, o masculino é ritualizado como o lugar da ação, da decisão, da chefia da rede de relações familiares e da paternidade como sinônimo de provimento material: é o “impensado” e o “naturalizado” dos valores tradicionais de gênero. (MINAYO, 2006, p.23).

Ou seja, o homem possui o papel dominante, de “chefia”, enquanto a mulher é submissa e coadjuvante. Essa cultura tradicional do patriarcalismo influencia diversos aspectos sociais, e, segundo Benedict (2013, p.16), é especialmente difícil romper com os costumes tradicionais e enxergar o mundo por fora deles, pois as formas de ver são construídas socialmente e historicamente, e os costumes moldam a experiência humana. Devido a isso, desde a criação desses jogos — feitos por homens para homens — as mulheres criadas para realizar atividades dóceis foram, em sua maioria, privadas de usufruírem desses lazeres, que são considerados apropriados apenas para o público masculino.

Nenhum ser humano olha para o mundo com olhos puros, mas o vê modificado por um determinado conjunto de costumes, instituições e maneiras de pensar. Mesmo em suas sondagens filosóficas, ele não pode ir além destes estereótipos; até seus conceitos do verdadeiro e do falso ainda terão como referência seus costumes tradicionais específicos. (BENEDICT, 2013, p.16)

Com a ascensão do movimento feminista e a emancipação das mulheres, consequentemente suas participações em atividades tradicionalmente masculinas aumentou, e os jogos se incluem nisto. Todavia, como qualquer atividade dita “masculina” em que há a presença feminina, há também o preconceito com essas mulheres que fogem dos padrões culturais vigentes, pois são vistas como uma aversão ao natural. Segundo Bourdieu (1998, p.17), “a divisão entre os sexos está na ordem das coisas como algo natural, presente em todo mundo social”, ou seja, por ser estruturante, ela atravessa todos os aspectos da sociedade, comprometendo os indivíduos que não se encaixam no modelo.

Bourdieu, em seus estudos, analisou as relações informais de poder, o que é denominado por ele de “poder simbólico”, um poder que existe para a manutenção do *status quo*, operando implicitamente na sociedade. Os símbolos possuem o importante papel de integrar, e é pela reprodução que eles se difundem. A “dominação simbólica” seria a perpetuação de uma classe sobre outra por meio da “violência simbólica”, contudo, segundo o autor, “o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível, que só pode ser conhecido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1989, p. 7-8). O machismo faz parte dessa violência simbólica a fim de manter a tradição paternalista na sociedade, e no caso dos ambientes de entretenimento, há uma realidade em que as mulheres *gamers* sofrem ataques machistas por ocuparem o espaço dos jogos, e especificamente, este trabalho tratará das interações que ocorrem nos espaços *on-line* a partir destes conflitos.

METODOLOGIA

Por se tratar de um trabalho baseado em uma temática digital *on-line*, a pesquisa foi realizada via internet. A metodologia pautou-se em entrevistas com um grupo específico, que são as próprias mulheres que jogam, e a principal questão era como elas se relacionavam com os homens nestes espaços. Para encontrar as meninas que foram entrevistadas recorreu-se a comunidades ou grupos de *games*, fazendo contato direto com as mulheres que eram membros e questionando se poderiam conversar sobre o tema. Outra forma foi a de indicação de mulheres conhecidas de amigos em comum, assim como conhecidas de meninas já entrevistadas, que indicaram o contato.

A maioria das mulheres abordadas mostrou solicitude para conversar. Foram entrevistadas 16, com idades entre 14 e 40 anos. As perguntas giravam em torno de um mesmo eixo, mas foram se modificando de acordo com cada conversa em particular. Entre as perguntas principais estavam: quais games elas jogavam *on-line*, com quem elas costumavam jogar, se já se sentiram ameaçadas ou assediadas por homens nesses jogos, com que frequência isso ocorria e como se sentiam. A maioria das conversas foram feitas por redes sociais como WhatsApp e Facebook, mas algumas foram por ligações telefônicas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A maioria dos jogos utilizados pelas entrevistas é de temática de guerra, tiro e luta, tais como *Grand Theft Auto*, *Call of Duty*, *Counter Strike*, *Destiny*, *League of Legends*, entre outros. Todas as 16 mulheres relataram já terem recebido comentários machistas após os homens perceberem que havia mulheres no jogo. Segundo as interlocutoras, os comentários variam entre agressões, assédios e uma tendência a acreditar que elas não sabem jogar e que precisam de ajuda, oferecendo uma atenção exagerada, além dos homens frequentemente pedirem o número de telefone e as redes sociais delas.

Durante a pesquisa, foi solicitado que elas citassem os comentários proferidos, e alguns deles eram: “Vai lavar uma louça”, “Perdeu? Tinha que ser mulher”, “Você joga bem, nem parece que é mulher”, “Você sabe usar essa arma? Quer ajuda?”, “Vagabunda” “Vou te arrombar toda, sua piranha”, dentre outros comentários de baixo calão. Sobre a frequência dos acontecimentos, a maior parte das entrevistadas disse que os comentários variavam entre “sempre” e “quase sempre”, e apenas duas disseram “às vezes”.

Rodrigues (2016, p.52) aborda em seu trabalho as relações de gênero com os jogos digitais, e, analisando outros artigos, chega à conclusão de que os jogos são apenas mais um espaço social onde o machismo se realiza. Os jogos são fruto da sociedade, então, nada mais comum do que os comportamentos sociais serem reproduzidos neles. Segundo a autora,

Da mesma maneira a identidade das mulheres é constantemente questionada quanto ao seu direito de ocupar espaço no meio dos jogos digitais. Reflexo de culturas machistas e misóginas, o ambiente dos jogos mostra-se na maior parte do tempo um espaço hostil para meninas e mulheres (CONSALVO, 2012), resultando em casos de ameaça de morte, ameaça de estupro ou outras formas de violência psicológica, destinadas às pessoas que passam a ocupar esses espaços declarando-se abertamente como mulheres. Esse tipo de tratamento, longe de estar presente apenas em ambientes online estendem-se a eventos de jogos, ou “cultura nerd”, onde assédios também ocorrem (CONSALVO, 2012). (FOX, TANG, 2016). (RODRIGUES, 2016, p.52)

Em relação a como elas se sentiam com esses comentários, algumas relataram sentirem-se péssimas a ponto de perderem a vontade de jogar, ficarem irritadas e isso atrapalhar no desempenho do jogo, além da humilhação e o sentimento de impotência. Uma das entrevistadas, de 21 anos, da cidade de São Paulo, relatou: “Sinto uma grande pressão de cometer erros, pois logo vão atribuir a eu ser mulher” (sic) e “fico desanimada e perco a atenção no *game*”. A jovem disse que já jogou muitas vezes com personagens masculinos e sem usar o microfone, para ter paz. Atualmente, descobriu um grupo de jogadores LGBTQI+,

e ela, que é homossexual, diz ter se sentido acolhida e tranquila para jogar em equipe. A mesma relata que pessoas LGBTQI+ também sofrem preconceitos no ambiente dos *games*. Segundo ela: “Tenho amigos *gays* que já sofreram homofobia jogando por causa da voz mais fina, já mandaram um amigo meu ir lavar louça porque videogame é coisa de macho. É um ambiente que tem muita gente preconceituosa”.

Rodrigues (2016, p.52) também discute este tema, refletindo que a heterossexualidade como padrão social também é vista, logicamente, como um padrão nos jogos digitais. Seja nos personagens criados pelas empresas ou nas próprias demonstrações de jogadores, o estereótipo negativo LGBTQI+ é fortemente existente e a LGBTQIfobia é, cada vez, mais crescente.

A heterossexualidade é retratada como norma no conteúdo de grande parte dos jogos, personagens homossexuais e transgêneros/as podem ser objetificados/as ou ridicularizados/as por meio de estereótipos e a comunidade mostra-se amplamente homofóbica e transfóbica em suas falas recorrentes, seja na publicidade, entre jogadores/as ou em fóruns de discussão, dentre outros espaços. (RODRIGUES, 2016, p.52)

Algumas jogadoras com idade entre 30 e 40 anos relataram certo deslocamento nesse espaço, principalmente quando se tem filhos e marido, que muitas vezes pode reclamar dos gostos “masculinos” da esposa. Uma jogadora de 33 anos relatou sentir-se pressionada, e que já escutou, da parte de familiares, comentários do tipo “Tem filha e fica jogando isso, está dando mau exemplo para a menina”. Mas a mesma relatou que tenta ao máximo desconstruir essas visões machistas. Benedict (2013, p.219) nos diz que, aqueles que não se sentem à vontade para seguir os padrões de comportamentos estabelecidos pela sociedade, ficam perdidos, e que, quanto mais houver metas sociais a se cumprir, mais “desviantes” existirão.

Enquanto aqueles que têm respostas próprias mais próximas do comportamento que caracteriza a sua sociedade são favorecidos, aqueles cujas respostas próprias caem na área de comportamento não capitalizada pela sua cultura ficam desnorteados. (BENEDICT, 2013, p.219)

E qual é a estratégia dessas meninas para evitarem tais constrangimentos? Escutando as mesmas foi observado que muitas estão em grupos só com jogadoras mulheres, onde formam equipes e interagem somente entre si, outras jogam com personagens masculinos pois relatam que se sentem mais respeitadas pelos jogadores, além disso, algumas meninas jogam com amigos pessoais, formando equipes privadas. São diversas as estratégias para fugir

desses comentários e conseguir usufruir o *hobby* dos games sem sentir-se ameaçada ou constrangida, já que os homens que isso fazem, “não param de forma alguma”, segundo outra jogadora, de 16 anos.

Observa-se que o fato de uma mulher ocupar um espaço que não lhe foi direcionado, como os jogos eletrônicos, causa revoltas em parte dos seguidores dos costumes tradicionais, assim como qualquer outro espaço tradicional masculino na sociedade patriarcal em que mulheres estão presentes, mesmo que a ascensão feminina seja crescente e as mulheres tenham alcançado diversos direitos e ocupem quase todas as áreas sociais. Como disse Radcliffe-Brown (1970, p.5), as estruturas sociais podem mudar, mas é provável que se mantenha algum “resto” da antiga estrutura.

Mas, por outro lado, a forma estrutural pode mudar, às vezes gradualmente, às vezes com relativa subitaneidade, como nas revoluções e nas conquistas militares. Porém, mesmo nas mais revolucionárias transformações, mantém-se alguma continuidade de estrutura. (RADCLIFFE-BROWN, 1970, p.5).

Desde o início de sua criação, os jogos tiveram um público majoritariamente masculino devido a grande parte deles ser de atividades estratégicas e “violentas”, temáticas tradicionalmente direcionadas à masculinidade. Principalmente na época de sua inicialização, por ser mais machista e excludente em relação à mulher. Portanto, os jogos sempre foram feitos para agradar seus consumidores – homens –, utilizando de personagens masculinos como principais e as femininas apenas para hipersexualização, perpetuando o machismo nos jogos e sendo concomitante com os padrões culturais ocidentais.

Este cenário foi modificado, devido ao movimento feminista ter conquistando mais espaço e as mulheres ocuparem locais antes somente masculinos, o que fez com que as empresas de *games* modificassem um pouco a estrutura de seus jogos, utilizando de personagens principais femininas e diminuindo a hipersexualização gradualmente. Ainda assim, existem estereótipos negativos e a maioria dos personagens principais são masculinos. Porém, citando Radcliffe-Brown (1970, p.5), as estruturas sociais têm uma certa dificuldade para se modificarem por completo, o que de certa forma explica esse fato ainda estar presente. Pereira (2017, p.2) diz que mesmo com essa desmitificação do papel da mulher e de os jogos serem apenas para o público masculino, ainda existem conflitos machistas, podendo relacionar-se com a opinião de Rodrigues (2016, p.55) no que tange aos constrangimentos que as mulheres sofrem nos *games on-line*.

Como referido anteriormente, foram algumas as mulheres que conseguiram avançar nos videogames e ganhar terreno que antes pertencia inteiramente ao sexo masculino. No entanto, apesar da desmistificação de que apenas os homens jogam e de existirem cada vez mais mulheres a jogarem, o preconceito ainda está presente em várias situações diárias e no mundo dos videogames. (PEREIRA, 2017, p.2).

Contudo, a problemática gira em torno dos papéis de gênero, pautados nos padrões culturais de uma sociedade patriarcal. Os jogos são apenas mais uma esfera da sociedade que gira em torno de uma cultura, e como toda esfera social apresenta conflitos internos com relação à padronização dos papéis de gênero. Assim, segundo Bourdieu (1998),

A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres (BOURDIEU 1998, p.18)

Já que os seres humanos são distintos, é um problema associar o gênero a uma regra comportamental que todos devem seguir igualmente. Este fator acaba por afetar membros da sociedade que não seguem tais padrões, que sofrem seja por exclusão ou por violência. Como cita Burckhart (2017, p. 207), o patriarcalismo é um sistema político-cultural, que por meio da dominação simbólica, passa a ser internalizado por todas as esferas sociais, inclusive na ciência durante o século XIX e XX, e, por mais que já não seja um consenso científico atualmente, no senso comum, ainda é utilizada a biologia para explicar a diferenciação de sexo entre homens e mulheres, dispondo dessa separação entre “dominador e dominado”, justificando os comportamentos dos sexos que não devem ser substituídos e necessitam ser executados de acordo com os papéis de gênero “naturais”.

O patriarcado marca a construção das sociedades ocidentais há milênios, desde a Antiguidade clássica, e pode ser entendido como um sistema político-cultural de opressão que se difunde por meio da dominação simbólica dos detentores do padrão de poder generificado (homens) sobre mulheres e demais seres subjugados. (BURCKHART, 2017, p. 207)

Para Mead (2000, p.303), os comportamentos de gênero são construções sociais, e a biologia nesse aspecto é irrelevante, pois as potencialidades do indivíduo não estão ligadas à sua biologia. E é necessário trabalhar as potencialidades individuais humanas, buscando uma forma de incluir as diferenças e não as delimitar a uma formatação social.

Historicamente, nossa própria cultura apoiou-se, para a criação de valores ricos e contrastantes, em muitas distinções artificiais das quais a mais impressionante é o sexo. Não será pela mera abolição dessas distinções que a sociedade desenvolverá padrões em que os dons individuais hão de receber o seu lugar, em vez de serem forçados a um molde mal ajustado. Se quisermos alcançar uma cultura mais rica em valores contrastantes, cumpre reconhecer toda gama das potencialidades humanas e tecer assim uma estrutura social menos arbitrária, na qual cada dote humano diferente encontrará um lugar adequado. (MEAD, 2000, p.303).

Dialogando com Mead, a autora Rodrigues (2005) traz uma reflexão acerca do pensamento de Butler (2003) sobre o cenário do movimento feminista, que, até a década de 1980, acreditava na existência de características naturalmente femininas, pautando-se na afirmativa “sexo é natural e gênero é construído”. (RODRIGUES, 2005, p.179). Porém, segundo Butler (2003, p.26), “nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino”, ou seja, o sexo não é natural, ele também é cultural, como o gênero. Rodrigues (2005, p.180) analisa a teoria de Butler, que “desnaturaliza” esse conceito metafísico de gênero.

Segundo Butler, aceitar o sexo como um dado natural e o gênero como um dado construído, determinado culturalmente, seria aceitar também que o gênero expressaria uma essência do sujeito. Ela defendeu que haveria nessa relação uma “unidade metafísica” e chamou essa relação de paradigma expressivo autêntico, “no qual se diz que um eu verdadeiro é simultâneo ou sucessivamente revelado no sexo, no gênero e no desejo” (p. 45). (RODRIGUES, 2005, p.180).

Diante da popularidade das redes sociais no século XXI, um novo espaço para os movimentos sociais se abre, possibilitando uma expansão e uma divulgação em larga escala das ideias centrais de suas reivindicações. Particularmente, os movimentos feministas também têm engendrado suas pautas por esses meios digitais. Segundo Castells, “é essa conexão entre o ciberespaço público, ignorando a controlada mídia convencional, e o espaço público urbano, cuja ocupação desafia a autoridade institucional, que está no cerne dos novos movimentos

sociais”. (CASTELLS, 2017, p.171). Ou seja, o mundo dos games, assim como as redes sociais, recebe a influência dessa atuação dos respectivos movimentos sociais no ciberespaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ciberespaço de jogos ainda é permeado por diversos preconceitos, principalmente relacionados ao gênero. Esse universo machista não admite que as mulheres possam ter um desempenho ao nível de qualquer outro grupo ali presente. Portanto, algo que deveria ser somente um hobby para proporcionar diversão, pode se tornar um desconforto para algumas pessoas, principalmente se forem minorias. O machismo, presente em todos os aspectos sociais, permeia também o campo dos videogames. Apesar da grande participação feminina no mundo dos jogos, o meio ainda é considerado por muitos como “masculino”, e diversas mulheres sentem o peso da misoginia em palavras desferidas em meio às jogadas.

Obviamente, as mulheres também podem usufruir de atividades consideradas “masculinas”, e isso não as torna menos mulheres, pois esses afazeres são ditos masculinos devido a uma construção social pautada no patriarcalismo, que é historicamente construído. Portanto, esses padrões impedem diversos indivíduos de exercerem suas atividades plenamente em diversos segmentos sociais, assim como prejudicam as mulheres no exercício de sua liberdade sem serem incomodadas e ameaçadas pela estrutura machista.

Um modo de driblar o patriarcalismo, além do ativismo dos movimentos sociais, é a educação e conscientização tanto na escola quanto no seio das famílias, além do importante papel da mídia neste quesito. Segundo Oliveira e Maio (2016), “Ao mesmo passo em que a instituição família pode contribuir (ou não) em uma formação mais humanizada e igualitária, a escola pode desenvolver esse papel, dependendo dos ensinamentos e aprendizados que são praticados nesta instituição”.² Porém, estas instituições também são responsáveis por contribuir para a perpetuação da dominação simbólica masculina, podendo fazer um efeito contrário ao desejado.

Ainda assim, a interação do movimento feminista com as jogadoras dentro do ciberespaço traz uma gama de possibilidades para as mulheres *gamers*, que se conscientizam e participam cada vez mais, ocupando este espaço que têm deixado de ser exclusivamente masculino, para representar a sua verdadeira função: promover o entretenimento.

² O texto não tem paginação.

REFERÊNCIAS

- BENEDICT, R. **Padrões de Cultura**. Tradução de Ricardo A. Rosenbusch. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. Difusão Editorial: Lisboa, 1989.
- BURCKHART, T. Gênero, dominação masculina e feminismo: Por uma Teoria Feminista do Direito. **Revista do departamento de ciências jurídicas e sociais da Unijuí**, ano 26, n. 47, jan./jun. 2017.
- BUTLER, J. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo. **Cadernos Pagu**, n. 11, p. 11-42, 1998.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.
- CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da internet**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.
- CONSALVO, M. Confronting Toxic gamer Culture: A Challenge for Feminist Game Studies Scholars. **Ada: A Journal of Gender, New Media, and Technology**. Disponível em: <http://adanewmedia.org/2012/11/issue1-consalvo> . Acesso em: 22 dez. 2020.
- FOX, J.; TANG, W. Y. Womens experiences with general and sexual harassment in online video games: Ruminantion, organizational responsiveness, withdrawal, and coping strategies. **New Media & Society**, mar. 2016. Disponível em: <http://nms.sagepub.com/cgi/doi/10.1177/1461444816635778> .
- LEITE, L. C. **Jogos eletrônicos multiplataforma: Compreendendo as plataformas de jogo e seus jogos através de uma análise em design**. Dissertação (Mestrado em Artes) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Artes e Design. PUC-Rio, 2006.
- MEAD, M. **Sexo e temperamento**. Tradução de Rosa Krauz. 4. Ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.
- MINAYO, M, C. Laços perigosos entre machismo e violência. **Ciências & Saúde Coletiva**, v. 1, n. 10, p. 18-34, 2005.
- OLIVEIRA, M.; MAIO, E. “Você tentou fechar as pernas? ” – A cultura machista impregnada nas práticas sociais. **Revista Polêmica**, v. 16, n. 3, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/25199/18031> Acesso em: 22 dez. 2020.
- PEREIRA, A. E. L. M. **O Papel das Mulheres nos Jogos Online**. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação) – Departamento de Sociologia e Políticas Públicas, Instituto Universitário de Lisboa, 2017. Disponível em https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/15365/1/ana_mendes_pereira_diss_mestrado.pdf. Acesso em: 22 fev. 2020.

RADCLIFFE-BROWN, A.R. Estrutura social. In: PIERSON, Donald. **Estudos de organização social** – Tomo II: leituras de sociologia e antropologia social. São Paulo: Martins Fontes, 1970. p. 156-173.

RODRIGUES, C. Butler e a desconstrução do gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 179-199, jan./abr. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v13n1/a12v13n1.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2020.

RODRIGUES, L. **Questões de Gênero em Jogos Digitais**: uma coleção de recursos educacionais abertos de apoio à mobilização. 2017. 235 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/2839>. Acesso em: 22 dez. 2020.

MEMÓRIA LOCAL, IMAGEM E SOCIEDADE – ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE DE FOTOGRAFIAS DO ARQUIVO PÚBLICO WALDIR PINTO DE CARVALHO, EM CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ

LOCAL MEMORY, IMAGE AND SOCIETY – ORGANIZATION AND ANALYSIS OF PHOTOGRAPHS FROM THE PUBLIC ARCHIVE WALDIR PINTO DE CARVALHO IN CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ

MEMORIA, IMAGEN Y SOCIEDAD LOCAL – ORGANIZACIÓN Y ANÁLISIS DE FOTOGRAFIAS DEL ARCHIVO PÚBLICO WALDIR PINTO DE CARVALHO, EN CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ

Luíza de Souza Rodrigues¹
Maria Leticia Ferras Velemem²

Resumo: O artigo tem como objetivo apresentar uma análise semiótica de uma das fotografias históricas de Campos dos Goytacazes que compõem a primeira coleção do acervo iconográfico do Arquivo Municipal Waldir Pinto de Carvalho. Essa coleção foi organizada pelas autoras dentro do projeto “Memória local, sociedade e imagem”, que visa conhecer, organizar e categorizar o acervo, assim como identificar os sentidos presentes nas fotografias, mostrando o papel das mesmas no registro e conservação da história, da identidade local, da memória e de uma narrativa significativa da cidade.

Palavras-chave: Acervo iconográfico. Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho. Imagem. Memória. Lugar.

Abstract: The article aims to present a semiotic analysis of historical photographs of Campos dos Goytacazes that make up the first collection of the iconographic collection of the Municipal Archive Waldir Pinto de Carvalho. This collection was organized by the authors within the project Local memory, society and image, which aims to know, organize and categorize the collection, as well as to identify the meanings present in the photographs, showing their role in the recording and conservation of history, local identity, memory and a significant narrative of the city.

Keywords: Iconographic collection. Municipal Public Archive Waldir Pinto de Carvalho. Image. Memory. Place.

Resumen: El artículo tiene como objetivo presentar un análisis semiótico de una de las fotografías históricas de Campos dos Goytacazes que forman parte del acervo iconográfico del Archivo Municipal Waldir Pinto de Carvalho. Esta colección fue organizada por los autores dentro del proyecto “Memoria local, sociedad e imagen”, que tiene como objetivo conocer, organizar y categorizar la colección, así como identificar los significados presentes en las fotografías, mostrando su papel en el registro y conservación de la historia. identidad local, memoria y una narrativa significativa de la ciudad.

Palabras clave: Colección iconográfica. Archivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho. Imagen. Memoria. Lugar.

1 Graduanda em Ciências Sociais – Bacharelado pela Universidade Federal Fluminense no Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional - ESR

2 Graduanda em Ciências Sociais – Licenciatura pela Universidade Federal Fluminense no Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional - ESR

INTRODUÇÃO

Diversas instituições brasileiras, tanto públicas quanto privadas, mantêm ricos acervos iconográficos que muito representam para a cultura e a memória não só das cidades que custodiam esse material como também para todo o país e o mundo, considerando a natureza de muitos itens enquanto patrimônio cultural de interesse universal. É o caso, por exemplo, do acervo iconográfico da Biblioteca Nacional, que reúne desde obras de artistas plásticos brasileiros e estrangeiros de renome até cartões postais, passando por caricaturas, desenhos, gravuras, esboços, recortes de jornais, fotografias, todos amplamente disponíveis para consultas e estudos³. Um outro exemplo, desta vez em nível estadual, é o do acervo iconográfico do Arquivo Público Mineiro, onde negativos fotográficos, litogravuras, fotografias e desenhos registram paisagens, modos de vestir, costumes, eventos, edificações e monumentos, em um movimento de salvaguarda da história de Minas Gerais e de seus municípios em relação com o contexto nacional⁴. Por fim, tomando como referência o Instituto Moreira Salles, temos o exemplo de um trabalho mais especializado, voltado à pesquisa, à conservação e à difusão de desenhos, gravuras e arquivos pessoais de artistas gráficos brasileiros, uma coleção totalmente digitalizada e acessada por pesquisadores do Brasil e do exterior⁵.

Em todos esses exemplos, e poderiam ser citados muitos outros, há o reconhecimento da importância da imagem, seja qual for a plataforma, como a materialização da cultura, evidência da produção de um povo, de seu modo de vida, de seu pensamento, de sua visão de mundo, ou seja, do registro de suas experiências no espaço e no tempo. Em Campos dos Goytacazes, o Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho⁶ iniciou em 2019 a organização de seu acervo iconográfico para, então, tornar esse material acessível a pesquisadores e ao público em geral. Trata-se de uma iniciativa institucional imprescindível em direção à preservação da trajetória da sociedade campista e suas produções culturais. Esse trabalho, acompanhado de perto pelas historiadoras do Arquivo⁷, foi executado entre agosto de 2019 e agosto de 2020 pelas autoras deste artigo no bojo do Programa Municipal de Bolsas de Iniciação Científica Viva a Ciência, da prefeitura de Campos dos Goytacazes⁸. O objetivo

3 Disponível em <https://www.bn.gov.br/explore/acervos/iconografia> . Acesso em: 29 abr. 2019.

4 Disponível em http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/ . Acesso em: 29 abr. 2019.

5 Disponível em <https://ims.com.br/2017/08/03/a-iconografia-no-ims/> . Acesso em: 29 abr. 2019.

6 O Arquivo Público é vinculado à Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima, órgão da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes responsável pela administração da cultura.

7 A diretora Rafaela Machado e Larissa Manhães.

8 O projeto foi orientado pela Profa. Dra. Jacqueline da Silva Deolindo, docente do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense em Campos dos Goytacazes.

foi catalogar e organizar os primeiros materiais a comporem o acervo, assim como analisar e compreender os processos de formação da sociedade campista e da visão que ela tem de si, de sua trajetória e do seu posicionamento em dado contexto a partir das imagens.

Este artigo apresenta os resultados da análise da primeira coleção de fotografias organizada pela dupla. No total, foram 465 fotos, que podem ser divididas em quatro categorias: “datas comemorativas”, “arquitetura e construções”, “figuras ilustres” e “paisagens”. Para chegar a essas categorias, as autoras observaram quais eram os temas mais recorrentes na coleção, que foi doação de um colecionador campista. Em suma, as fotografias mostravam eventos que ocorreram na cidade (como exemplo, o centenário da emancipação); pessoas importantes para Campos (como fotos que focam a visita do General Dutra ou a de Nilo Peçanha, sendo esta última a que será analisada a seguir); muitas fotos de paisagens campistas, como praças, o rio Paraíba do Sul, o centro da cidade, entre outras, e, por fim, fotos de construções como igrejas, praças, hospitais, prédios públicos e casarios do século XIX. Sendo assim, percebeu-se a coerência da divisão temática. Além da identificação, descrição e catalogação do material, foi feito o esforço de compreender e interpretar sentidos e significados da primeira coleção do acervo a que se teve acesso considerando a cultura, o social, o histórico, enfim, o contexto da cidade e de seus moradores.

Em sua primeira parte, este texto traz a fundamentação teórica aprofundando a discussão sobre imagem, lugar e memória. A segunda parte fala do Arquivo Público e suas coleções. Na terceira parte, é apresentada a coleção que é objeto desta análise, com um exemplo de fotografia de cada categoria, e, na sequência, é feita a análise em si, privilegiando uma das fotografias da coleção, enquadrada na categoria “figuras ilustres”. Nessa parte, utiliza-se a metodologia para análise de imagens fixas proposta por André Melo Mendes (MENDES, 2019), que tem por base a semiótica pierceana⁹ e é inspirada nos trabalhos de Panofsky (2011)¹⁰ para estudos iconográficos. Após o estudo detalhado de uma das imagens do acervo, há as considerações finais e as referências bibliográficas.

9 Indica-se aqui, para aprofundamento, a leitura do livro *Semiótica*, de Charles Sanders Peirce. Ver referências.

10 Norteiam o método de Panofsky (2011) suas considerações sobre a iconografia, que toma a imagem como um texto e compreende a descrição de seus componentes e evidências, e iconologia, que é o estudo dos sentidos profundos contidos no texto imagético, ou seja a interpretação sintética da imagem para conhecer a realidade à qual ela faz menção ou que ela representa.

LUGAR, MEMÓRIA E IMAGEM

Quatro conceitos fundamentais norteiam a reflexão proposta neste artigo: lugar, imagem, representação e memória.

Ana Fani Carlos (2007), discorrendo sobre o conceito de lugar, diz que este é um espaço de referência para o sujeito, que estabelece com aquele ambiente uma profunda relação de identidade, construída no cotidiano. Em sua dimensão física, o lugar não é somente um ponto por onde se passa, mas guarda uma especificidade por se relacionar com experiências de vida de determinado sujeito e com vinculações sensíveis.

O lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante - identidade - lugar. A cidade, por exemplo, produz-se e revela-se no plano da vida e do indivíduo. Este plano é aquele do local. As relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos do uso, nas condições mais banais, no secundário, no acidental. É o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo. (CARLOS, 2007, p. 17).

Desse modo, como explica autora sobre a relação lugar-cidade, a metrópole não é um lugar em si, mas é formado por lugares, fragmentos espaciais apropriados pelos sujeitos que neles habitam e que “vivem a rua, a praça, o bairro”, “que vão ganhando o significado dado pelo uso”. (CARLOS, 2007, p. 18). É interessante notar como em Campos dos Goytacazes, que está longe de ser uma metrópole, mas é qualificada como capital regional, isso também acontece. Pessoas que moram em áreas distintas da cidade podem não ter como lugar o mesmo ponto.

A primeira coleção de fotografias do acervo iconográfico do Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho, da qual trata este artigo, ilustra bem a relação que os moradores historicamente construíram com diversos lugares da cidade. Por exemplo, a Praça do Santíssimo Salvador, a Praça Quatro Jornadas, a Rua Sete de Setembro, assim como o centro comercial como um todo. Esses pontos de referência aparecem em diversas imagens porque, ao longo do tempo, se consolidaram como espaços de intensa relação, tanto dos campistas entre si quanto destes com os referidos pontos e seus equipamentos públicos, configurando uma dinâmica toda particular enquanto áreas de confluência. Foram, e ainda são, lugares, seguindo o conceito da Ana Fani Carlos (2007), que as pessoas criaram o hábito de frequentar, onde se cruzam e com os quais se relacionaram e ainda se relacionam afetivamente. Pontos de conversa e trabalho, pontos de trocas, em diversos sentidos. Além dos pontos de Campos que já foram citados, o próprio Arquivo Público se constitui como lugar de

memória, que é de grande importância para a cidade, já que as pessoas que visitam o antigo solar e as que lá trabalham estabelecem relações de diversas dimensões com o espaço físico, além, claro, da grande quantidade de material histórico que o arquivo armazena e que está vinculado à memória de Campos.

As fotografias aqui em questão mostram que as pessoas estabeleciam, e ainda estabelecem, sentimentos para com aqueles lugares. A coleção ajuda a pensar o visível, os elementos históricos nele presentes e as práticas discursivas de um mesmo período. Sendo assim, conceitos como imagem, memória e representação são de grande importância para um melhor entendimento das fotografias e daquilo que evocam.

As 465 fotografias analisadas, todas situadas em uma linha do tempo que se inicia em 1906 e vai até 1993, registram pessoas, paisagens, eventos, cenários e situações impregnados das vivências cotidianas, das relações sociais e de visões de mundo que ainda se manifestam no presente na sociedade campista por serem recordadas e continuamente narradas.

E o fato de serem reunidas e organizadas para constituírem um mosaico do passado da cidade em um presente em que ainda fazem sentido remete as pesquisadoras ao conceito de memória coletiva de Halbwachs (1990), que a define como “uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, já que retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém”. (HALBWACHS, 1990, p. 56). Memória coletiva pode ser descrita, ainda, conforme discorre o autor, como uma lembrança compartilhada. E é interessante a analogia que ele faz usando o exemplo de uma cidade revisitada, ou seja, o exemplo de lugar comum a pessoas que ali viveram e que para ali retornam para falar das experiências evocadas e reconstituídas no âmbito do coletivo, o que dialoga de perto com o que tem sido observado na pesquisa.

Assim, quando retornamos a uma cidade onde estivemos anteriormente, aquilo que percebemos nos ajuda a reconstituir um quadro em que muitas partes estavam esquecidas. Se o que vemos hoje tivesse que tomar lugar dentro do quadro de nossas lembranças antigas, inversamente essas lembranças se adaptariam ao conjunto de nossas percepções atuais. Tudo se passa como se confrontássemos vários depoimentos. É porque concordam no essencial, apesar de algumas divergências, que podemos reconstruir um conjunto de lembranças de modo a reconhecê-lo.

Certamente, se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a dos outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias. [...]

Mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com

objetos que só nós vimos. 'E porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem. (HALBWACHS, 1990, p. 16)

E ainda que, como coloca o sociólogo, a memória coletiva tenha a duração média de uma vida humana, há mecanismos e instrumentos que favorecem sua permanência, como as imagens, que Jean Davallon chama de “operadores culturais”, “dispositivos” que são “capazes de preservar a força das relações sociais” ao realizarem, através de “estratégias de comunicação”, diversos processos de “simbolização” (DAVALLON, 1999, p. 27; 30). Isso ocorre porque, segundo ele, a imagem técnica modela a recepção porque integra os elementos que a compõem em uma totalidade, sugerindo uma significação global, que não necessariamente deixa perceber seus componentes enquanto unidades de sentido. É o que Davallon chama, em analogia ao texto escrito, de prevalência do semântico sobre o semiótico. O dispositivo, então, em sua estética, carregaria o próprio programa de interpretação, apagando a origem constitutiva, abrindo espaço para o mítico e gerando uma espécie de consenso entre aqueles que se deparam com a mesma imagem.

Eis, então, o que leva a pensar a imagem como operador de memória social no seio da nossa cultura. [...] Com efeito, se a imagem define posições de leitor abstrato que o espectador concreto é convidado a vir ocupar para dar sentido ao que ele tem sob os olhos, isso vai permitir criar, de uma certa maneira, uma comunidade – um *acordo* – de olhares: tudo se passa, então, como se a imagem colocasse no horizonte da sua percepção a presença de outros espectadores possíveis tendo o mesmo ponto de vista. Do mesmo modo como – explicava Halbwachs – a reconstrução de um acontecimento passado necessita, para se tornar lembrança, de pontos de vista compartilhados pelos membros da comunidade e de noções que lhes são comuns; assim a imagem, por poder operar o acordo os olhares, apresentaria a capacidade de conferir ao quadro da história a força da lembrança. Ela seria, nesse momento, o registro da relação intersubjetiva e social. (DAVALLON, 1999, p. 31).

Mas a imagem, especificamente a imagem fotográfica, ao promover esse enquadramento consensual do passado, pode também operar na construção de um projeto para um determinado grupo. Ana Thaís Martins Portanova Barros, ao refletir sobre o papel da fotografia entre memória e projeção (BARROS, 2017), propõe o conceito de “memória antecipatória”: o imaginário coletivo, através da imagem, orientando a construção de memória na direção de seus desejos.

Reter certos traços, ampliando-os, e esquecer outros, apagando-os, é procedimento corriqueiro da memória que, quando intermediada por fotografias, se fortalece. A primeira exigência do gesto fotográfico é eliminar os contextos da cena fotografada. Ora, quando se faz isso, os detalhes que restam são intensificados, trabalhando em prol da sua conservação, mas sobretudo em prol dos desejos de expressão do sujeito que vai eleger essa fotografia como representativa de algo que se quer comunicar. (BARROS, 2017, p. 158).

E considerando as imagens que hoje compõem o acervo iconográfico do Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho, este artigo pretende verificar como essa comunicação está relacionada à narrativa de uma cidade bela, moderna, imponente e distinta, não só como passado mas, sobretudo, como um projeto de futuro, como um presente que se espera preservar em um contexto de “alteração da própria vivência do tempo diante da velocidade das novas experiências” (BARROS, 2017, p. 159). De fato, Deolindo, Ribeiro e Zani (2019) já haviam observado a presença dessa narrativa em reportagens e fotografias ilustrativas em seu estudo sobre como os jornais campistas, em suas publicações sobre os melhoramentos urbanos inaugurados em 1916 na cidade, construíram um discurso sobre sua beleza e modernidade. Ao analisarem as publicações do início do século XX e as reportagens do centenário dos Melhoramentos, em 2016, elas perceberam que o material, de uma ponta à outra, está marcado por uma “vocação” constantemente evocada, que “possui fragmentos de uma memória social de acontecimentos desde o período do império, e que traz em sua narrativa lembrancas marcantes da Campos do início do século XX, [quando] a cidade viveu seu auge de reconhecimento político e econômico nacional”. (DEOLINDO; RIBEIRO; ZANI, 2019, p. 13).

O ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL: DO SOLAR AO ESPAÇO DE PESQUISA

O Arquivo Público Municipal se localiza na rodovia Sérgio Viana Barroso, que liga o distrito de Goitacazes e a localidade de Tocos, a cerca de 15Km do centro de Campos. Instalado em um casario do século XVII, funciona ali desde 28 de março de 2002, após projeto alavancado dois anos antes pela Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) e pela Prefeitura de Campos para dar nova utilidade ao antigo colégio dos jesuítas.

Imagem 1: Arquivo Municipal Waldir Pinto de Carvalho



Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, 2017. Reprodução.¹¹

O solar foi construído em um amplo terreno no final do século XVII pela Companhia de Jesus, servindo de apoio à colonização da Capitania de São Tomé. Havia, na fazenda, produção intensa de alimentos, tecidos, criação de gado de corte e de cavalos, além de uma cerâmica para produção de tijolos e telhas para construção do que veio a se popularizar como Solar do Colégio dos Jesuítas, ou, simplesmente, Solar do Colégio. (FERREIRA, 2014, p. 25) A capela interna era dedicada a Santo Inácio de Loyola e o nome “solar” faz menção ao estilo da construção, com um jardim interno, descoberto, para que os moradores pudessem ter contato com o ar livre sem precisar sair da casa. A fazenda foi apreendida pela Coroa em 1759, depois de o Rei de Portugal, D. José I, ter assinado uma lei que expulsava os religiosos da Companhia de Jesus, tanto do reino quanto das colônias portuguesas.

Em 1781, a fazenda se tornou residência de um comerciante português de escravos, Joaquim Vicente dos Reis, que a arrematou em um leilão. Ele deixou esse bem para o genro Sebastião Gomes Barroso após falecer, em 1813. No século XIX, era uma das maiores fazendas escravistas do Brasil, com 1500 escravos. Havia ali, inclusive, um hospital, o primeiro da região, para atender o grande número de escravos, já que a perda dos mesmos significaria também grande perda financeira. (FERREIRA, 2014, p. 12) Com o passar do tempo, a fazenda foi sendo transferida consecutivamente para as novas gerações dos Barroso.

¹¹ Disponível em: https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=39161. Acesso: 12 jul. 2020

Em 1977, o Governo do Estado do Rio de Janeiro desapropriou¹² o Solar do Colégio e, desde então, começou-se a pensar em diversas formas de dar uma utilidade pública e cultural para o espaço. Porém, como foi permitido ao último proprietário, João Batista Vianna Barroso, permanecer no solar até sua morte, o que ocorreu em 1980, os planos do Estado tardaram a se efetivar. Foi evidenciada a precariedade do casario, ao passo que aumentava a necessidade da abertura de um Arquivo Público para a cidade de Campos para que documentos antigos e novos da cidade fossem reunidos, restaurados e guardados de forma segura em um só local, podendo ser utilizados para consultas do público em geral e de pesquisadores. Em 2001, um projeto da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) junto à prefeitura de Campos e a Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima, órgão da Prefeitura responsável pela gestão da cultura, se concretizou. As obras no solar tiveram início. Estava em andamento o processo de criação do Arquivo Público Municipal. (FERREIRA, 2014, p. 31)

O acervo sob a guarda do Arquivo é oriundo da administração pública, da esfera judicial e de acervos particulares. Possui cerca de 800 metros lineares de documentos variados como fotos, jornais, mapas, plantas, microfimes, processos de administração, processos cíveis e criminais, sendo referente aos séculos XVII a XXI, portanto há também documentos mais recentes. Além disso, o Arquivo tem um laboratório para tratamento de conservação preventiva e de restauração e uma biblioteca especializada em história regional. Além disso, está aberto a visitas escolares.

A coleção mais recente é a iconográfica, que está sendo organizada. As fotografias que a compõem são referentes, principalmente, aos séculos XX e XXI, porém elas podem, após a categorização, ser relacionadas a documentos de outros períodos para que as narrativas nelas contidas e o entendimento sobre mesmas se complementem. A organização irá ampliar o acesso de mais pesquisadores a um maior número de documentos e permitirá que a população obtenha a importante visualização imagética da história da cidade de Campos dos Goytacazes.

12 Em maio de 1977, o Governador Faria de Lima possibilitou que diversos projetos fossem realizados no município de Campos, já que ele transferiu a capital do governo do Estado para a cidade por conta das comemorações de 300 anos de fundação da Villa de São Salvador. Um desses projetos foi a aprovação e criação de um Conselho de Tombamento que atuaria em todo o estado do Rio de Janeiro. Sendo assim, “o Solar do Colégio foi desapropriado sob o decreto de número 1.286 — publicado no diário oficial do Estado no dia 02 de junho de 1977 — junto área adjacente de 100.000 m² com a finalidade de ser implantado no local um Centro de Cultura Regional.” (FERREIRA, 2014, p. 78).

ACERVO ICONOGRÁFICO: UMA ANÁLISE DE FOTOGRAFIA DA PRIMEIRA COLEÇÃO

André Melo Mendes, em seu livro *Metodologia para análise de imagens fixas* (MENDES, 2019), oferece contribuições para se pensar a imagem como uma representação imperfeita da realidade (signo), representação esta que contém sentidos, do mesmo modo que a linguagem oral e escrita. A interpretação do signo visual está vinculada a um código compartilhado que o ser humano aprende e apreende ao longo da vida. Desse modo, a imagem poderia ser estudada do ponto de vista formal e histórico e da análise dos sentidos nela presentes.

O método proposto por Mendes conta, basicamente, com duas etapas: uma descritivo-analítica (na qual predomina a “objetividade”) e outra sintética (mais subjetiva). O método tem por base a semiótica de linha peirceana e possui semelhanças com o método iconológico de Panofsky (2011), porém, diferente do último autor, a fase de síntese interpretativa da metodologia que aqui é empregada não se baseia na intuição, mas em informações contidas na fase analítica.

Esmiuçando, a primeira etapa, que é a descritiva-analítica, se constitui dos seguintes momentos: 1) seleção/discriminação/qualificação e sugestão, o que significa identificar os elementos presentes na imagem e qualificá-los, atentando para o que podem sugerir ao leitor/espectador); 2) análise formal dos elementos que fazem parte da composição (são observadas as cores, as formas e as linhas que constituem a imagem, se elas se repetem ou contrastam, quais os pontos de maior tensão visual. Também devem ser identificados os planos e enquadramentos), e 3) contextualização da imagem no tempo e no espaço, e na História da Arte e da Cultura, o que “consiste em pesquisar sobre as representações ligadas a esses signos na sociedade em que foi produzida a imagem e também na sociedade em que ela está sendo veiculada.” (MENDES, 2019, p. 24). Por fim, é importante também buscar saber a quem é atribuída a obra.

Em uma análise de imagem torna-se muito importante mapear a trajetória histórica e antropológica dessa imagem porque durante esse processo (de constituição dessa trajetória), significados (sentidos) são agregados ao significante (à forma/tema) – sedimentados e “cristalizados”. Esses significados que se colocam potencialmente à disposição do leitor, podem sobressair mais ou menos em uma interpretação, dependendo do contexto. (MENDES, 2019, p. 26).

A segunda etapa, chamada de sintética, também é composta por três momentos: 1) compreensão dos elementos em seu contexto específico, quando se relacionam os elementos da imagem entre si e com o mundo exterior; 2) determinação do código interno da imagem, que é a busca pela significação a partir dos sentidos consensuais e da disposição dos signos/elementos no contexto da imagem, e 3) interpretação, que é quando se identifica e relaciona a qual paradigma e a quais sentidos tais imagens estão associadas, procurando entender como a imagem se situa no imaginário coletivo ocidental e as consequências de se ocupar esse lugar.

Esse método será aplicado a uma fotografia que representa a categoria “figuras ilustres”, uma das quatro categorias que organizam a primeira coleção do referido acervo, objeto de trabalho das autoras. Pretende-se, assim, verificar e entender os sentidos enunciados pela fotografia escolhida e como ela opera essa enunciação. Como já exposto, trabalha-se a hipótese de que as imagens do acervo, como a que será analisada abaixo, concorrem para a construção de um dizer sobre Campos dos Goytacazes a respeito de sua identidade e vocação à distinção. Nas imagens abaixo, apresentamos exemplos das categorias mencionadas, seguidas da imagem escolhida para análise.

Na Imagem 2, temos uma fotografia que exemplifica a categoria “arquitetura e construções”:

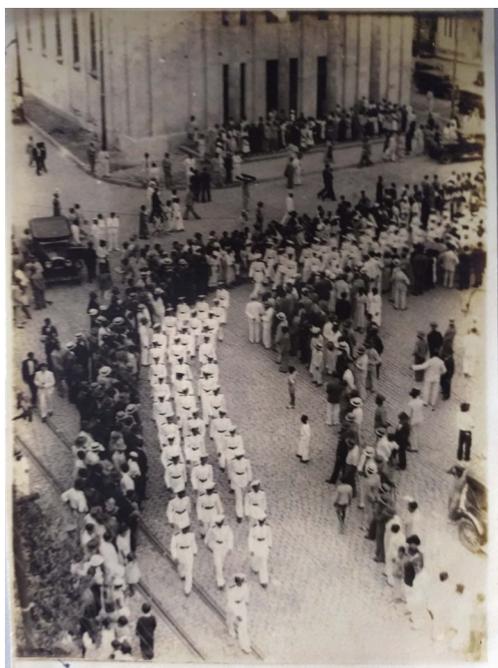
Imagem 2 - Igreja Mãe dos Homens, fotografia possivelmente de 1940, sem autoria



Fonte: Acervo iconográfico do Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho.

Na Imagem 3, temos uma fotografia que ilustra a categoria “datas comemorativas”:

Imagem 3 - Centenário de Campos, 1938, sem autoria



Fonte: Acervo iconográfico do Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho.

Na Imagem 4, a fotografia que ilustra a categoria “paisagens”:

Imagem 4 - Praça do Santíssimo Salvador, 1948, sem autoria



Fonte: Acervo iconográfico do Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho.

Já a foto a seguir, ilustrativa da categoria “figuras ilustres”, será analisada mais detalhadamente de acordo com o método enunciado. Trata-se do registro da visita de Nilo Peçanha à cidade (Imagem 5).

Imagem 5 - Visita de Nilo Peçanha à Usina do Limão, Campos dos Goytacazes, possivelmente em 1910



Fonte: Acervo iconográfico do Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho.

1ª ETAPA – seleção/discriminação/qualificação e sugestão:

Na imagem 3, os elementos que mais se destacam são: grupo de pessoas de branco, grupo de pessoas de terno e a estrutura da usina. O primeiro grupo citado é composto por pessoas negras com vestimentas brancas, muitos estão descalços. Deduz-se que são trabalhadores da usina pelas características das vestimentas e pela época. O segundo é composto por homens de terno caminhando pelo local, estão mais ao fundo na fotografia, então não ficam muito nítidas as características. Deduz-se que são homens importantes e não a população campista em geral, isso porque estão visitando uma usina mais afastada da parte central e apenas homens compõem o grupo. A usina possui característica como o telhado desgastado, porém a pintura das paredes está bem conservada ou recém-pintada.

O cenário da foto expõe aspectos como o céu claro (indicando manhã ou tarde); a chaminé está soltando fumaça, o que indica que estavam trabalhando no momento da foto; galhos de um certo tipo de vegetação, arrumados como arcos pelo espaço exterior da usina.

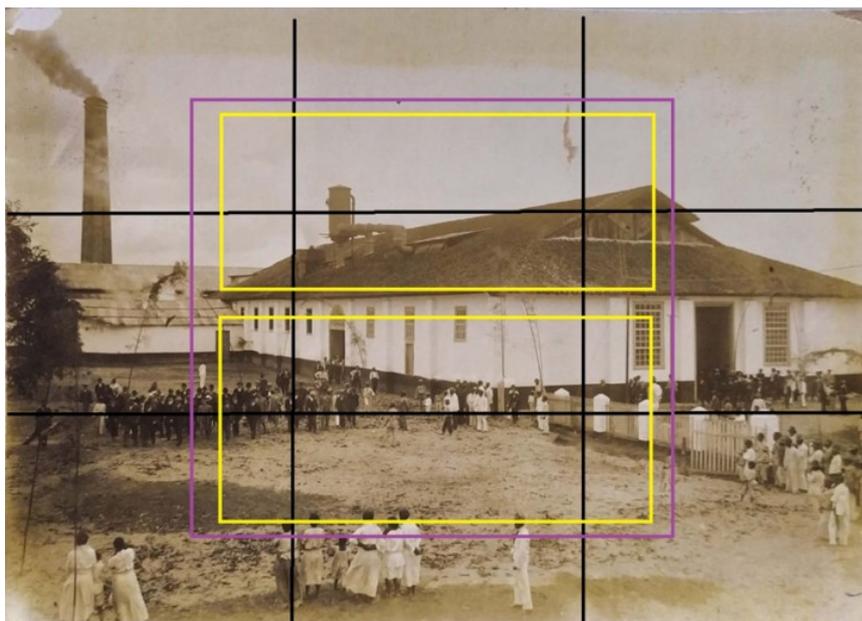
O que há mais marcante visualmente nessa foto é a separação que se dá entre os trabalhadores e os visitantes. Além disso, percebe-se a tentativa de embelezar o espaço utilizando vegetação na formação de arcos de passagem. Trata-se da visita do presidente da República à usina.

2a ETAPA – análise formal dos elementos que fazem parte da composição.

É uma fotografia em preto e branco, com tom amarelado por conta do tempo, provavelmente. Sendo assim, as diferenciações nos tons de preto e branco identificam claramente todo o cenário: céu, terra, usina, areia, cerca, vegetação, pessoas (negras e brancas), vestimentas; porém, as feições da maior parte das pessoas não estão nítidas por ser uma fotografia muito antiga.

A seguir, seguindo a metodologia proposta, serão demonstrados os pontos de tensão da fotografia, para onde a pessoa que está olhando a foto mais se atenta. Para localizá-los basta dividir a imagem conforme demonstram as linhas pretas abaixo. O cruzamento das linhas são os chamados pontos de tensão (Imagem 6).

Imagem 6 - Pontos de tensão da fotografia da visita de Nilo Peçanha à Usina do Limão, na data provável de 1910



Fonte: Acervo iconográfico do Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho. Editada.

Os pontos de tensão da fotografia mostram a clara separação dos grupos, e as cores reforçam essa separação, evidenciando as vestimentas e a cor da pele das pessoas. Sendo assim, o grupo de terno é em maioria composta por homens brancos, enquanto que os que estão afastados de vestimentas brancas são negros e negras, o que nos remete à segregação racial que constituiu e constitui a história do Brasil.

3a ETAPA – contextualização da imagem no tempo e no espaço, e na História da Arte e da Cultura

No verso da foto há a seguinte legenda: Visita de Nilo Peçanha a Campos – Usina do Limão [1910]. Nilo Peçanha está à frente do grupo dos homens de terno, com uma bengala na mão. Ele estava visitando Campos, o que deixa claro que ele já não morava mais na cidade, já era um influente político brasileiro, presidente do Brasil entre 1909-1910. Importante lembrar que Nilo era campista, nascido no atual distrito de Morro do Coco, e que tinha ascendência negra, o que provocou diversas polêmicas referentes ao seu mérito enquanto homem público. Além disso, Campos foi uma cidade resistente à abolição, como atestam diversos pesquisadores, e a fotografia em questão é de apenas 22 anos após a Lei Áurea. Esses fatos endossam ainda mais a sugestão de segregação racial retratada na imagem, além de que as pessoas negras que estão na foto (poucos homens negros estão de terno branco) estão, em maioria, descalças, o que era algo típico de escravos da época. Portanto, as pessoas negras que aparecem descalças na fotografia provavelmente são pessoas com trabalho análogo à escravidão. Como Campos dos Goytacazes é marcada economicamente ao longo de sua história pela atividade das usinas de cana de açúcar, este seria um roteiro “obrigatório” para a visita de uma figura ilustre - no caso, alguém que poderia, por sua ascendência, não tivesse oportunidades diferentes, estar ali como um trabalhador braçal.

PERCURSO “SUBJETIVO” (DE CARÁTER SINTÉTICO)

1a ETAPA – compreensão dos elementos em seu contexto específico

Nilo Peçanha, enquanto Presidente do Brasil, visita Campos dos Goytacazes nessa fotografia, especificamente, a Usina do Limão. Os homens ao seu redor provavelmente eram pessoas distintas da cidade e alguns deviam fazer parte da comitiva do presidente. Os que estão mais afastados são trabalhadores da usina a observar o evento.

2a ETAPA – determinação do código interno da imagem

- 1) grupo de pessoas de branco: trabalhadores da usina
- 2) grupo de homens de terno: Nilo Peçanha e outros homens considerados importantes da época
- 3) estrutura da usina e cenário: Usina do Limão - Campos dos Goytacazes – RJ – parte diurna do dia – usina arrumada para recepção de Nilo Peçanha

3a ETAPA – INTERPRETAÇÃO: reflexão sobre a imagem na contemporaneidade

A imagem de Nilo Peçanha visitando a cidade traz um ar de prestígio à mesma, pois está recebendo a visita de um presidente do Brasil. Além disso, Nilo nasceu em Campos, o que dá mais visibilidade ainda para o município. Sendo assim, a fotografia demonstra um dizer sobre a cidade e sua importância, colocando-a como um lugar distinto.

Outra interpretação já citada é que nessa imagem a segregação racial é retratada. As pessoas negras estão reunidas com diferente tipo de vestimenta e comportamento do grupo apresentado como principal pela legenda, apenas assistindo à visita, sendo que são elas que trabalham na usina. Enquanto isso, os homens brancos de terno estão recepcionando, sendo recepcionados e participando da visita de Nilo Peçanha à usina.

A imagem analisada faz parte da categoria “figuras ilustres”, criada pelas autoras durante a organização da referida coleção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo enfocou as imagens do Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho como fonte de memória coletiva. Como foi mostrado, as imagens fotográficas podem ser usadas para construir um imaginário sobre um lugar ou sobre alguém. A análise da visita de Nilo Peçanha a Campos provavelmente em 1910 teve como objetivo justamente compreender qual a mensagem estava sendo transmitida sobre a cidade.

Toda a fundamentação teórica colaborou para o entendimento das fotografias como algo além de uma simples imagem congelada no tempo. Realizando uma observação aprofundada, pôde-se enxergar o passado, bem como as perspectivas deixadas para o futuro através do que foi retratado. As autoras percebem, através das lentes dos fotógrafos anônimos, a narrativa de uma Campos promissora, cidade que, na visão de seus cidadãos, prometia crescimento. Essas imagens apontam para o imaginário coletivo do povo de Campos dos Goytacazes. Para além disso, é importante observar que o Arquivo Público aqui em questão

não fala somente do passado dessa cidade, mas também do próprio país, como indica a análise da fotografia da visita de Nilo Peçanha, então presidente da República.

A sociedade que se apodera dessa história contada pelos olhos de quem vê cria uma relação com o lugar, afinal, “aquele lugar, é o meu lugar”. Uma relação profunda de memória é construída entre os sujeitos que se sentem profundamente pertencentes àquela cidade, àquela praça, àquela bairro. Eles se tornam mais que um lugar de passagem, se tornam extensão da afeição.

Esse mesmo padrão de comportamento pode acontecer em qualquer outra cidade, basta que essa história seja internalizada na sociedade pra quem ela é contada, cativando e construindo imaginários. É nesse momento que as pessoas passam pelos lugares daquela determinada cidade e se encontram. É como olhar ao redor e se enxergar na sua própria casa, onde não há risco de se perder. Tudo ao seu redor remete à familiaridade.

Por outro lado, o lugar também é espaço de contradições. Para além do romantismo que uma análise de imagem poderia pressupor, quando de um modo mais imediato se associa o passado ali retratado à nostalgia dos dizeres, da memória e até da saudade presente no ato de guardar fotografias que registram o que um dia a cidade foi, é preciso reconhecer que a triangulação das imagens com a história e com contexto de sua produção pode revelar não ditos, silêncios, apagamentos que, ignorados, podem se perder no tempo e fazer esquecer que o lugar, no caso, aqui, a cidade, é também um espaço de lutas, diferenças e disputas que acontecem tanto no plano do real quanto no plano do simbólico, como foi demonstrado com a fotografia aqui analisada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Bruno de Oliveira. Imagem e memória - Henri Bergson e Paul Ricoeur. **Revista Estudos Filosóficos**, nº 9, p. 136-150, 2012. Disponível em https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistaestudosfilosoficos/art10_rev9.pdf Acesso em: 20 set. 2020

BARROS, Ana Taís Martins Portanova. Imagens do passado e do futuro: o papel da fotografia entre memória e projeção. **Matrizes**, v. 11, n. 1 jan./abr. 2017. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/122953> Acesso em: 6 out. 2020.

CARLOS, Ana F. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007. Disponível em http://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/O_lugar_no_do_mundo.pdf Acesso em: 30 set. 2020.

DAVALLON, Jean. A imagem, uma arte da memória? In: ACHARD, Pierre. **O papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999.

DEOLINDO, Jacqueline da Silva; RIBEIRO, Anelize dos Santos; ZANI, Milena Firmino. Cidade e memória, identidade e discurso: a Campos moderna pelo olhar da imprensa goitacá. CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE, 24. Vitória, 2019. **Anais do 24o. Intercom Sudeste**. São Paulo: Intercom, 2019. Disponível em <https://portalintercom.org.br/anais/sudeste2019/resumos/R68-1278-1.pdf> Acesso em: 20 set. 2020.

FERREIRA, Larissa Manhães. **O solar do colégio, de fazenda jesuítica a arquivo**: uma análise das políticas culturais em Campos dos Goytacazes de 1977 a 2001. 2014. 124 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) - Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais do Centro de Ciências do Homem, Universidade Federal do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2014.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

MENDES, André M. **Metodologia para Análise de Imagens Fixas**. Belo Horizonte: Selo PPGCOM UFMG, 2019. Disponível em <https://seloppgcom.fafich.ufmg.br/novo/wp-content/uploads/2019/08/Metodologia-para-An%C3%A1lise-de-Imagens-Fixas.pdf> Acesso em: 30 set. 2020.

PANOFSKY, Erwin. **Significado nas artes visuais**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

PEIRCE, Charles S. **Semiótica**, trad. José Teixeira Coelho Neto. 3aed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

O HOMEM E O SEU INVERSO: NIETZSCHE E VOEGELIN

MAN AND HIS REVERSE: NIETZSCHE AND VOEGELIN

EL HOMBRE Y SU INVERSO: NIETZSCHE Y VOEGELIN

Daniel Mendes Volschan¹

Resumo: Esse artigo pretende ser, ao mesmo tempo, uma introdução às antropologias filosóficas de tipo existencialista de Friedrich Nietzsche e Eric Voegelin, e um estudo de seus diagnósticos da modernidade. Como ponto de partida, tomaremos um dos poucos trabalhos em que Voegelin escreve diretamente sobre Nietzsche. A crítica das ideologias de massa são outro ponto de contato entre Nietzsche e Voegelin e, no presente trabalho, abordamos a forma com que ambos enxergaram o caso do socialismo. Escrevendo em tempos de crise - o fin-de-siècle e o pós-guerra -, respectivamente, Nietzsche e Voegelin produziram filosofias da história e da cultura com convergências muito pouco estudadas até hoje. Sempre ambíguo ao dissertar sobre Nietzsche, Voegelin reconhece a gravidade e acuidade de suas previsões históricas e análises psicológicas. Na última seção, discuto as visões de ambos os autores sobre o movimento socialista e sua teoria do homem.

Palavras-chave: Nietzsche. Voegelin. Existencialismo. Socialismo. Marxismo.

Abstract: This article intends to be, at the same time, an introduction to the existentialist philosophical anthropologies of Friedrich Nietzsche and Eric Voegelin, and a study of their diagnoses of modernity. As a starting point, we will take one of the few works in which Voegelin writes directly about Nietzsche. The critique of mass ideologies is another point of contact between Nietzsche and Voegelin and, in the present work, we approach the way in which both saw the case of socialism. Writing in times of crisis - the fin-de-siècle and the post-war period, respectively, Nietzsche and Voegelin produced philosophies of history and culture with convergences that have been little studied until today. Always ambiguous when talking about Nietzsche, Voegelin recognizes the seriousness and accuracy of his historical predictions and psychological analyzes. In the last section, I discuss both authors' views on the socialist movement and its theory of man.

Keywords: Nietzsche. Voegelin. Existentialism. Socialism. Marxism.

Resumen: Este artículo pretende ser, al mismo tiempo, una introducción a las antropologías filosóficas existencialistas de Friedrich Nietzsche y Eric Voegelin, y un estudio de sus diagnósticos de la modernidad. Como punto de partida, tomaremos una de las pocas obras en las que Voegelin escribe directamente sobre Nietzsche. La crítica de las ideologías de masas es otro punto de contacto entre Nietzsche y Voegelin y, en el presente trabajo, abordamos la forma en que ambos vieron el caso del socialismo. Escribiendo en tiempos de crisis, el fin de siècle y el período de posguerra, respectivamente, Nietzsche y Voegelin produjeron filosofías de la historia y la cultura con convergencias que han sido poco estudiadas hasta hoy. Siempre ambiguo al hablar de Nietzsche, Voegelin reconoce la seriedad y precisión de sus predicciones históricas y análisis psicológicos. En la última sección, analizo las opiniones de ambos autores sobre el movimiento socialista y su teoría del hombre.

Palabras clave: Nietzsche. Voegelin. Existencialismo. Socialismo. Marxismo.

¹ Graduando em Ciências Sociais (Bacharelado) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO

Friedrich Nietzsche e Eric Voegelin, dois filósofos germânicos, escreveram suas obras num intervalo de aproximadamente meio século. Filósofos da cultura e da história, ambos os autores dissertaram sobre a formação do homem moderno e a apresentaram como um dos temas centrais de suas investigações. Escrevendo nos fins do século XIX, Nietzsche participou do movimento intelectual europeu que ficaria conhecido como *fin-de-siècle*. O otimismo iluminista do século anterior quanto aos frutos da modernidade parecia definhando com o vazio de valores – o niilismo – que então permeava a Europa, e diversos filósofos, literatos e humanistas apontavam, em suas obras, sinais de uma crise de época. A intermitência das revoluções, o impressionante aumento demográfico das metrópoles europeias, o surgimento das éticas utilitárias e progressistas cunhavam a cenário em que Baudelaire escreveria *Les Fleurs du Mal* (1857) e as ideologias cultivariam a violência de massa do século seguinte. Eric Voegelin já veria concretizado muito daquilo que Nietzsche e seus contemporâneos anteviram. Exilado de Viena, escrevendo num Estados Unidos do Pós-Guerra, Voegelin e seus interlocutores viram a crise de sua época, agora somada ao advento do totalitarismo e dos genocídios, como a resultante de um processo histórico iniciado, sobretudo, no século XVIII: o crescimento do Estado na modernidade, a materialização da vida cotidiana e a teleologia do progresso seriam, na visão de Voegelin, alguns dos fatores da crise espiritual de seu tempo.

Além de captarem como poucos as tendências culturais da modernidade, a rara sensibilidade psicológica de Nietzsche e de Voegelin permitiu que os autores fundassem suas análises em antropologias filosóficas, isto é, teorias da natureza humana. Em suas obras, constatamos que todo movimento cultural na História tem raízes e frutos, pontos de partida e chegada, sobretudo, na psique humana. Ademais, nos oferecendo antropologias universais, estáveis, Nietzsche e Voegelin nos brindam com uma perfeita “unidade de medida”, com a qual é possível comparar diferentes civilizações ou estágios da mesma sociedade. Da Antiguidade a Contemporaneidade, Nietzsche e Voegelin veem o homem com um só. Críticos das puerilidades do progressismo iluminista, os autores não incorrem no erro, ou artimanha, de transferir a responsabilidade das tragédias de sua época a supostos resíduos das anteriores. Nas obras de Nietzsche e Voegelin, a modernidade é vista por ela mesma.

No que se segue, examino a relação, sobre a qual pouco se escreveu até o momento, entre as obras de Nietzsche e Voegelin. Iniciando com uma análise mais conceitual, comparo suas teorias antropológicas e aquilo que, tanto para Nietzsche, quanto para Voegelin, seriam

as deturpações dessa antropologia, desse estado essencial – o seu “inverso”. Num segundo momento, procuro mostrar de que modo Nietzsche e Voegelin viam essas deturpações como características do homem moderno, as compreendiam como patologias culturais e se viam como médicos da cultura. Por último, tendo em vista que ambos os autores se interessaram pelas ideologias de massa, analiso as suas interpretações do caso socialista e procuro distinguir as asserções que versam sobre o movimento histórico-político das que se dirigem às teorias da história e do homem dos pensadores revolucionários.

VOEGELIN SOBRE NIETZSCHE

Eric Voegelin², nascido em Colônia, posterior a Nietzsche e espectador dos principais acontecimentos do século XX, escreveu, por vezes, sobre o compatriota de Röcken. Suas opiniões aparecem ora aproximando Nietzsche de um gnóstico, vide seu artigo de 1981, *Wisdom and magic of the extreme*, ora reconhecendo, como em seu *Nietzsche, Crisis and the War* (1944), que o filósofo do pensamento trágico havia antevisto com acuidade a crise espiritual do Ocidente. A descrição do último homem e o diagnóstico do niilismo europeu no prefácio do *Zarathustra* (1885) seriam, para Voegelin, as evidências do acerto de Nietzsche.

Se, no primeiro texto, Voegelin compara a magia ou reforma psicológica sugerida por Nietzsche à intelectual de Hegel e à política de Marx e atribui parte do desgaste da ideia de Verdade no Ocidente ao autor, em 1944³ dá sinais de acordo com o pensamento político de seu conterrâneo. Voegelin sugere que aqueles que haviam posto Nietzsche como impulsionador dos acontecimentos da Grande Guerra teriam incorrido no erro de apontar como causa do problema aquele que o havia anunciado. Voegelin pensa que, no diagnóstico nietzscheano do niilismo como a “História dos dois séculos seguintes”, estavam anunciadas as guerras do século seguinte⁴.

Nietzsche (*apud* Voegelin, 1944, p. 180), na *Vontade de Poder*, descreve essa crise epocal em dois planos. Se vemos “externamente: imensas guerras, revoluções, explosões”, no plano interior (psicológico) assistimos “a maior fraqueza já vista no homem: os eventos com *excitantes*”. Voegelin, por sua vez, relaciona suas ideias de *ordem* e *alma* aos planos

2 Eric Voegelin foi um dos últimos filósofos e platonistas do século passado, com uma filosofia da consciência e da história de trinta e quatro volumes, que se estendem por todos os campos do conhecimento do período moderno. Também historiador e cientista social, suas questões partem do mundo da cultura, da existência e da sociedade, sendo depurados, magistralmente, até o nível mais alto da compreensão filosófica e do entendimento humano.

3 O artigo acima citado: *Nietzsche, The Crisis and The War*.

4 Otto Maria Carpeaux (2016) converge com Voegelin em sua análise de Nietzsche como um filósofo, poeta e profeta.

exteriores e interiores da análise de Nietzsche. Voegelin afirma, assim, ser a “felicidade desespiritualizada” (1944, p. 180) a face latente da “brutalidade desespiritualizada” (1944, p. 180).

Além disso, Voegelin conecta o último homem de Nietzsche - aquele que se compraz com o mínimo que a matéria lhe oferece e desconhece tudo que está *além* (Nietzsche, *apud* Voegelin, 1944) - à sua ideia de um homem moderno desprovido de um princípio fundante da existência que a envolva e transcenda. A descrição de Nietzsche do último homem como aquele que se pergunta “o que é uma estrela” é similar à busca de sentido, do *ground* da existência, da filosofia de Voegelin, eminente em seu resgate da simbologia platônico-aristotélica.

Rouven Steeves (2011, p. 108) pontua que a busca por um sentido para os “fundos negros da alma” une as filosofias de Nietzsche e Voegelin. Enquanto para o primeiro a luta instintual, fisiológica e psicológica, que subjaz a existência, alcança sua solução na afirmação de seu paradoxo de um mundo sem Deus, em Voegelin, a desordem espiritual, o conflito primeiro do homem, se consome numa espécie de “revelação individual”, na descoberta da ordem da alma pelo despertar da consciência (razão), o *nous* da filosofia clássica. Pode-se observar que as filosofias de Nietzsche e Voegelin fazem extenso uso das ideias de existência, alienação e de filosofia “como modo de vida” - características da literatura existencial -, e são nesses pontos que devemos buscar suas semelhanças.

PARADOXOS EXISTENCIAIS

Em seu livro *Anamnese* (1989), Eric Voegelin formaliza o seu resgate da *metaxy* (entremeio) platônica. Segundo Voegelin, Platão (2014) apresentou a existência humana situada num entremeio, numa posição intermediária entre a sombra da caverna e a luz do dia (Em *A República*, 508a-509a), uma tensão que via o “homem no divino, e o divino no homem” (VOEGELIN, 1978, p. 103-4). A razão em Platão era, desse modo, o *locus* em que o mundo e o transcendente, o conhecido e o desconhecido, se encontravam. Em sua *Metafísica*, Aristóteles (ARISTÓTELES, 2016, 1072b28-29) também apresentava a vida e o pensamento humano como participantes do ato divino “já que o ato de pensamento é vida, e Deus é esse ato”. O “motor imóvel” era não apenas causa primeira do Ser, mas também causa de todo pensamento. Segundo Voegelin, esse estado existencial que se condensava no *nous*, a consciência platônico-aristotélica, abria o homem para uma realidade que o envolvia e transcendia. Essa abertura (*periagoge*), por sua vez, se dava pelo encantamento da razão ao

notar do *agathon* – o supremo bem (o bom, o belo e a verdade). Nessa figura do homem-filósofo, que tende ao (mas jamais atinge o) saber, Voegelin (2000, p. 259, tradução nossa) fundou as bases de sua visão *tensional* da existência humana: “Nas experiências de amor pela origem transcendente do Ser, na *philia* em direção ao *sophon* (o sábio), no *eros* em direção ao *agathon* (o bom) e o *kalon* (o belo), o homem tornou-se filósofo [...] na *epekeina* platônica na qual a alma participa conforme sofre e atinge sua abertura.”

Voegelin exhibe uma verve existencialista ao discorrer sobre os aspectos psicológicos dessa antropologia. A solidão da consciência em busca de amparo é um aspecto característico da *periagoge* e aparece com frequência em seus escritos. Isso se torna evidente quando observamos, muitas vezes, os termos que Voegelin utiliza para descrevê-la: “Esta é a linguagem de buscar, pesquisar e questionar, de ignorância e conhecimento sobre a base divina, de futilidade, absurdo, ansiedade e alienação da existência, de ser movido a buscar e questionar, de ser atraído para a base, de virar ao redor, de retorno, iluminação e renascimento.” (VOEGELIN, 2017, p. 346, tradução nossa)

Em sua filosofia da história, Voegelin (2017, p. 296, tradução nossa) analisa o ser humano como participante de um processo do qual não sabe o fim e, conseqüentemente, como nele proceder - o que fazer. A existência humana, para Voegelin, é “jogada na incerteza de seu sentido, como uma aventura da decisão nos limites da liberdade e da necessidade”, e tal perspectiva deve ser “compreendida na plenitude de sua qualidade perturbadora”. Nessa parte de seu pensamento, as noções de *liberdade e necessidade*, marcantes da filosofia existencial contemporânea, aparecem em toda a sua potência.

Nietzsche, no *Nascimento da Tragédia* (2007 [1872]), também apresentaria uma visão tensional da existência humana retirada da antiguidade grega - em sua tragédia ática. A tragédia seria, na visão de Nietzsche, uma forma de transfiguração da vida: ao mesmo tempo em que a espelhava a sua tristeza, tragicidade, lhe oferecia um caminho para a redenção pelo seu caráter heroico. Segundo Nietzsche (2007, p. 128), na tragédia, “[o espectador] estremece ante os sofrimentos que hão de atingir o herói e, no entanto, presente neles um prazer superior, muito mais preponderante”. A mística da tragédia consiste em transmutar tristeza em alegria, dor em êxtase.

Nessas ideias, Nietzsche está a formular uma visão metafísica que iria marcá-lo até o fim de sua vida⁵. Inspirado em Wagner, que havia proposto “o homem como seu próprio

5 Nietzsche, conhecidamente, romperia, a partir de sua fase média, com a metafísica imanente de Schopenhauer. Seus livros, no entanto, continuaram permeados do universo religioso. O Zaratustra, inspirado num personagem bíblico, é escrito em forma de um evangelho – conforme disse Nietzsche. E, dentro de suas inúmeras e constantes rupturas, o único nome, ideia que atravessa sua obra, é a de *Dionísio*, deus grego, que aparece no

redentor e a arte como o rito transfigurador de passagem para um mundo superior” (SCRUTON, 1996, p. 68, tradução nossa), bem como pela metafísica imanente de Schopenhauer, essa juventude de Nietzsche revela os antecedentes metafísicos muitas vezes ocultos em seus posteriores projetos de fundar a existência em uma substância para além do homem e de Deus.

Em *Além do Bem e Do Mal* (2005 [1886]), Nietzsche mais uma vez exhibe sua admiração pela ética grega ao adotar sua concepção aristocrática do homem. Esse *homem nobre* seria aquele que, como diz José Thomaz Brum (1998, p. 81), carrega “dureza consigo mesmo, aceitação da luta como essencial à vida e, sobretudo, aprovação do sofrimento como experiência vital”. Nietzsche (2005 [1886]), p. 158-166) o opõe ao *homem gregário*, que apresenta “anseio de liberdade, instinto para a felicidade [...] e uma evolução do homem rumo ao semelhante, costumeiro, mediano e gregário – rumo ao *vulgar!*”.

Nietzsche e Voegelin, desse modo, fundamentam suas visões da natureza humana em tensões, ansiedades, e terminam por propor um caminho de adequação a essa realidade. Seja pelo *bios theoretikos* da filosofia clássica, que existe na *metaxy* (entremeio) entre o conhecido e o desconhecido, seja pelo herói ou o homem nobre, que encontram a vitória sobre a dor e a tragicidade da existência, as criações de Nietzsche e Voegelin pretendem responder à questão central do existencialismo filosófico: a *angústia* do homem no mundo e na história.

PATOLOGIAS CULTURAIS

Tanto em Nietzsche quanto em Eric Voegelin podemos encontrar constatações sobre os efeitos da recusa ou transformação desses estados essenciais do Ser na história e suas consequentes crises da cultura. Enquanto Voegelin resgata para tal diagnóstico a psicologia desenvolvida pelos estoicos, que seguiu, por sua vez, a de Platão e Aristóteles, Nietzsche embarca no projeto de uma nova psicologia moral - embora sempre remetendo aos exemplos antigos. A análise da sociedade de massa⁶ e de seus “hábitos breves”, dos pequenos prazeres, utilitários, é um ponto comum aos diagnósticos de Nietzsche e Voegelin. Para tal há, em Nietzsche, o conceito histórico de *último homem*, enquanto, em Voegelin, os termos

Nascimento da Tragédia e nas cartas assinadas pelo autor ao fim da vida. Sobre isso, ver, Large (2001).

⁶ Tema que se inicia no final do século XIX, com o avanço da demografia, urbanização e modernização ocidental. A distância do homem com os governantes de seu tempo, sua potencial atomização com o avanço da democracia é relatado por Alexis de Tocqueville, já em sua *Democracia na América* (2019 [1835]). O poeta americano, Edgar Allan Poe, escreveria *The Man of the Crowd* (2014 [1840]). No surgimento da Sociologia refletiria esse fenômeno, assim como análises de autores como Nietzsche e seu conceito do *homem gregário* (tratado na seção 2 deste trabalho). No século XX, essa discussão pode ser continuada, cronologicamente, n^o *A Rebelião das Massas* (ORTEGA Y GASSET, 2016 [1929]) e nos livros da Escola de Frankfurt, que adicionariam àquelas ideias a crítica marxista do capitalismo.

resgatados da antiguidade, como *nosos*, a *kinesis*⁷ ou a *aspernatio rationis*⁸, designam os tipos de doenças do espírito presentes numa dada cultura.

A patologia cultural se caracteriza, na obra de Voegelin (1990, p. 277), por um “distúrbio da existência noeticamente [racionalmente] orientada”, isto é, da experiência da razão clássica. A alienação, o fechamento do *logos* humano para o fundo divino da existência – a interrupção da *periagoge* – resultaria na *apostrophe* (a renúncia da *periagoge*) e *agnoia* (ignorância). Como fenômenos ou sintomas resultantes do desvio da consciência em seu sentido clássico, Eric Voegelin (1990, p. 276, tradução nossa) – remetendo ao estoicismo – enumera os seguintes efeitos comportamentais⁹: “ganho de dinheiro incessante, busca de *status*, ‘mulherengismo’, comer demais, vício em iguarias e petiscos, beber vinho, irascibilidade, ansiedade, desejo de fama”.¹⁰ Após a queda de Atenas e o início de uma reorganização histórico-cultural do mundo helênico, os estoicos ergueram os pilares de uma ciência da alma ou *psique*. Voegelin afirma que o surgimento desse tipo de ciência é, entretanto, o sinal de uma sociedade capacitada para identificar suas desordens espirituais e em bom estado. Segundo Kieran Keohane (2016, p. 48), “o ponto [para Voegelin] é que toda sociedade sábia é capaz de reconhecer patologias e colocar seus remédios”.

Nietzsche (1992, p. 121), por sua vez, em seus ataques ao comportamento utilitário, afirmaria que os primeiros bens a serem requisitados por seus partidários são “*comfort* [conforto] e *fashion* [estilo]”¹¹. Brum (1998, p. 81) diz que esse tipo humano, na visão de Nietzsche, é um “homem animal-doméstico” [que] busca a felicidade e ignora a opção heroica daquele que escolheu viver o sofrimento sem medo das tensões de uma vida robusta”. O vazio de valores superiores na Europa – o *niilismo* - deixado após a morte de Deus, teria facilitado, para Nietzsche, o florescimento do *último homem*, que preza o bem-estar e a felicidade, o conforto, acima de tudo.

Se em Voegelin vemos a caracterização da ética dos “pequenos prazeres” da sociedade de massas moderna como uma fuga do *logos*, do *bios theoretikos* e da ordem da alma e da consciência, em Nietzsche, esse processo é visto como uma *animalização* do ser-humano, um descultivo de sua dimensão moral. Ao que parece, as patologias culturais identificadas por

7 Essa é uma terminologia utilizada por Tucídides em sua *História da Guerra do Peloponeso* para designar o estado crítico que então se encontrava a civilização grega.

8 Esse conceito foi desenvolvido pelo estoicismo, sobretudo em Marco Aurélio, e caracteriza a recusa de se viver por motivos racionais e o desequilíbrio na ação passional, inconsequente, irracional.

9 De acordo com Kieran Keohane (2016, p. 49), o quadro assinalado por Eric Voegelin é uma representação de “sintomas impressionantemente modernos”.

10 No original, “restless moneymaking, status seeking, womanizing, overeating, addiction to delicacies and snacks, wine tipling, irascibility, anxiety, desire for fame”

11 O alvo intelectual principal de Nietzsche é o pensamento utilitarista de Jeremy Bentham e John Stuart Mill.

Voegelin e Nietzsche visam um fenômeno comum, que parece estar presente ora no utilitarismo ou no hedonismo¹² modernos. Como lembra Andrew Moore (2013), a crítica do hedonismo pela ausência de um fundamento moral para além da realidade imediata da vida é recorrente na história das ideias desde o pensamento clássico, e Nietzsche e Voegelin revisitaram esse problema nos séculos XIX e XX¹³.

Por fim, Nietzsche e Voegelin também se viam como médicos da crise de sua época - a modernidade. Na *Gaia Ciência* (2009, p. 12), Nietzsche apresenta sua concepção do “médico filosófico, no sentido excepcional do termo – alguém que persegue o problema da saúde geral de um povo, uma época, de uma raça, da humanidade”. Scarlett Marton (2018, p. 1) aponta que, no *Ecce Homo*, Nietzsche passa definitivamente da “condição de médico de si mesmo a médico da cultura” e que atribui ao último “uma tarefa preparatória: a de destruir certas tendências, atenuar outras e liberar outras ainda, tendo em vista a renovação do corpo da cultura”. Voegelin (2017), por sua vez, também explica a sua visão terapêutica, curativa, da atividade filosófica. A filosofia, para Voegelin, desde Platão, seria eminentemente um caminho para ordenação da alma em meio ao caos social:

O logos do ser é o próprio objeto da investigação filosófica; e a busca pela verdade concernente à ordem do ser não pode ser conduzida sem diagnosticar os modos de existência na mentira [*untruth*] [...] As funções diagnósticas e terapêuticas são inseparáveis na filosofia como modo de existência. E desde que Platão, na desordem de seu tempo, descobriu a conexão [entre filosofia e terapêutica], a investigação filosófica tem sido um dos meios de estabelecer ilhas de ordem na desordem da época. (VOEGELIN, 2017, p. 295, tradução nossa)

A história hipocrática da terminologia de Platão é também reveladora desse caráter da filosofia:

Os termos *eidós* e ideia, que hoje consideramos naturais como termos platônicos e a metafísica aristotélica, têm sua origem em tratados hipocráticos do século V a.C. O *eidós* ou ideia é o agregado de sintomas que permite ao médico diagnosticar uma doença [...] No quarto século, através de Platão, os termos *eidós* e ideia, então, foram usados para significar, não o agregado de sintomas que caracteriza um estado de doença da sociedade, mas as características de uma ordem saudável. O filósofo, assim, opõe o seu conhecimento da saudável ordem da sociedade à ordem circundante, que ele diagnostica como afetada por uma doença, por um *nosos*” (VOEGELIN, 2004, p. 56, tradução nossa)

12 A obra de Herbert Marcuse, *Eros e Civilização*, de 1955, é um dos melhores exemplos desse caso.

13 Voegelin (1990, p. 278) cita a *logoterapia* de Viktor Frankl como um sinal desse estado cultural. Frankl (2006, p. 103, tradução nossa), referência de Voegelin para a caracterização do vazio existencial moderna com sua *noologia* (a filosofia do espírito) e psicologia existencial, por sua vez, afirma que a tensão inerente ao homem por um sentido na vida foi sintetizada por Nietzsche, quando este disse que “aquele que tem um motivo para viver pode suporta quase tudo [he who has a why to live for can bear almost any how]” (Nietzsche, *apud* Frankl, 2006, p. 104). Através de Viktor Frankl, portanto, encontramos mais um ponto de contato entre os diagnósticos culturais de Nietzsche e Voegelin.

O HOMEM SOCIALISTA

Tanto Nietzsche quanto Voegelin escreveram críticas às antropologias filosóficas do socialismo, uma tendência cultural que, ao lado do utilitarismo, surgia com veemência na modernidade. A concepção de homem proposta pelas doutrinas socialistas foi estudada por Nietzsche na *Vontade de Poder*¹⁴ (2008 [1905]), assim como por Voegelin em seu artigo *The Formation of the Marxian Revolutionary Idea* (1950) e em outros ensaios.

O ataque de Nietzsche ao socialismo dá-se, sobretudo, em duas frentes: (1) em sua crítica do idealismo, da ideia de trazer um “paraíso à terra”, que se enquadra em sua rejeição do utopias progressistas das Luzes, e em sua (2) análise do movimento socialista como uma “política de revanche”, que se enquadra em sua denúncia do *ressentimento* como fundamento da moral humana. Eric Voegelin, em sua análise, também veria o socialismo como um movimento que almejava alcançar o “reino da liberdade” e antecipar o fim da história – invertendo a escatologia cristã. Para Voegelin, essa distorção da filosofia da história agostiniana é o que caracterizaria o socialismo como uma *gnose*. A psicologia do gnosticismo, por sua vez, para Voegelin, seria marcada por uma experiência, sensação de alienação e vontade de transformação do mundo, semelhante ao caráter de revolta cósmica e tentativa de transfiguração do real do ressentimento nietzscheano.

Na *Vontade de Poder*, Nietzsche atribui, genealogicamente, sua crítica do socialismo a Rousseau e às filosofias morais do século XVIII. Primeiramente, Nietzsche pensa que esses autores partiram de uma concepção distorcida da natureza humana - o *perfeccionismo moral* – a ideia da origem perfeita da natureza humana e seu potencial aperfeiçoamento na história. Acreditaram que o homem era fundamentalmente “bom” – o *bom selvagem* rousseauiano – que seria alienado e corrompido pelas instituições sociais e pelo seu contato com os outros homens, pela vida em sociedade. A solução poderia vir pela reforma institucional, numa correção dos males humanos pela engenharia social e moral dos mecanismos corruptores. Nietzsche (2011, p. 377) opõe-se radicalmente a essa concepção do homem e da vida social: “Como acho ridículo o socialista, com seu otimismo absurdo sobre o ‘homem bom’, que está

14 Livro composto de textos do autor organizados sua irmã, Elizabeth, e seu amigo, Peter Gast. Projeto de Nietzsche, o livro não foi organizado e produzido pelo autor em vida. No entanto, trata-se de textos autênticos de Nietzsche, em toda a parte, referidos ao tema que planejava de dedicar: a vontade de poder. Gilvan Fogel (2008, p. 10, na *apresentação* da edição brasileira, traduzida por Marcos Sinésio, diz que ser “preciso que se enfatize: os textos são autênticos. Todos são da cunhagem, da lavra de Nietzsche. Não foram, como já se disse e se insinuou, distorcidos ou adulterados pelos organizadores. Seu ordenamento e sua publicação, porém, não seguiram rigorosos critérios crítico-filológicos”. É o livro onde se concentram as visões políticas de Nietzsche. Não somente sobre o socialismo (tema desta seção), mas sobre Bismarck, a Guerra, e muitos outros temas.

esperando para aparecer nos bastidores, se apenas um iria abolir a velha ‘ordem’ e libertar todos os ‘impulsos naturais’”¹⁵

Essa visão da natureza humana é radicalmente diferente da antropologia cristã, que se origina em Agostinho e é trabalhada por Blaise Pascal – grande influência de Nietzsche. A natureza intrinsecamente pecaminosa do homem, desde a *Queda*, acaba por impedir a inteira transferência do mal para o mundo exterior. A partir dessa inversão antropológica, Rousseau atinge a sua inversão histórica. A *Cidade de Deus* da redenção cristã de Agostinho é imanentizada, e pode ser agora trazida à *Cidade dos Homens*, à história empírica, pelas reformas rousseauianas. Niccolò Buccola (2009) sintetiza a importância dessa operação para o pensamento socialista:

Agostinho sustentou que o homem é inescapavelmente pecador e conclui que, como tal, a Cidade de Deus não pode ser alcançada na terra. A principal contribuição de Rousseau para a fundação do pensamento socialista é sua rejeição da pecaminosidade humana e seu compromisso com o aprimoramento humano por meio de uma mudança institucional. Com essa crença fundamental, ele preparou o terreno para as doutrinas políticas perfeccionistas que mudariam o foco do "próximo mundo" do Cristianismo, argumentando que este mundo pode ser transformado em "céu na terra". (BUCCOLA, 2009, p. 10, tradução nossa).

Fundamental para se compreender a crítica nietzscheana do idealismo social de seu tempo é o seu próprio do super-homem. Lutando contra as concepções do progresso moderno que, à sua vista, equalizavam e diminuía o homem, o autor apresenta o seu próprio mecanismo de individualização:

A degeneração global dos homens, descendo ao que os boçais socialistas veem hoje como seu “homem do futuro” – como o seu ideal! -, essa degeneração e diminuição do homem, até tornar-se o perfeito animal de rebanho (ou, como dizem eles, o homem da “sociedade livre”), essa animalização do homem em bicho-anão de direitos e exigências iguais é possível, não há dúvida” Quem já refletiu nessa possibilidade até o fim, conhece um nojo a mais que os outros homens – e também, talvez, uma nova tarefa [a do super-homem]”!...” (BUCCOLA, 2009, p. 10, tradução nossa).

Nietzsche pensa, sobretudo, que tal visão do homem estaria embasada numa falta de conhecimento do homem por si mesmo, um autoconhecimento que careceria de autocrítica. É, em outras palavras, para Nietzsche, uma espécie de egocentrismo, uma visão de si mesmo que

15 Essa sentença converge, diretamente, com aquilo Voegelin (2004, p. 60, tradução nossa) descreve em Rousseau e no neopelagianismo do século XVIII: “Ou pode entrar em combinação com o neopelagianismo do século XVIII, representado por Rousseau. O homem então será considerado basicamente bom, mas corrompido por instituições inadequadas; e a solução será encontrada em instituições corretamente construídas que darão rédea solta à bondade essencial do homem.”.

carece do valor da sinceridade, da autenticidade. Os devaneios da antropologia socialista e seus planos de reforma social só seriam possíveis por tal “insinceridade”, ignorância existencial. Para Nietzsche (2008), apenas iludindo-nos ou iludindo-se sobre nós mesmos é que podem os socialistas ou rousseauianos porem à frente suas teses: “Não se conhecer a si mesmo: a esperteza do idealista. O idealista: um ser que tem certas razões para permanecer na escuridão sobre si mesmo e é bastante inteligente para também permanecer na escuridão em relação a essas razões”. (NIETZSCHE, 2008, p. 344).

Nietzsche acrescenta que a teoria antropológica socialista não seria nem mesmo desejável. A visão trágica de Nietzsche, que apresentamos na seção 1, faz das “decadências” uma das matérias-primas da vida e, no plano da história, o destino de toda sociedade humana. Nietzsche (2008) quer uma ética “além do bem e do mal”:

Detrito, decadência, excrescência não são nada que deva ser condenado em si mesmo: são uma consequência necessária da vida, do acréscimo de vida [...] É uma vergonha para todos os criadores de sistemas socialistas que achem que possam haver circunstâncias, combinações sociais sob as quais não medrassem o vício, a doença, o crime, a prostituição, a *necessidade*... Mas isso significar condenar a vida... Nenhuma sociedade é livre para permanecer jovem [...] Não se elimina a velhice com instituições. A doença também não, assim como o vício. (NIETZSCHE, 2008, p. 43-44).

Num segundo momento, Nietzsche enxerga o caso socialista sob a sua teoria do ressentimento. Na *Genealogia da Moral*¹⁶, Nietzsche afirma que as classes inferiores das sociedades humanas teriam se caracterizado, ao longo da história, pela criação de sistemas morais que responsabilizavam a elite civilizacional por seu lugar e pela dor de sua existência. Tais éticas construídas a partir do *ressentimento* inverteriam as virtudes a serem perseguidas, com um elogio da fraqueza, da piedade, e, ao mesmo tempo, a repressão da força, da coragem e da dureza. É com tal tese que Nietzsche (2008, p. 371-380) critica, novamente, a psicologia socialista, que transferiria a responsabilidade da existência na busca de um efeito anestésico:

“Que culpa tenho de ser um miserável! Mas alguém deve ser culpado disso, do contrário isso não seria *suportável*! [...] Em suma, o pessimismo da indignação inventa responsabilidades, a fim de criar para si uma sensação *agradável*”. (NIETZSCHE, 2008, p. 371-380)

Eric Voegelin, por sua vez, começa sua crítica do marxismo-socialista pela sua imanentização da teoria da história agostiniana (mencionada acima) – a pressuposição de que a

16 “[...] perguntemo-nos *quem* é propriamente “mau”, no sentido da moral do ressentimento. A resposta, com todo o rigor: precisamente o “bom” da outra moral, o nobre, o poderoso, o dominador, apenas pintado de outra cor, interpretado e visto de outro modo pelo olho do veneno do ressentimento”. (NIETZSCHE, 2009, p. 29).

última etapa da história, o Juízo Final do cristianismo, poderia ser realizada aqui e agora. A experiência motivadora dessa atitude para com a história, para Voegelin, teria como *prima causa* uma alienação, um sentimento da criação demiúrgica do mundo, de um mal inerente da ordem do Ser, que deveria ser expiado mediante uma transfiguração ou *substituição* desta realidade. A sua primeira simbolização teria aparecido nos gnosticismos do início do Império Romano e, a partir de então, reaparecido ao longo da história. Voegelin resume, assim, a experiência gnóstica da alienação:

Da profusão de experiências gnósticas e suas expressões simbólicas, uma característica pode ser apontada como o elemento central nesta criação variada e extensa de significado: a experiência do mundo como um lugar estranho no qual o homem se desviou e do qual deve encontrar seu caminho de volta para casa, para o outro mundo de sua origem. “Quem me lançou no sofrimento deste mundo”. pergunta a “Grande Vida” dos textos gnósticos, que é também a “primeira e alheia vida dos mundos de luz”. É um estranho neste mundo e este mundo é estranho para ele [...] Daí a pergunta, “Quem me lançou na escuridão do mal” (VOEGELIN, 2000, p. 254-255, tradução nossa).

Voegelin (2000, p. 255) é claro ao afirmar que a experiência gnóstica encontra equivalentes modernos na espírito alienado de Hegel e de Marx (assim como no “lançamento” (*Geworfenheit*) do homem na existência de Heidegger). A reforma da ordem do Ser, isto é, a formação de uma “segunda realidade” a partir do estranhamento total é descrita por Voegelin em todas as suas variedades:

O trabalho de salvação, portanto, acarreta a dissolução da constituição mundana da *psique* e, ao mesmo tempo, a reunião e a liberação dos poderes do *pneuma* [espírito]. No entanto, as fases da salvação estão representadas nas diferentes seitas e sistemas - e variam de práticas mágicas a êxtases místicos, da libertinagem ao indiferentismo do mundo ao mais estrito ascetismo - o objetivo sempre é a destruição do velho mundo e a passagem para o novo. (VOEGELIN, 2000, p. 256, tradução nossa).

Tanto Nietzsche quanto Voegelin, desse modo, apostaram numa antropologia filosófica que contraria o perfeccionismo moral ou a experiência de total alienação – as duas faces do fenômeno socialista. O caráter tensional ou paradoxal da existência defendido nas duas obras se caracteriza, justamente, pelo reconhecimento da natureza dual da realidade, sejam nos pares ordem-desordem, como em Voegelin, ou alegria-sofrimento, em Nietzsche. A busca e a afirmação da ordem no caso, ou da alegria na tristeza, e a consciência da impossibilidade da estabilidade completa do processo vital, é o que Voegelin e Nietzsche tem para opor à antropologia socialista.

CONCLUSÃO

Os pensamentos de Nietzsche e Eric Voegelin, como buscamos apresentar neste artigo, abrem caminhos para inúmeras comparações. Com os seus conceitos que pertencem a tradição existencial, os dois autores reconheceram a necessidade de se desenvolver uma antropologia filosófica, um estudo da natureza humana e seus fundamentos no auge da modernidade. Com conceitos que sempre remetem ao caráter ambivalente da natureza humana e a responsabilidade exigida para levá-lo à frente, Nietzsche e Voegelin também permeiam as ideias de liberdade, necessidade e responsabilidade do existencialismo. Procuramos mostrar, por outro lado, o que os filósofos pensaram ser a distorção, as reversões desses estados essenciais e seus estudos da sociedade moderna ou de massas por meio dessas caracterizações.

Como relação ao fenômeno do socialismo, já presente no século de Nietzsche, mas plenamente demonstrado no século XX, de Voegelin, mostramos como ambos os autores escreveram análises rigorosas dessa ideologia de massa, de suas concepções da história e do homem. A posição de Nietzsche e Voegelin vê o socialismo, ora como um idealismo, uma teleologia histórica, ora como uma deturpação e transferência da responsabilidade da existência. Ao postular a própria bondade e transferir a responsabilidade de toda corrupção para o mundo, o outro, é aberta a possibilidade de transformação do mundo e do resgate dessa realidade original. É uma crítica a um “torto” autoconhecimento, como diz Nietzsche, ou a uma *egofania*, como diz Voegelin. Em Nietzsche e Voegelin, o véu do progresso e das revoluções do mundo e do homem é desvelado quando o autoidealismo socialista é contraposto a antropologias realistas.

REFERÊNCIAS

ALLAN POE, Edgar. **The Man of the Crowd**. California: CreateSpace Independent Publishing Platform, 2014.

ARISTÓTELES. **Metafísica**. 2. ed. Tradução de Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2016.

BRUM, José Thomaz. **O Pessimismo e Suas Vontades: Schopenhauer e Nietzsche**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

BUCCOLA, Nicolas. The Tyranny of the Least and the Dumbest: Nietzsche's Critique of Socialism. **Quarterly Journal of Ideology**, Shreveport, v. 31, n. 3-4, 2009.

CARPEAUX, Otto Maria. Nietzsche e as consequências. **Cadernos Nietzsche**, São Paulo, v. 37, n. 3, 2016.

FRANKL, Viktor. **Man's Search for Meaning**. Massachusetts: Beacon Press, 2006.

KEOHANE, Kieran. **The Social Pathologies of Contemporary Civilization**. London: Routledge, 2013.

LARGE, Duncan. Nietzsche's Use of Biblical Language. **Journal of Nietzsche Studies**, Pennsylvania, v. 22, 2001.

MARCUSE, Herbert. **Eros e Civilização: Uma investigação filosófica do pensamento de Freud**. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

MARTON, Scarlett. "Fiz de minha vontade de saúde, de vida, minha filosofia..." Nietzsche e o problema da medicina no "Ecce Homo". **Kriterion**, Belo Horizonte, v. 59, n. 141, 2018.

MOORE, Andrews. **Stanford Encyclopedia of Philosophy: Hedonism**, 2004. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/entries/hedonism/>. Acesso em: 13 out. de 2020

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **A Vontade de Poder**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2008

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Além do Bem e do Mal: prelúdio a uma filosofia do futuro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Genealogia da Moral**. São Paulo: Companhia das Letras,

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **O nascimento da tragédia ou helenismo e pessimismo**. São Paulo: Companhia do Bolso, 2007.

ORTEGA Y GASSET. Jose. **A Rebelião das Massas**. São Paulo: Vide Editorial, 2016.

PLATÃO. **A República**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

SCRUTON, Roger. **Modern Culture**. London: Bloomsbury, 1998.

STEEVES, Rouven. Nietzsche and Voegelin and the Search for a Truthful Order. *In*. TREEPANIER, Lee; McGUIRE, Steven F. **Eric Voegelin and the Continental Tradition: Explorations in Modern Political Thought**. Missouri: University of Missouri Press, 2011.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A Democracia na América**. Rio de Janeiro: Edipro, 2019.

VOEGELIN, Eric. **Anamnesis**. Columbia: University of Missouri Press, 1989.

VOEGELIN, Eric. **Modernity Without Restraint: The Political Religions; New Science of Politics; And Science, Politics and Gnosticism**. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1990.

VOEGELIN, Eric. Nietzsche, The Crisis and The War. **The Journal of Politics**, Chicago, v. 6, n. 2, p. 177-212, 1944.

VOEGELIN, Eric. **Published Essays, 1966-1985 (CW12)**. Missouri: University of Missouri Press, 2000.

VOEGELIN, Eric. **The Drama of Humanity and Other Miscellaneous Papers, 1939-1985**. Missouri: University of Missouri Press, 2004.

VOEGELIN, Eric. The Formation of the Marxian Revolutionary Idea. **Review of Politics**, Cambridge, v. 12, n. 3, p. 275-302, 1950.

O PLANO DECENAL MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (PDME) DE VIÇOSA-MG (2015-2024) E AS QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE: ANÁLISES SEMÂNTICAS E DISCURSIVAS

THE DECENAL MUNICIPAL EDUCATION PLAN (PDME) OF VIÇOSA-MG (2015-2024) AND THE MATTERS OF GENDER AND SEXUALITY: SEMANTIC AND DISCURSIVE ANALYSIS

EL PLAN DE EDUCACIÓN MUNICIPAL DECENAL (PDME) DE VIÇOSA-MG (2015-2024) Y LOS ASUNTOS DE GÉNERO Y SEXUALIDAD: ANÁLISIS SEMÁNTICO Y DISCURSIVO

Caio Corrêa Derossi¹

Resumo: O presente texto busca traçar um panorama geral e contextual dos debates sobre a criação dos Planos Decenais Municipais de Educação, inserido nos modelos teórico-legais das Políticas Públicas Educacionais na década de 1990 no Brasil, sob a égide do neoliberalismo. Nesse sentido, o texto busca analisar e compreender as relações expressas nos documentos legais supracitados, propondo um recorte para a questão de gênero. O texto segue uma abordagem qualitativa de natureza bibliográfica e documental, à luz de análises históricas, educacionais e embasadas nos textos oficiais. Após sintético balanço, o recorte focará no atual Plano da cidade de Viçosa-MG, com ênfase nas temáticas gênero e sexualidade, que estão retratadas no documento. Para tal estudo, utiliza-se os aportes da Análise do Discurso e da Semântica. Destarte, o que se alcança às guisas das considerações finais são as proposições para a reflexão crítica dos interesses imbricados com ideais políticos e debates estruturais.

Palavras-chave: Políticas Públicas Educacionais. PMDE. Análise do Discurso. Gênero.

Abstract: The present text seeks to outline a general and contextual panorama of the debates on the creation of Municipal Decennial Education Plans, inserted in the theoretical-legal models of Public Educational Policies in the 1990s in Brazil, under the aegis of neoliberalism. In this sense, the text seeks to analyze and understand the relationships expressed in the aforementioned legal documents, proposing an outline for the gender issue. The text follows a qualitative approach of bibliographic and documentary nature. For this, it follows the lights of historical, educational and based on the official texts. After a synthetic assessment, the clipping will focus on the current City Plan of Viçosa-MG, with an emphasis on the themes of gender and sexuality that are portrayed in the document. For this study, contributions from Discourse Analysis and Semantics are used. Thus, what is achieved by way of final considerations are the propositions for the critical reflection of interests imbricated with political ideals and structural debates.

Keywords: Public Educational Policies. PMDE. Discourse analysis. Gender.

Resumen: El presente texto busca esbozar un panorama general y contextual de los debates sobre la creación de Planes Municipales de Educación Decenal, insertados en los modelos teóricos-legales de las Políticas Educativas Públicas en la década de 1990 en Brasil, bajo los auspicios del neoliberalismo. En este sentido, el texto busca analizar y comprender las relaciones expresadas en los documentos legales antes mencionados, proponiendo un esquema

¹ Mestrando (2019) pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Graduado (2018) em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Viçosa.

para el tema de género. El texto sigue un enfoque cualitativo de carácter bibliográfico y documental. Para ello, sigue las luces de carácter histórico, educativo y basado en los textos oficiales. Después de una evaluación sintética, el recorte se centrará en el actual Plan de la ciudad de Viçosa-MG, con énfasis en los temas de género y sexualidad que se describen en el documento. Para este estudio, se utilizan las contribuciones de Discourse Analysis and Semantics. Así, lo que se logra a modo de consideraciones finales son las proposiciones para la reflexión crítica de intereses imbricados con ideales políticos y debates estructurales.

Palabras clave: Políticas educativas públicas. PMDE. Análisis de discurso. Género.

PRIMEIRAS QUESTÕES

O presente artigo teórico de abordagem qualitativa e de naturezas bibliográfica e documental ocupa-se por analisar e compreender o Plano Decenal Municipal de Educação (PDME) do município de Viçosa (VIÇOSA, 2015), localizado na Zona da Mata Mineira. Para tanto, alguns movimentos analíticos são realizados. O primeiro deles é situar o PDME em nível conjuntural, no plano de outras políticas públicas educacionais, bem como suas interseções com os aspectos políticos, econômicos, históricos e sociais. Sobre tais contextos e fatores, são observadas dinâmicas que sobrepujam os interesses coletivos e de formação integral, em prol das demandas do capital.

Posteriormente, apontando os matizes gerais da temática, elegeu-se a categoria gênero como um elemento a ser focado e como forma de exemplificação da sobreposição de demandas outras que não as coletivas e ocupadas da formação humana e holística, como será apresentado durante o texto. Assim, utiliza-se aqui, além da literatura especializada dos campos teóricos que compõem o texto, o estudo do PDME à luz das contribuições das análises da semântica e do discurso, refletindo sobre as construções discursivas e interessadas nas proposições das políticas públicas.

Portanto, nos sentidos da organização do texto, para além das seções que tratam dos aspectos introdutórios e conclusivos, o artigo contará com uma apresentação das políticas públicas e do contexto neoliberal, em um espectro global. Em seguida, concentra-se nas discussões das dimensões legais localizadas no estado de Minas Gerais e na cidade de Viçosa, sinalizando para as questões de gênero. Por fim, propõe-se a análise teórico-metodológica do texto do PDME.

HISTÓRICO DO PNE E SUAS RELAÇÕES COM OS DISPOSITIVOS LEGAIS

A apresentação e a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) em 2014 pelo Congresso corresponde a uma demanda já posta na Constituição Federal (CF) de 1988 e

ratificada e endossada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996. A LDB institui, a partir de sua promulgação, a Década da Educação.

Portanto, o artigo 214 da CF (BRASIL, 1988) estabelece a criação de um PNE, por duração de vários anos, que tenha como objetivo articular o melhor desenvolvimento dos diversos segmentos de ensino e integrar as esferas dos poderes públicos, para assumir o compromisso, bem como a condução de alguns objetivos: a erradicação do analfabetismo, universalização do atendimento escolar, a melhoria da qualidade do ensino, a formação para o trabalho e a promoção humanística, científica e tecnológica do país.

Já a LDB dispõe nos artigos 9 e 87 (BRASIL, 1996), a obrigação da União formular o Plano Nacional de Educação, afinado com declarações internacionais sobre educação das quais o Brasil seja signatário, encaminhar ao Congresso Nacional e instituir diretrizes e metas para o próximo decênio.

É a partir das disposições dos ordenamentos jurídicos e legais que o PNE ganha fôlego e *status* de lei, após aprovado pelos congressistas, normatizando os aspectos dos proponentes responsáveis, da duração e dos objetivos, por exemplo. Mas, é importante destacar que a ideia de um PNE, mais próximo do que conhecemos vem do governo Itamar Franco (1992-1995), com o Plano Nacional de Educação para Todos, como produto e parte das exigências da Conferência Mundial de Educação, ocorrido em Jomtien, na Tailândia (1993-1994) (UNICEF, 1990).

O Plano foi aprovado no final do governo de Franco e recuperado apenas no primeiro mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), em 1996, com a aprovação da LDB, em sintonia com a Declaração Mundial de Educação para Todos (UNICEF, 1990). O PNE conteria, assim, as diretrizes e metas para todos os segmentos de ensino.

É em 1998 que chegam ao Congresso dois projetos de lei (PL) que almejavam a concretização do PNE. Um advindo do deputado federal Ivan Valente (PT-SP), outro do Ministério da Educação (MEC). Entretanto, a Comissão de Educação da Câmara decidiu por redigir um projeto substitutivo que contemplava alguns aspectos de ambos projetos. O novo PL foi aprovado no final do ano de 2000 pelos deputados e em 2001 pelo presidente FHC, então em seu segundo mandato presidencial (1999-2003).

A Lei 10.172, de 09 de janeiro de 2001 (BRASIL, 2001), que propõe o PNE, estabelece a obrigatoriedade de os estados e municípios apresentarem, aos poderes legislativos respectivos, um Plano Decenal de Educação próprio. Os princípios que regiam o documento versavam sobre o direito universal à educação, a sua importância para o

desenvolvimento social e econômico do país, a redução das desigualdades no acesso e permanência na escola e a democratização na gestão escolar.

O PNE objetivava condições análogas aos seus princípios. Em função de problemas com recursos, para o financiamento da educação, o PNE/01 privilegiou o ensino fundamental, para as crianças e para quem não tinha cursado ainda, bem como a ampliação de outros segmentos e a criação de sistemas de avaliação da qualidade de ensino.

Entretanto, quando se recua no tempo, a ideia de um PNE não é uma novidade dos anos 1980 e 1990. Ela é ventilada ainda nos primeiros anos da Era Vargas (1930-1945), em 1932, mas não consegue avançar em função do Golpe do Estado Novo (1937). Ela é retomada durante o Governo João Goulart (1961-1964), em 1962, e mais uma vez, não consegue progredir em função do Golpe Militar de 1964. A Ditadura Civil-Militar (1964-1985), em 1967, tenta retomar a ideia da criação de um PNE, mas, por dificuldades internas entre os mandatários do Regime, o plano é frustrado.

É válido ressaltar que, com exceção da Constituição produzida pelo Golpe do Estado Novo em 1937, todas as outras cartas constitucionais republicanas, vindas *a posteriori*, assinalam de forma direta ou não, o consenso de se ter um PNE e que ele tenha um respaldo legal. É somente com o processo de redemocratização e com a nova CF de 1988, que a ideia do PNE ressurge, agora em uma perspectiva de longa duração, com os prazos alongados para a aplicação, com respaldos e com proteções legais. É conveniente afirmar que este plano é fruto também das mobilizações sociais e de categorias trabalhistas da educação, que, com o fim da ditadura militar no país, engrossam as massas manifestantes por direitos e por garantias, antes alijadas de vários grupos sociais (COSTA, 2000).

AS POLÍTICAS NEOLIBERAIS NA EDUCAÇÃO: OCASO FORMATIVO E REDEENÇÃO DO PRIVADO

Nas entrelinhas e na observação do contexto de produção dos documentos, deve-se considerar o paralelismo com os organismos internacionais, que veiculam as propostas da educação voltada aos interesses do mercado e a qualificação profissional como seu principal mote. Até os léxicos nominais utilizados para retratar princípios e objetivos da educação são imiscuídos com uma lógica gerencial e mercadológica.

A palavra autonomia é referida como uma forma respeitosa de garantia de componentes idiossincráticos de cada região, entretanto ela revela também uma face de desresponsabilização frente a algumas necessidades, no sentido de quem deve primeiro

responder sobre. Tem-se uma replicação de um molde neoliberal para esferas menores, no caso, os municípios.

A articulação entre União, estados e municípios muito se refere a uma descentralização do Estado, enquanto garantidor da educação pública, já que são, no mínimo, nubladas as especificações quanto aos valores e as verbas repassadas, em um período de crescente desmonte das conquistas educacionais (DUARTE, 2010). Cabe considerar que a CF de 1988 traz inúmeros avanços sociais em relação às constituições anteriores, tanto que foi apelidada, também, como Constituição Cidadã, entretanto confere uma ambiguidade não limitando as ações do Estado e de grupos privados na economia do país. Como garantir uma livre iniciativa privada, sem grandes especificações e delimitações, frente a um Estado que deve fornecer e assegurar o bem-estar social? (COSTA, 2000).

A ambiguidade se inscreve aí. E na esteira de algumas brechas legais, de interesses específicos, de governos de coalização, de entendimentos estreitos sobre as funções e os objetivos formativos dos espaços escolares, políticas e ações que resguardam avanços e considerações importantes, revelam na outra face, que antes estava na penumbra, a divisão clara de educações voltadas a determinados segmentos sociais, a formação de massas trabalhadoras e o atendimento de setores específicos (COSTA, 2000).

ENTRE O OBJETO E AS IMAGENS FORMADAS: AS IMPLICAÇÕES DO PNE NO ESTADO DE MINAS GERAIS

A LDB, no seu artigo 10, confere aos estados da federação a responsabilidade de fazer um plano educacional que dialogue com as diretrizes da União, apresentando-o e integrando os municípios que compõem o seu território. Mas, o estado de Minas Gerais teve por opção em acordo com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME/MG) e em nome das liberdades e das autonomias dos municípios, firmados em acordo nos anos 1990, a proposição estadual de criação paralela e concomitante dos planos estadual e municipais, em observância ao PNE.

As ações se inscreveram em tentativas e planejamentos que visavam a ações democráticas de diálogos e de trocas. A Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG) orientou os 853 municípios, dentre outras formas, com a formulação do Atlas da Educação de Minas Gerais, de organização da Fundação João Pinheiro (MINAS GERAIS, 2005). O Atlas continha os dados estatísticos relativos à educação, que corroborou para a formulação dos planos municipais. Portanto, as ações promovidas encaminharam de forma

consonante às construções dos planos, em níveis do estado e dos municípios, de acordo com as disposições da União.

O Plano Estadual de Educação de Minas Gerais (MINAS GERAIS, 2018) estabelece objetivos análogos ao da Constituição Estadual (MINAS GERAIS, 1989), que estão presentes também na CF, no artigo 214 (BRASIL, 1988):

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público que conduzam à:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - melhoria da qualidade do ensino;
- IV - formação para o trabalho;
- V - promoção humanística, científica e tecnológica do País.

O Plano Decenal Municipal de Educação de Viçosa (VIÇOSA, 2015), para além da CE, da CF e da LDB, tem na Lei Orgânica Municipal (LO) de 1990, no artigo 206, a disposição do compromisso de elaboração de um Plano Municipal de Educação (VIÇOSA, 1990). Para além da história do município e da história da educação presente nele, que segue moldes gerais a partir da história da educação no Brasil, excludente e hierárquica. Vale destacar que é no final da década de 1980 que o município toma a responsabilidade do ensino fundamental para si, antes de massiva presença do Estado. Este movimento é percebido quando identificamos a oferta do ensino fundamental integralmente na zona rural do município e quase integral na zona urbana, de responsabilidade municipal.

Como colocado pelo PNE, o PDME, deve ser articulado com os pressupostos estadual e federal. Por isso, ele é alinhado também com os compromissos acordados internacionalmente. É importante destacar que o plano municipal segue com objetivos específicos e é realizado de acordo com as possibilidades locais, de orçamento, em função das necessidades específicas do município.

Outra questão importante é que a realização do PDME pressupõe a participação de vários setores e dos cidadãos, através dos Fóruns Municipais de Educação. Sendo assim, essas demandas e esse documento superam uma gestão do município e da Secretaria Municipal de Educação, uma vez que representa as vozes dos envolvidos e, assim, deve ser seguido pelos governos subsequentes.

Em 2005, outro marco importante para o PDME de Viçosa foi a criação da Comissão Municipal de Educação, responsável pela relatoria do Plano e proposta com o intuito de torná-

lo mais democrático e coerente com os seus princípios. Portanto, 2006 foi o ano da criação do primeiro Plano Municipal, com duração até 2015. Convém lembrar que existe uma comissão de avaliação do PDME, que é responsável por acompanhar seu desenvolvimento e aplicação.

Após um breve histórico do PNE, do PEE e do PDME para a contextualização dos movimentos políticos e sociais para a educação, passaremos à análise do novo Plano Municipal, que revogou o que estava vigente, com destaque ao que diz respeito às leituras de gêneros, de sexualidades e de diversidades.

O PDME DE VIÇOSA: DISPOSIÇÕES INICIAIS

A análise realizada a partir da Lei nº 2.487/2015 (VIÇOSA, 2015), que corresponde ao objeto, último e vigente PDME de Viçosa, sairá das discussões legais e históricas para propor uma discussão imbricada na análise crítica da escrita do dispositivo legal, próprio do exercício de investigação científica, principalmente no que toca às questões de gêneros, de sexualidades e de diversidades.

Os estudos de semântica responsáveis pela significação, pelos sentidos, têm muito a contribuir para pensarmos em pontos vagos e que abrem brechas para interpretações ampliadas/particulares dos textos legais. Por vezes, a omissão e a explicitação de termos, também corroboram para uma redação pouco objetiva e clara das leis (CANÇADO, 2005). Já a análise de discurso permitirá o estudo imbricado da formação discursiva aliado a ideologias e a condições de produção muito específicas, com remetentes e destinatários claros (BRANDÃO, 2004).

A partir dos estudos de Louro (1997; 2000; 2004), percebe-se a importância e a crescente discussão dos estudos de gênero, de sexualidade e de diversidade na educação, agora imbricados com questões das políticas públicas. É interessante afirmar que esses temas, até a década de 1990, no Brasil, estavam muito ligados às discussões da Psicologia da Educação e das Teorias de Desenvolvimento Humano.

A emergência da temática em outros campos, não só da Pedagogia, pode ser explicada por uma revisão geral das teorias estruturalistas, começadas no final da década de 1970 para o início de 1980, maior inserção de grupos e de movimentos antes alijados da sociedade, bem como mais direcionado à teoria crítica de formação de professores e ao anseio de unir teoria e prática na formação e na constituição profissional, por exemplo (CONTRERAS, 2002).

É importante ressaltar a confluência e a complementaridade das contribuições de distintas áreas, pois não é fortuito promover divisões rígidas para os estudos acadêmicos.

Portanto, parte-se de uma concepção de sexualidade, por exemplo, que extrapola a noção das genitálias ou da projeção no outro, existente e legítima, para uma noção mais alongada e mais ampla, de sexualidade como prazer, como pulso, trazida pelos estudos da psicanálise. Assim, quando vista de forma ampliada, não se concentra em uma idade específica ou a uma disciplina, visto que está diluída e que tem correlações socioculturais, muito anteriores às disposições teóricas sobre o assunto. Portanto, se recuarmos novamente à Psicanálise, figura em nossos conscientes e inconscientes, noções comportamentais, culturais, lembranças, desejos, proibições que, referem-se, portanto à diversidade, ao gênero e às sexualidades.

Do ponto de vista histórico e sociológico, o gênero, conceito e categoria analítica, estavam historicamente relacionados às mulheres e suas lutas dentro do movimento feminista em prol do sufrágio, dos direitos no mercado de trabalho e da igualdade social (MACHADO, 1992). Mas, conforme Scott (1990; 2012), gênero é uma construção social, cujas concepções variam de acordo com o tempo histórico e se processam nos imaginários e nas práticas sociais. Assim, conforme a autora assinala, apenas a discussão do conceito pelo viés biológico ou morfofisiológico pouco contribui para o entendimento mais ampliado sobre o que é ser homem, mulher, os comportamentos esperados, as movimentações dos corpos etc. Logo, com discussões plurais, acompanhando as rupturas e as continuidades, ao longo do tempo, com o exercício crítico, pode-se nortear melhores as diretrizes de formação.

Entretanto, para além de uma mudança nos debates, é sensível nas mídias reverberações sobre uniões civis homoafetivas, a adoção de crianças por casais de mesmo sexo, a ascensão de debates sobre *drag queens*, fora os inúmeros casos de violências, de mortes e de abusos cometidos em função das orientações sexuais individuais. É interessante pensar que, desde o início das discussões acerca o PDME, as questões de gênero e de sexualidade não eram prioridades a serem enfocadas pelo documento. Entretanto, o seu trâmite na Câmara de Vereadores foi bastante movimentado por setores da sociedade civil e principalmente religiosos, de vertentes católica e neopentecostal, reivindicando que o tema em questão não fosse de fato abordado. Pode-se relacionar, como um fator entre a miríade de outros fatores envolvidos, o Projeto Escola sem Homofobia, do ano de 2011, que era voltado à Formação de Professores. Mesmo que nunca tenha sido efetivado, fora o subsídio para aventar a ideia do “Kit Gay”: um suposto conjunto de materiais, destinados às escolas e aos alunos, no qual seus conteúdos feririam liberdades individuais e da família e ainda estimulariam crianças para práticas homoafetivas, segundo os que assim fazem tal leitura.

Destarte, o PDME, que já não tratava de forma substantiva do assunto, reafirmou que não trataria.

O texto não chancela nem milita em função de uma causa ou de uma corrente específica. Entretanto, o que o debate central permeia é o respeito à dignidade e à alteridade humanas, dos seus corpos, dos seus desejos, frente a qualquer outro tipo de opinião. Pois, antes de pensarmos no que concerne ao privado, vivemos em um coletivo social, com presenças várias opiniões, que não podem ser ignoradas. Apesar da possibilidade da discordância, a existência não pode ser negada ou diminuída. E é a escola, em um entendimento mais universalizante, que promove o encontro e o debate entre as diferenças.

Partindo, então, de tais pressupostos, o que desperta nossa atenção no PDME, já em suas diretrizes, são a vagueza semântica e a supressão dos temas ligados à temática aqui enfocada. Para além do que já é diretriz nos documentos supracitados, alguns pontos nos chamam atenção, pois se apresentam de uma forma vaga, indefinida, sendo que a partir da multiplicidade de sentidos, as suas atribuições práticas são reveladas de acordo com os interesses dos personagens cumpridores.

PMDE DE VIÇOSA: À DERIVA DA VAGUEZA SEMÂNTICA

Cançado (2005, p. 57) afirma que, na maioria das vezes, é decisiva para o estabelecimento de sentido a dificuldade de se estabelecer léxicos e significados adequados às práticas linguísticas, muitas vezes em função do contexto. Portanto, a pesquisadora salienta:

Todo falante sabe que dar o significado das palavras não é uma tarefa fácil. Às vezes, pensamos que sabemos o significado de determinada palavra, mas, quando tentamos estabelecê-lo exatamente, ele nos foge. Isso se deve ao fato de a significado, na maioria das vezes, estabelecer-se a partir de um determinado contexto. Geralmente é mais fácil definir uma palavra se esta é dada no contexto de uma sentença. Efeitos contextuais podem direcionar os significados das palavras para diferentes caminhos.

Assim, de forma isolada, uma palavra pode ter o significado claro e específico para o falante. Entretanto, quando em situações diversas, aquela palavra, convencionalmente utilizada para designar determinada ação, por exemplo, pode assumir as mais diversas significações. O perigo disso nos textos legais é a abertura a interpretações variadas, que não privilegiem os interlocutores, em um sentido mais global.

Portanto, a vagueza semântica é uma classificação fortuita para se pensar nesse caso. A vagueza é atribuída a um sentido que pode ser compartilhado, em diversas situações comunicativas, entretanto ele não é explicitado, explicado, o que o torna vago.

Cançado (2005, p. 58; 60) afirma que:

A ideia geral é que, em exemplos de vagueza, o contexto pode acrescentar informações que não estão especificadas no sentido; e, em exemplos de ambiguidade, o contexto especificará qual o sentido a ser selecionado. [...] Retomando a noção de vagueza, toma a realçar que esse fenômeno semântico está associado a expressões que fazem referências apenas de uma maneira aproximada, deixando o contexto acrescentar as informações não especificadas nas expressões vagas.

A exemplo, a décima diretriz, que diz: “promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.” Que tipo de respeito e qual tipo de diversidade serão promovidas? No sentido desta e de outras questões, Cançado (2005, p.60) reflete sobre a vagueza inserida nos processos comunicativos:

Em termos de processo de comunicação, a vagueza é uma propriedade da língua muito útil. Trata-se de uma maneira econômica e, contraditoriamente, exata de nos expressarmos, sem que sejamos obrigados a determinadas escolhas, às vezes, muito complicadas no uso da língua.

Quando se analisa de forma isolada os léxicos diversidade e sustentabilidade, a exemplo, podem ter significados variados, dependendo dos contextos. A vagueza não se faz presente só a partir dos anos analisados ou em uma única esfera de atuação: o PNE de 2014, por exemplo, trazia uma diretriz de “Erradicação da Discriminação”. Novamente, sem tratar de gênero, pergunta-se: qual(ais) discriminação(ões) seriam essas?

Entretanto, inserido em tal princípio, percebe-se uma linha, um contexto vago que delinea tais palavras, encaminhando-as para um eixo de significação. Porém, não é coeso o significado. Falar de diversidade e sustentabilidade é muito geral, ampliado. Novamente, pergunta-se: quais diversidade e sustentabilidade terão respaldo na lei? A quem e pra quem servirão? Mais adiante, as três últimas diretrizes, dão os indícios:

XI - valorização da família como o mais importante meio de educação, na formação e estruturação da sociedade;
XII - garantia do direito dos pais de conduzirem em suas famílias a educação moral, ética e religiosa, conforme seus princípios familiares, sem interferência do Estado,

valendo-se da escola como instrumento;
XIII - não aplicação dos componentes da ideologia de gênero. (VIÇOSA, 2015).

A família é uma instituição social importante para a estruturação da sociedade, objeto de estudo de inúmeros campos e reconhecida em vários dispositivos legais, bem como sua autonomia. Entretanto, que tipo de família que está sendo reconhecida neste documento? A Lei acompanha os novos arranjos familiares, representados não só por casais do mesmo sexo, mas por mães e filhos, avós, tios(as) e crianças, por exemplo?

A diretriz seguinte, além de remeter ao modelo familiar preconizado pelos textos legais, propõe novamente a reflexão sobre os limites e as fronteiras entre o particular, o privado e a interação e a participação em sociedade. O entendimento sobre a escola é outro ponto destacado. É sabido que durante experiências autoritárias, a escola foi objeto de censura e instrumento para veiculação de ideias do regime legal vigente.

Entretanto, apresentar e discutir sobre diversidade, por exemplo, confere como intervenção do Estado na vida particular de um indivíduo e/ou de um grupo familiar? Não é papel da escola, da educação escolar, preparar o indivíduo para o convívio em sociedade? A cidadania, que respalda os direitos e os deveres dos indivíduos em sociedade, ponto que deve ser preconizado pela educação, também não garante o respeito ao reconhecimento das diferenças? Essas e outras tantas questões são colocadas para a reflexão de debates tão acalorados e importantes para a sociedade.

Por último e no mesmo sentido, como pensar em qualquer medida ou ação que seja desprovida de alguma intenção ou propósito? Paulo Freire já nos alertara: “Não existe imparcialidade. Todos são orientados por uma base ideológica. A questão é: sua base ideológica é inclusiva ou excludente?” (FREIRE, 2011. p. 20). E o que pensar da escola que ensina aos seus alunos o que é certo ou errado ou o que eles devem ser, preferir? A escola é responsável por entre outras coisas, veicular conhecimentos técnicos e incutir um espírito crítico para que o aluno consiga tirar as próprias conclusões, propondo novas interpretações e reconhecendo as produções anteriores. E é no convívio com o outro, com o diferente, que aprendemos e mediamos o que já conhecíamos com o novo.

Convém afirmar, que semelhante ao Projeto Escola Sem Partido², as vozes contrárias à emergência do que é diferente surgem em momentos que determinados grupos, classes, segmentos conseguem reivindicar direitos e espaços e ganham ressonância.

A chegada ao Palácio do Planalto de um operário nordestino incomodou muita gente. Mas, para além das questões sociais, acreditar na doutrinação, especialmente fora de um contexto de exceção, já que as resistências são sempre presentes, é negar os conhecimentos, os contextos formativos, as curiosidades e as críticas dos estudantes, bem como questionar o profissionalismo do docente de forma enviesada também o é.

PMDE DE VIÇOSA: FORMAÇÃO DISCURSIVO-IDEOLÓGICA DOMINANTE

O esforço da análise do discurso é buscar entender os processos interativos, de forma que os discursos, enquanto produto-produtor, reverberem nos contextos e nos personagens que circulam. Já imbricado com a semântica, a contribuição da análise do discurso é importante para este empreendimento. Assim, segundo Brandão (2004), ideologia surge como sinônimo de pensar científico, do estudo das relações entre a natureza e o meio, muito partidária da corrente positivista, fazendo oposição aos pensadores idealistas. É com a oposição de Napoleão Bonaparte aos ideólogos franceses, que criticavam sua relação com o poder, que ideologia passou a ser significada de forma pejorativa, remetendo a uma doutrina com apelo para a formação de seguidores, com o objetivo de contrariar a ordem estabelecida.

E é com esta última significação que alguns enunciadores estabelecem uma relação antinômica entre conhecimento e ideologia com a finalidade de caracterizar, a partir de uma perspectiva hierárquica, toda produção relativa a gênero e sexualidade, por exemplo, como não científica, partidária, doutrinadora e, portanto, nesta perspectiva, ideológica.

O que as ideologias fazem, para Marx (1971), são as inversões das relações vigentes, favorecidas pela separação entre os trabalhos intelectual e manual. É nessa distinção mais rígida que ocorre a sobreposição de importância do primeiro sobre o outro. É neste sentido que se tem a caracterização da ideologia para o marxismo: um instrumento de dominação

2 O Projeto Escola Sem Partido, que surge em concomitância e por um entendimento de um segmento radical da direita brasileira, de ressentimento com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva, de uma indignação com as Ciências Humanas e a suposta questão de doutrinação. A proposição, dentre as várias que existem, retoma a de um pastor evangélico, que reforça a precedência da família para a educação, baseado em um artigo da Constituição Federal, o 206, mas que ignora a pluralidade constitucional pregada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), e da própria LDB. O projeto, ao ser compartilhado de inúmeros especialistas, significa a prevalência de ações contra o pluralismo de ideias, contra a liberdade de expressão, cláusula pétrea da Constituição, e mais uma vez, serve a interesses próprios e muito específicos, que suprimem o direito de minorias.

classista, que faz passar o pensamento da classe dominante como o postulado hegemônico, de todos. Assim, arrefecem-se os mecanismos de divisão para que a ilusão da ideologia, refletida em um modelo de vida que deve ser seguido, possa se fazer presente nas classes subalternas.

Já Althusser (1985) trabalha com a ideia de reprodução da ideologia dominante através dos aparelhos e instituições repressivos do Estado, dentre os quais, a escola faz parte. O primeiro é caracterizado principalmente pelo uso da força e o segundo pelo maior uso da ideologia. Althusser debruça-se sobre o exercício de elencar características gerais da ideologia. Portanto, sai de cena a hipótese simplista de mera repetição de um determinado comportamento, para as formas de relação produtiva e sob o imaginário dos envolvidos, dentro das realidades sociais. Outro ponto é que a existência da ideologia só se faz possível a partir da ação para posterior reflexão dela. Tal ordem subverte a noção idealista hegeliana, seguindo a noção marxista, que é revisitada por Althusser.

A ideologia para Gramsci, segundo Gallo (1998), é formada em parte pelos pressupostos marxistas relacionando a superestrutura social com a infraestrutura econômica e com a formação leninista de correspondência ao conjunto de ideias, falsas ou não, de uma classe social. O conceito gramsciano de hegemonia é o que corrobora com o entendimento de ideologia ligado à realidade social. O que Marx denominara como domínio de uma classe e de seus interesses em cada período da história, o filósofo italiano tratará como os interesses hegemônicos da classe dirigente. É de se imaginar que ambos os processos, tanto o retratado em Marx como o de Gramsci, enfrentam resistências. E para se manter a hegemonia, além dos controles das forças dinâmicas e antagônicas pela coerção e violência, a ideologia exerce papel fundamental como via de manutenção do poder sem o uso da força. Logo, é a ideologia que amálgama de forma coesa os pensamentos com as posições sociais e suas funções.

Destarte, a questão da ideologia pode ser entendida, em linhas gerais, através dos seguintes panoramas: uma concepção marxista, de sobreposição da ideologia da classe dominante sob os dominados, através de mecanismos sociais que escamoteiem as desigualdades.

Assim, tomando em consideração o exposto sobre ideologia, não se encontra fundamentação teórica para movimentos que localizam uma chamada “ideologia de gênero”. Essa é contrária a qualquer lógica educacional, uma vez que uma das funções da educação é apresentar amplamente as diversas condições existentes na sociedade.

Fazer essa apresentação não é impor, cancelar como única posição possível, mas, sim, fomentar o conhecimento, o respeito e diminuir o preconceito. Falar de gêneros, de

sexualidades e de diversidades, com toda certeza não é só função da escola. Mas, ela cumpre um papel fundamental, pois atua de forma ampliada para a formação do cidadão, uma vez que esses temas não são exclusivamente de foro privado.

O tratamento é diferente já que, no bojo familiar, cabe a afirmação particular de determinada moral, de princípios religiosos e de uma autonomia geral, sobre como criar os filhos. Entretanto, essa autonomia não pode ferir a formação integral e cidadã das crianças, já que elas convivem em sociedade e a família é uma primeira instituição, dentre outras que são formativas e participativas na vida dos estudantes e que reverberam durante toda a vida. É função da escola ensinar sobre o diferente para que todos conheçam e respeitem. Independente da condição ou da acolhida, as diversidades são existentes na sociedade, produtos e produtores de uma série de contextos sociais. Segundo Dorzol (2009, p. 227):

[...] cada atividade humana converge para a sua localização adequada no mundo. Podemos estendê-la à escola, instância intermediária entre o âmbito privado (família) e o âmbito público (política), que exige um tratamento diferenciado e adequado a sua natureza de atividade humana específica.

Logo, a escola, como instituição social formadora, não pode se privar de pensar, de refletir e de permitir o encontro com a alteridade, de forma a reconhecer e acolher o diferente, sem nenhuma hierarquia ou classificação. Cabe ao estabelecimento escolar ser o espaço onde também se prepara para as relações em sociedade, para o respeito às diferenças e para a luta e a defesa em cumprimento dos direitos e deveres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL ENTRE LUZES E SOMBRAS

À guisa das considerações finais, é importante analisar as questões de gêneros, sexualidades e diversidades através de vieses epistemológicos e legais, assim entendendo o currículo como o produto que se baseia em função de disposições de conteúdo e das questões vigentes no cenário jurídico.

Quando se volta às implicações das políticas públicas, a análise pode ser dividida de forma mais generalizada e de forma mais concisa. A primeira reflete-se sobre um balanço geral das políticas públicas à níveis federal, estadual e municipal, já realizado. O segundo, que interessa mais ao texto, busca a melhor compreensão dos motivos que estabelecem um plano

que não aborda temáticas transversais importantes. As respostas não foram conseguidas, entretanto as perguntas são deixadas.

Para além de uma realidade, das questões orçamentárias, da segregação espacial, entre outros, que são fatores importantes, entretanto não são objetivos, visto a sua generalização. Mas, o que permanece ao fim é a postura de uma educação partidária a determinados setores, com fins muito específicos, que não são os da pluralidade, o do respeito às diferenças e da formação holística, infelizmente.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos do Estado**: nota sobre aparelhos ideológicos do Estado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

BRANDÃO, H. N. **Introdução à Análise do Discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1998. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf> . Acessado em: 22 dez. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 11ª edição. Brasília, 1989. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/508200/CF88_EC85.pdf . Acessado em: 22 dez. 2020.

BRASIL. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, Brasília, 1996. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf> . Acessado em: 22 dez. 2020.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Lei nº 10.172 de 09/01/2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm Acessado em: 22 dez. 2020.

CANÇADO, M. **Manual de Semântica**: noções básicas e exercícios. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

CONTRERAS, J. **A autonomia de professores**. São Paulo: Cortez, 2002.

COSTA, T. Os anos noventa: o ocaso do político e a sacralização do mercado. *In*: MOTA, C. G. (Org.). **Viagem incompleta**: a experiência brasileira (1500-2000). São Paulo: SENAC, 2000. p. 247-282.

DORZOL, M. de S. Memórias escolares: sem ressentimentos. **Revista Educação e Realidade**, UFRS, v. 34, n. 02, p. 225-237, 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/9353> . Acessado em: 22 dez. 2020.

DUARTE, A. Tendências das reformas educacionais na América Latina para a Educação básica nas décadas de 1980 e 1990. *In*: FARIA FILHO, L. M. de; NASCIMENTO, C. V. do; SANTOS, M. L. dos (orgs.). **Reformas Educacionais no Brasil**: democratização e qualidade da escola pública. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010, p.161-185.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 50.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GALLO, S. Subjetividade, ideologia e educação. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 16, n. 29, p. 133-152. 1998. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10581> . Acessado em: 22 dez. 2020.

LOURO, G. **Gênero, sexualidade e educação**. São Paulo: Editora Vozes, 1997.

LOURO, G. **Currículo, gênero e sexualidade**. Porto: Porto Editora, 2000.

LOURO, G. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria *queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MACHADO, L. Z. Feminismo, Academia e Interdisciplinaridade. In: COSTA, A.; BRUSCHINI, C. (org.). **Uma questão de gênero**. São Paulo: Rosa dos Tempos, 1992.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção capitalista. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

MINAS GERAIS. **Atlas Educacional de Minas Gerais**. Fundação João Pinheiro, 2005.

MINAS GERAIS. **Constituição do Estado de Minas Gerais**. Minas Gerais, 1989. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/export/sites/default/consulte/legislacao/Downloads/pdfs/ConstituicaoEstadual.pdf> . Acesso em: 22 dez. 2020.

MINAS GERAIS. **Política Educacional do Estado de Minas Gerais**. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, 2003.

UNICEF. Declaração Mundial sobre Educação para Todos. **Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas da Aprendizagem**. Jomtien, Tailândia, 1990. Disponível: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990> . Acessado em: outubro de 2018.

VIÇOSA. **Lei nº 2.487/2015** - Aprova o Plano Decenal Municipal de Educação - PDME e dá outras providências. Viçosa: Secretaria Municipal de Educação, 2015. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/a/mg/v/vicosa/lei-ordinaria/2015/248/2487/lei-ordinaria-n-2487-2015-aprova-o-plano-decenal-municipal-de-educacao-pdme-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 22 dez. 2020.

VIÇOSA. **Lei Orgânica do Município**. Prefeitura Municipal de Viçosa, 1990. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/lei-organica-vicosa-mg> . Acesso em: 22 dez. 2020.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 15, n.2, jul./dez. p. 71-97. 1990. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721> . Acesso em: 22 dez. 2020.

SCOTT, J. Os usos e abusos do gênero. **Projeto História**, São Paulo, n. 45, p. 327-351, 2012. Tradução: Ana Carolina E. C. Soares. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/15018/11212> . Acesso em: 22 dez. 2020.

“POPULAÇÕES TRADICIONAIS”: REFLEXÕES ACERCA DE UM CONCEITO

“TRADITIONAL POPULATIONS”: REFLECTIONS ABOUT A CONCEPT

“POBLACIONES TRADICIONALES”: REFLEXIONES SOBRE UN CONCEPTO

Mariana Alves Simões¹

Resumo: Este trabalho apresenta-se como uma tentativa de refletir a respeito da concepção do conceito de “populações tradicionais” a partir da politização dos movimentos ambientalistas, do “racismo ambiental”, do uso das aspas e do embate quanto à atribuição da categoria “tradicional” a grupos humanos. Pretende-se ainda pensar a legitimidade e a relevância de nomear, ou não, as ditas “populações tradicionais”. Para isso, recorre-se principalmente, mas não somente, a três autoras: Herculano & Pacheco (2006) e Prado (2012).

Palavras-chave: Antropologia. Populações tradicionais. Racismo ambiental. Ecologia política.

Abstract: This work presents itself as an attempt of thinking the conception of the idea and the concept of "traditional populations" from the politicization of environmental movements, "environmental racism", the quotation marks and the existing clash as to the attribution of the category "traditional" to human groups. It is also intended to reflect on the legitimacy and relevance of naming, or not, the so-called "traditional populations". For this, I will use mainly, but not exclusively, three authors: Herculano & Pacheco (2006) and Prado (2012).

Keywords: Anthropology. Traditional populations. Environmental racism. Political ecology.

Resumen: Este trabajo se presenta como un intento de pensar la concepción de la idea y del concepto de "poblaciones tradicionales" a partir de la politicización de los movimientos ambientalistas, del "racismo ambiental", de las comillas y del embate existente en cuanto a la atribución de la categoría "tradicional" a grupos humanos. Se pretende también reflexionar sobre la legitimidad y la relevancia de nombrar, o no, las denominadas "poblaciones tradicionales". Para ello, recurrir principalmente, pero no solamente, a tres autores: Herculano & Pacheco (2006) y Prado (2012).

Palabras clave: Antropología. Poblaciones tradicionales. Racismo ambiental. Ecología política.

1 Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília (PPGAS/UnB). Graduanda em Museologia na UnB. Bacharel em Ciências Sociais com Habilitação em Antropologia (2018) e Licenciatura em Ciências Sociais (2019) pela Universidade de Brasília (UnB).

POLÍTICO SOCIAL X DEFESA DA NATUREZA: A EMERGÊNCIA DA ECOLOGIA POLÍTICA E O “RACISMO AMBIENTAL”

As preocupações com as ameaças à natureza, causadas pelos sistemas produtivos humanos, são antigas e a reação a essas ameaças configurou-se como movimentos pela conservação da natureza, originando Unidades de Conservação (UCs). Apesar de serem vistos como conservacionistas, como “questões de quem separava o mundo social do mundo natural” (HERCULANO; PACHECO, 2006, p. 24) — defendendo que o mundo natural devesse ficar vazio da figura humana —, os movimentos ambientalistas se ampliaram e se politizaram sob a forma de uma ecologia política.

Herculano & Pacheco (2006) tecem uma crítica à politização do ambientalismo, levando em consideração que a ecologia política mantém uma visão macro e age como se a degradação ambiental atingisse todos por igual, quando, na realidade, quem mais sofre são os mais pobres e socialmente vulneráveis. No entanto, segundo elas, embora tenha havido essa politização, a dualidade do “político e social x defesa da natureza” continuou como questão a se pensar.

O modelo responsável pela exploração degradante de seres humanos é precisamente o mesmo que leva à destruição da natureza (...). Ou seja, a extinção das espécies animais e vegetais resulta da mesma lógica que abandona, explora e desumaniza as crianças pobres e seus pais. Meio ambiente não é só natureza; meio ambiente também é gente. (HERCULANO, PACHECO, 2006, p. 24-25).

Uma noção que se apresenta como alternativa para auxiliar na compreensão dessa crítica à ecologia política e da dualidade “político e social x defesa da natureza” é o dito “racismo ambiental”. Segundo a definição dada por Herculano & Pacheco (2006, p. 25), o termo refere-se às “injustiças sociais e ambientais que recaem de forma desproporcional sobre etnias vulnerabilizadas”. Após fazerem um panorama sobre o movimento pela justiça ambiental, as autoras pontuam que, no Brasil, os indígenas e os quilombolas exemplificam desse tipo de injustiça à que se refere o termo.

Para índios e quilombolas, o cenário é de envenenamento da terra e das águas; de falta de perspectivas e de miséria; de destruição não só da natureza, mas da cultura, das tradições e do próprio direito ao exercício de sua religião, com sua expulsão de fato para as favelas metropolitanas. (HERCULANO; PACHECO, 2006, p. 27).

Mas o que legitima a prática de envenenar as terras e as águas das quais esses povos dependem e de expulsá-los para favelas metropolitanas? Se, de acordo com a definição de Herculano & Pacheco (2006), ao se fazer isso, comete-se “racismo ambiental” e, sendo o racismo considerado crime, o que motivaria essa ação? Acredito que o fator que não impede essa retirada de direito está diretamente ligado ao fato de que existem embates acerca da presença humana nas UCs, mesmo que esses grupos presentes sejam considerados “tradicionais”. Isso porque a própria definição do conceito de “população tradicional” é conflitante.

POPULAÇÕES TRADICIONAIS OU “POPULAÇÕES TRADICIONAIS”: PARA QUE SERVEM AS ASPAS E A QUE(M) SE REFERE O CONCEITO?

Rosane Manhães Prado (2012), quando em suas pesquisas na Ilha Grande, situada no município de Angra dos Reis-RJ, suscita uma questão referente à relação da população local com as áreas protegidas (Unidades de Conservação - UCs): um confronto dos autodesignados como nativos (ou caiçaras) com alguns ambientalistas e gestores das UCs locais. Confronto este oriundo “da questão e do conceito correlato de populações tradicionais, que se coloca juntamente ao impasse a propósito de tais populações serem ou não ‘conservacionistas’” (PRADO, 2012, p. 174).

Prado reconhece ser essa uma questão presente em diversas localidades do Brasil onde há UCs e que, por tamanha recorrência, merece uma atenção especial. Não obstante, a autora diz que percebia essa questão como uma “polêmica em torno da ideia de populações tradicionais”, o que a fazia “lançar mão de incontáveis aspas” (PRADO, 2010, p. 174).

Prado (2012) defende que a ideia de população tradicional e toda a referida polêmica a respeito dessa ideia enquanto conceito têm uma correlação direta com a problemática da criação e manutenção das UCs. E, de acordo com ela, seria a partir dessa problemática e dos impasses quanto à existência de populações humanas nas UCs, interditas por lei, que a noção de população tradicional se constitui no Brasil.

É na busca por superar essa polêmica que Rosane Prado (2012) se propõe a discutir e tentar se relacionar de maneira mais confortável com o conceito de “populações tradicionais”. Para isso, a autora se vale de alguns autores — Diegues (1998), Cunha & Almeida (2001) e Barretto Filho (2006); apropriando-se mais tarde da noção de “conhecimento tradicional local” proposta por Ingold & Kurttila (2000) — para pensar melhor e rever seu próprio percurso de entendimento acerca da questão e do conceito em si.

De forma resumida, esboçarei os argumentos que Prado (2012) recupera dos autores supracitados. Diegues (1998) teria como marca de concepção à ideia de população tradicional um tom classificatório, o que tornaria seu entendimento problemático e, embora ressalte como critério de reconhecimento a importância do autorreconhecimento da população — buscando evitar a atribuição de definições externas —, ele não dá igual importância a esse aspecto. Cunha & Almeida (2001) propõem que “população tradicional” é uma categoria (a ser) habitada, além de trabalharem com a ideia de definição dessas populações através da formação dos sujeitos por meio das práticas que os permitam a “ocupação” da categoria. Barretto Filho (2006) sugere “pessoas e/ou grupos sociais residentes” – estes que ocupam, residem, ou utilizam um território específico correspondente a uma área protegida – como alternativa conceitual, descartando a ideia de “população tradicional” relacionada às áreas protegidas.

Prado (2012), em certa medida, concorda com a proposição de Barretto Filho (2006), por, assim como ele, entender que “não importa como se ‘classificam’ os grupos locais envolvidos; mas, considerando que se trata de uma questão de demanda de reconhecimento/direitos por parte desses grupos, há que se ter cautela [com a própria nomeação]” (PRADO, 2012, p.178-179).

Ao que parece, todos os mecanismos criados (leis, conselhos, estatutos) e todas as disputas (jurídicas ou não) em torno da ideia de “população tradicional” tornam-se armadilhas para as partes envolvidas, cujo gatilho está na premissa de ter que atestar “quem é” e “quem não é” – quais grupos podem ser classificados como tal e quais não podem. E se as aspas – sem as quais nós antropólogos não podemos viver – nos resguardam de naturalizar um conceito como esse e de atribuir uma essência a um grupo humano, não são elas que irão no tirar desses bicos sem saída. Ao mesmo tempo em que acredito que, na medida em que se evitar o uso do conceito, se evitarão igualmente as armadilhas que ele nos reserva, também penso que temos que lidar com a sua persistência no contexto das áreas protegidas, no qual ele foi gerado e no qual está incorporado. (PRADO, 2012, p. 179).

Todavia, apesar de se interessar pela proposição de Barretto Filho (2006), é recorrendo à visão de Ingold & Kurttila (2000) a respeito da ideia de “conhecimento tradicional local” que Prado (2012) propõe outra maneira de neutralizar os argumentos — tidos por ela como aprisionadores — advindos do uso do conceito de “população tradicional”.

De acordo com a autora, há de se colocar as propostas de Ingold & Kurttila (2000) com relação ao que entendem como conhecimento tradicional gerado nas práticas da localidade, em oposição a conhecimento tradicional como enquadrado no discurso da

modernidade. Os referidos autores adotam a primeira definição em detrimento da segunda, na medida em que defendem que o conhecimento tradicional enquadrado no discurso da modernidade tem base na concepção de um “modelo genealógico” e apontam para o “equivoco de uma concepção de conhecimento tradicional com base na ideia de herança” (PRADO, 2012, p. 180).

Assim sendo, Ingold & Kurttila (2000) propõem uma concepção de conhecimento tradicional (ou local) visto como inseparável das práticas que ocorrem por se habitar uma terra, não se tratando de herança, mas de algo que surge ao longo de experiências em determinado lugar. Trata-se de um mútuo pertencimento, na medida em que as pessoas pertencem às localidades e ambientes nos quais cresceram tanto quanto estes pertencem a elas – proposição essa que Prado (2012) acata e sugere.

Para aprofundar o questionamento acerca da questão da noção de população tradicional, a autora se vale dos dados de sua pesquisa sobre o Aventureiro — uma localidade da Ilha Grande que desenvolveu uma configuração histórico-cultural muito própria a partir da conjunção do modo de vida local — “caiçara” — e das relações que os locais estabeleceram a partir da presença de prisões, Unidades de Conservação e turistas —, percurso que suscita outro conceito que nos é interessante: Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS).

Rosane Prado (2012, p. 183) resume a situação do Aventureiro como “um verdadeiro imbróglio”, sendo que essa confusão teria dado lugar a uma possível solução, baseada na recategorização do Aventureiro como RDS. Esclareço aqui que há várias categorias de manejo de Unidades de Conservação (UCs), sendo a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) uma delas – ou seja, elas não se contrapõem; uma engloba a outra. Contudo, algumas UCs possuem proteção integral e não admitem a presença humana; enquanto existem RDSs que preveem tal presença “estando aí embutido o pressuposto da garantia de sustentabilidade que o nome indica, justamente por se tratar de população tradicional” (PRADO, 2012, p. 184).

Diante dos tantos impasses enfrentados na situação do Aventureiro, a proposta de criação da RDS foi amadurecendo como uma solução, tanto por parte do estado do Rio/órgãos ambientais como por parte da própria população local, mas tratada de forma nada consensual, seja internamente a cada uma dessas partes, seja entre elas (PRADO, 2012, p. 183-184).

No que diz respeito à polêmica do uso das aspas ao empregar o conceito de populações tradicionais, a autora estabelece que a utilização desse sinal de pontuação:

[...] demonstra o cuidado típico dos antropólogos para se referirem, de sua perspectiva, a um conceito correspondente a uma identidade atribuída de fora e sustentada inclusive por estudiosos – de modo a não fazer um significado soar como essência da coisa referida. E de outro, o da demanda para se retirarem as aspas significa a preocupação de um setor de ambientalistas em favor das comunidades locais, para se referirem, de sua perspectiva, a um conceito correspondente a uma identidade a ser reconhecida e afirmada em seu suposto conteúdo – de maneira a fortalecer os portadores de tal pressuposta identidade (PRADO, 2012, p. 186-187).

Por fim e retomando a concepção de Ingold & Kurttila (2000) — de que as pessoas pertencem às localidades tanto quanto as localidades pertencem a elas, e de que o pertencimento se constrói através do conhecimento e de práticas locais —, Prado (2012) defende que abandonar o conceito de “população tradicional” (com aspas) não nos livra de sua existência e de sua aplicabilidade e recorrência na esfera das áreas protegidas. O que a autora sugere é que os argumentos daqueles que condicionam a permanência de grupos humanos através da cristalização do conceito de “população tradicional” sejam refutados pela perspectiva de conhecimento tradicional gerado nas práticas da localidade.

MUDANÇA (OU RETOMADA) DE VISÃO ACERCA DO CONCEITO

Já em 1987, Darrell Posey (1987, p. 184-185), ao valer-se do exemplo dos Kayapó para falar sobre o manejo de florestas secundárias, capoeiras e campos cerrados, referiu-se à “existência de povos tribais” como sendo um “patrimônio vivo que a humanidade não pode perder”. Apesar de o autor já demonstrar a importância desses povos — rebatizados de “tradicionais” — para a sociedade em sua totalidade, essa noção de “patrimônio vivo” acaba por congelar um conceito e gerar incômodos.

Como dito anteriormente, existem impasses relativos ao uso de territórios que foram delimitados e denominados como Unidades de Conservação, mesmo pelos grupos sociais denominados por “tradicionais”, tal como existem impasses no uso desse conceito para se referir a essas populações.

Buscando uma solução para esse “problema”, aciono os argumentos de Prado (2012), Ingold & Kuttilla (2000), acato a sugestão do abandono de uma definição engessada e reafirmo a concepção de que o conceito de “população tradicional” está sempre vinculado ao conhecimento e às práticas locais. Afinal, é necessário dar a devida importância à “associação

entre essas populações e os conhecimentos tradicionais e a conservação ambiental” (CUNHA; ALMEIDA, 2001, p. 184).

Nomear é um ato jurídico, mas, no contexto específico das “populações tradicionais”, acredito que nomear tenha ainda mais relevância: trata-se de um ato de resistência. Ao serem denominados — ou se autodenominarem — “tradicionais”, pessoas e grupos adquirem direitos, resguardados por leis que os protegem. É importante que ambientalistas, antropólogos, sociólogos e demais profissionais que venham a trabalhar em UCs, RDSs, indireta ou diretamente com “populações tradicionais”, estejam cientes de toda a discussão acerca desse conceito, combatam a categorização e lutem pela possibilidade do autorreconhecimento, através de práticas locais. É preciso nos colocar diante desses conceitos e termos em mente que “atuar não constitui militância” (SANTOS, 2016).

Acredito que nada nos impede de atuar junto aos grupos que trabalhamos e/ou pesquisamos, pois não podemos deixar que o “espaço de ação social do antropólogo fique vazio, pois nesse caso estaria sendo ocupado por pessoas não ou pouco comprometidas com a necessidade de alcançar consensos junto a esses grupos” (Cardoso de Oliveira, 2004: 28). Atuar não constitui militância, significa atuação profissional desenvolvida com base em uma formação sólida de longo prazo, a partir do estudo de teorias verificáveis e alimentadas pela pesquisa empírica (Silva, 2015). (SANTOS, 2016, p. 102)

REFERÊNCIAS

BARRETO FILHO, Henyo. Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui & NEVES, Walter (Orgs.). **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006.

CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro. Populações Indígenas, Povos Tradicionais e Conservação na Amazônia. In: CAPOBIANCO, J. P. et al. (Eds.) **Biodiversidade na Amazônia Brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios**. São Paulo: Instituto Socioambiental e Estação Liberdade, 2001. p. 184-193.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

HERCULANO, Selene; PACHECO, Tania. Introdução: “racismo ambiental”, o que é isso?”. In: HERCULANO, Selene; PACHECO, Tania (orgs.). **Racismo Ambiental**. I Seminário Brasileiro sobre Racismo Ambiental. Rio de Janeiro: Fase, 2006. p. 21-28.

INGOLD, Tim & KURTTILA, Terhi. Perceiving the Environment in Finnish Lapland. In: **Body & Society**, v. 6. Londres: Sage, 2000.

POSEY, Darrell. Manejo de Floresta Secundária, Capoeiras e Campos Cerrados (Kayapó). In: RIBEIRO, Berta et al. (Orgs.) **Suma Etnológica Brasileira**, V. 1 - Etnobiologia. Petrópolis: Vozes; FINEP, 1987. p. 173-185.

PRADO, Rosane Manhães. Viagem pelo conceito de populações tradicionais com aspas. In: STEIL, Carlos; CARVALHO, Isabel (Orgs). **Cultura, Percepção e Ambiente: diálogos com Tim Ingold**. São Paulo: Terceiro Nome, 2012. p. 173-189.

SANTOS, Carlos Alexandre B. Plínio dos. A ocupação dos espaços: antropólogos e sua ação social. **Novos Debates** - Fórum de debates em antropologia, 2016. p. 101-114.

A MORTE COMO TEMA DE PESQUISA E AS POSSIBILIDADES EM CAMPO

Antônio Renaldo Gomes Pereira¹

Resumo: Este relato de pesquisa trata-se da análise de um ritual de culto aos mortos no qual as relações entre vivos e mortos se dão a partir da oferta de água que cria e mantém um elo entre os sujeitos possibilitando a troca de benefícios. Verifiquei a ocorrência de tais atividades votivas em algumas mesorregiões do semiárido cearense. Para este trabalho, realizei pesquisas de 2016 a 2020 em um campo que se limitou, por fim, ao povoado de Almas, Cariré/CE. A partir das observações foi possível perceber reconstruções e ressignificações de diversos elementos. Realizei no período, a pesquisa exploratória seguida pelo levantamento bibliográfico e por fim a incursão etnográfica no qual foram observados aspectos da vida cotidiana e realizadas entrevistas semiestruturadas, além das conversas informais que foram de suma importância nas tomadas de decisões ao longo da pesquisa.

Palavras-chave: Antropologia da Morte; Metodologia de pesquisa; Práticas mortuárias; Culto aos mortos.

INTRODUÇÃO

O presente relato refere-se à pesquisa vinculada ao Mestrado Acadêmico, em curso, intitulada “Sede Eterna: as relações com os mortos no povoado de Almas”, apresentada ao Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia – PPGA UFC/UNILAB em 2018 que tem como objetivo etnografar o culto aos mortos no povoado de Almas, município de Cariré/CE, compreendendo-o a partir da relação mediada pela água, que se constitui em atividade votiva. Tais relações possuem linguagem e significados particulares em sua complexidade, que se relacionam diretamente com o que está posto nas relações culturais que se estabelecem entre vivos e mortos, seus afetos, desejos, memórias e tradições. Para tanto, se faz necessário analisar “aspectos da vida do sertanejo refletidos no sagrado e amparados, de certa forma, numa religiosidade popular que possui características híbridas e traços plurais” (PEREIRA; PAULINO, 2020, p. 139).

Verifiquei, pela primeira vez, a ocorrência de garrafa pet com água em oferta aos mortos, em setembro de 2016, em decorrência de um trabalho de pesquisa sobre “acesso e

1 Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará; Graduado em Pedagogia pela UNIDOMBOSCO; Mestre em Antropologia pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira e Especialista em Ensino Religioso pela Faculdade Única de Ipatinga.

qualidade da água no semiárido cearense”, realizado para Alicia Cooperman, doutoranda da Columbia University. O que avistei me deixou curioso. Em uma estrada de barro vermelho e paisagem árida, a caminho de uma comunidade rural do município de Ibiapina, um amontoado de garrafas pet verde sobre uma pequena elevação de terra com uma cruz ao topo e ao investigar, me vem a resposta de um senhor que nos acompanhava pela cidade; ele diz tratar-se de “água para os mortos”, “para matar a sede dos mortos”. (PEREIRA; PAULINO, 2020, p. 144). A partir daí, essa pesquisa tem início.

Trato de elaborar uma reflexão sobre um dos tantos rituais de veneração aos mortos que ocorrem no sertão brasileiro, a partir dos estudos bibliográficos e incursões etnográficas. Inicialmente, como também já adiantei, o tema da minha pesquisa está voltado para as relações entre vivos e mortos no semiárido. Quando me ocorreu o assunto, procurei de imediato entender o que se passava. Em primeira mão, conversei, de forma espontânea, sem nenhuma pretensão, com pessoas que têm conhecimento dessas relações e, porventura, tenham-nas praticado ou as pratiquem. Posteriormente, busquei na literatura geral as formas utilizadas para apresentar tal prática aos leitores. Até então, nenhuma das formas de culto aos mortos que pude encontrar na literatura se encaixava com a prática que observei em campo exploratório realizado por acaso em 2016. Daí percebi a necessidade de documentar e refletir sobre tal prática mortuária.

A intenção de trabalhar sobre as práticas mortuárias praticadas no semiárido cearense surge a partir de reflexões e estudos que empreendi ao longo do ano de 2017 com base nos conhecimentos adquiridos nas atividades práticas e teóricas das disciplinas de Antropologia da Religião, no Curso de Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará – UFC e vivências em terreiros de religiões de matriz africana possibilitaram um olhar diferenciado sobre as práticas sociais e culturais relacionadas às ofertas votivas realizadas para a manutenção das relações entre vivos e mortos no sertão cearense. A construção da reflexão foi possível ao verificar os modos de ver, classificar e gerenciar o rol de possibilidades de oferendas a serem utilizadas no ritual a fim de estabelecer um contato em duas vias, tendo em vista que, em alguns casos são realizados pedidos de intervenções aos mortos.

AS REFERÊNCIAS PARA A CONSTRUÇÃO TEÓRICA

Autores de diferentes orientações discutiram este tema, todavia, cada um o fez a partir de interesses e realidades particulares. Émile Durkheim (2003) demonstra que os ritos

fúnebres e as práticas mortuárias se dedicam ao fortalecimento da estrutura social de cada grupo, afirmando que o sistema religioso converge para a preservação do próprio povo. Philippe Ariès (2017), por seu turno, teoriza sobre a “morte do outro”, quando o homem ocidental procura um novo sentido para a morte. A partir de então, o indivíduo se desprende um pouco mais de seu fim; desta forma, a ‘morte do outro’ entra em cena. Sentimentos de saudade e lembrança propiciam um novo culto à morte, o culto aos túmulos e cemitérios, que passam a ser o espaço dos enterramentos modernos (PEREIRA; PAULINO, 2020, p. 142). Destaco a afinidade teórica e metodológica com essa reflexão, visto que o autor alega que a morte, a partir do século XVI, ganha o mundo do imaginário e passa a ser erotizada, associada ao amor literário, ao querer o outro para sempre consigo.

Marcel Mauss (2005), em *A expressão obrigatória dos sentimentos*, trata dos rituais funerários nos cultos australianos, demonstra que todos esses rituais são fenômenos sociais “marcados eminentemente pelo signo da não-espontaneidade e da obrigação mais perfeita” (p. 325). Esses signos, entendidos como formas de socialização da morte nos ritos fúnebres e práticas mortuárias realizados no sertão nordestino estão expressos no choro diante do cadáver, nos cânticos apresentados como ladainhas e ‘incelências’, nos rituais de beber o morto, nas sentinelas, nos cortejos fúnebres, nas oferendas, dentre outros.

Manuela Carneiro da Cunha (1978) analisa o ritual funerário e o tratamento que se dá ao morto seguido pelas oferendas ao karõ entre os indígenas Krahó. Alcinéia Rodrigues dos Santos (2005) se dedica ao estudo do imaginário e das atitudes perante a morte, as representações da morte e práticas mortuárias no Seridó.

Nos trabalhos mencionados acima, há um ponto de convergência que pode ser entendido na reflexão de Alcinéia dos Santos ao afirmar que “as atitudes e representações em torno da morte são concepções de uma sociedade particular com costumes que se coletivizaram” (2005, p. 59). Essa síntese vai ao encontro do que observo ao centrar-me no estudo das relações com os mortos no povoado de Almas, onde a água serve de elo entre os mundos, considerando diferentes formas de pensar a ação, a fim de traduzir, dar visibilidade e significado aos conhecimentos.

Considerarei, ainda, as concepções apresentadas por Malinowski (1978) ao indicar que o etnógrafo deve cobrir todos os aspectos da cultura em estudo, sem estabelecer diferenças e nem apontar o que é comum ou aquilo que surpreende. Em suma, todos os pormenores foram analisados para a tomada de decisões ao longo do processo.

Os aspectos metodológicos desta pesquisa foram se reconstruindo ao longo do percurso e das necessidades em campo. Sua dinâmica se deve às observações e surgimento de novas propostas de campo que resultaram na readequação da ótica empreendida por mim baseada no espaço utilizado pelos praticantes para a realização do ritual.

AS INTERLOCUÇÕES E O TRABALHO DE CAMPO

As principais técnicas de que me servi foi a incursão etnográfica e a realização de entrevistas semiestruturadas com praticantes desse tipo específico de culto aos mortos do município de Cariré, em sua maioria, residentes no povoado de Almas.

Interessa-me apreender, através da experiência etnográfica criteriosa e planejada, as circunstâncias, temporalidades e motivações a fim de pôr aos sujeitos questões que me possibilitem explicar e interpretar as particularidades de um culto aos mortos no qual a água tornou-se o elemento capaz de atender a diversas expectativas, como saciar uma “sede eterna”, pacificar um espírito ou até mesmo purificar o ambiente em que o túmulo está localizado (PEREIRA; PAULINO, 2020).

A delimitação do campo foi um ponto crucial. Não pensei sobre isso até o momento da construção do projeto de pesquisa. No entanto, foi necessário um conhecimento prévio do território, de alguns sujeitos e informações que foram obtidas anteriormente. Sobre isso, Rosana Guber (2013, p. 99) sinaliza que “el campo ya esta acotado en la concepción del investigador, en los conceptos teóricos que emplea y en su objeto de investigación, pues se parte de ciertos conocimientos provisórios sobre el ámbito y los eventuales interlocutores”. Após algumas discussões com professores e colegas sobre as relações entre vivos e mortos empreendidas por pessoas de comunidades rurais do interior do Ceará e minhas perspectivas em relação a categorizar tais relações como ‘ritual’, chego realmente à conclusão de que sim, posso finalmente tratá-las como ‘ritual de culto aos mortos no semiárido cearense’.

A partir dos relatos e acompanhamento das atividades de culto aos mortos no sertão cearense, em especial os que são realizados no município de Cariré, durante os anos de 2016 a 2020, período que se estende ao reservado ao Mestrado, foi possível apresentar questões aos interlocutores que possibilitasse a compreensão e análise de suas determinações em dedicar tempo aos mortos ofertando água e outros objetos.

Destaco a vertente teórica apreendida na disciplina de Métodos de Pesquisa Antropológica, sobretudo os apontamentos de Rosana Guber (2011; 2013) acerca do trabalho de campo etnográfico e as reflexões empreendidas pela autora sobre “participar para

observar” e “observar para participar”, alinhada ao que Teresa Caldeira (1988) discorre sobre a transformação do antropólogo ao entrar em outra cultura e a reelaboração de sua experiência ao sair dela. Inspirado nessas reflexões, procurei me relacionar com as comunidades do município de Cariré onde as pessoas realizam o culto aos mortos em tela e traçar um perfil dos praticantes no intuito de conhecer algumas variáveis, como sexo, idade, orientação religiosa, formação escolar etc., a fim de perceber o envolvimento e o conhecimento sobre a realização do ritual de culto aos mortos.

Realizei cinco curtas viagens de campo, seis ou sete dias cada, onde tratei de rever alguns questionamentos resultantes das anotações que fiz durante as primeiras visitas a povoados da região em 2016. A partir desse momento, o contato via internet ou telefone tem ocorrido periodicamente a fim de esclarecer indagações que surgem no decorrer das análises e reflexões.

A entrevista realizada por um desconhecido chama a atenção do sujeito e limita suas falas e para que se obtenham informações espontâneas e de profundidade se faz necessário criar um clima de tranquilidade e confiança entre os sujeitos da pesquisa. Para tanto, estive acompanhado, na maior parte do tempo, de alguém conhecido das pessoas da localidade ou mesmo algum interlocutor que me acompanhava pelas ruas e me apresentava outras pessoas, a fim de me tornar ‘menos estranho’ a outros possíveis interlocutores. Procurei observar e entender um pouco do universo do sertanejo para pôr em pauta algum assunto ligado ao seu cotidiano, tais como o artesanato produzido na comunidade, o tipo de plantio que costumam fazer, a religiosidade ou mesmo o clima, para dar início às conversas. A temática morte seria incluída em seguida, logo que o fluxo de informações adquirisse consistência e confiabilidade.

As informações colhidas e observações do campo deram suporte para a preparação das entrevistas, que permitiram entender o significado das relações com os mortos na vida do sertanejo e como o cotidiano afeta e/ou influencia a constituição do ritual, desde o ambiente em que se realiza até os elementos ofertados no processo.

O CAMPO E OS SUJEITOS

Em campo estão o pesquisador e o nativo compondo uma relação de interlocução na qual um detém o conhecimento sobre as ideias e práticas locais e o outro deve ser conhecedor dos métodos para apreensão e tradução dessas ideias discorrendo “sobre o discurso de um nativo” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p.113), mas quem seria esse nativo

e para quem? Segundo Arjun Apadurai (1988), o termo nativo, comumente, é usado para referir-se a pessoas que nasceram em um lugar onde o antropólogo está observando ou escrevendo sobre ele, pois essa pessoa teria nascido naquele local e conseqüentemente pertenceria a ele. Segundo o autor, o nativo é visto como a pessoa que está encarcerada ou confinada em um lugar e tem conexão com o que o lugar permite, mas ele alerta sobre esse pensamento indicando que alguns povos também podem ser considerados nativos sem que tenham uma ligação contínua com um único espaço e exemplifica com os aborígenes australianos, os nômades da Ásia e os agricultores do sudoeste asiático, para esses, o autor diz que mesmo ocupando um terreno espacial maior, eles continuam encarcerado. “A maioria dos grupos que os antropólogos estudaram foram de alguma forma afetados pelo conhecimento de outros mundos, mundos sobre os quais pode ter apreendido por meio da migração, comércio, conquistas ou narrativas indígenas”. “Os nativos são, portanto, criaturas da imaginação antropológica” (APADURAI, 1988, p. 39).

A relação entre esses sujeitos, antropólogo e nativo, se apoia na noção de alteridade, ou seja, a pressuposição de que a relação de um com a sua cultura não é a mesma que a do outro. Enquanto um usa a cultura, o outro é usado por ela. O jogo se constrói numa relação em que o antropólogo teria a vantagem epistemológica e o discurso dependeria do nativo para ter um sentido, mas é o antropólogo que “explica e interpreta, traduz e introduz, textualiza e contextualiza, justifica e significa esse sentido” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 115).

Neste trabalho, optei pelo não-anonimato dos meus interlocutores. Para tanto, considereirei que nem tudo que foi dito por eles em entrevistas formais, observações de campo, relatos e/ou conversas, ao longo do nosso convívio, devem ir a público. Ciente de que isso exige maior atenção na escrita empreendida, sinto que devo dar nomes reais aos personagens que estão colaborando na construção deste trabalho. Portanto, pretendo manter nomes de lugares e pessoas tais quais são conhecidos pela comunidade em geral, não pelo medo de estar a escrever uma ficção, na acepção de falsidade ou algo que se opõe a verdade, pois “os escritos etnográficos podem ser adequadamente chamados de ficções no sentido de algo feito ou modelado” (CLIFFORD, 2016, p. 37). Devo observar e refinar bastante as interpretações realizadas a partir das interpretações empreendidas pelos meus interlocutores e outros sujeitos envolvidos (GEERTZ, 1978), reelaborando minha experiência em campo, “de modo a transformá-la em uma descrição objetiva (científica) da cultura com um todo”

(CALDEIRA, 7 1988, p.137), a fim de levar a público somente o necessário, de forma que não haja dano aos meus interlocutores, primeiramente.

Entre os entraves que me deparei em campo, o mais curioso é o fato de alguns interlocutores assumirem um perfil de não-aptos, segundo eles, para dar informações sobre qualquer coisa que ele não tenha propriedade absoluta. Alguns fatores, como grau de instrução escolar, não ter sido testemunha do fato, não entender do assunto, são elencados por eles como motivo para sentir-se não habilitado a dar as informações. A fala a seguir expressa, em parte, o que sente um dos interlocutores para esta pesquisa, em relação a apresentar opiniões e dar referências e informações. “Tinha uma índia, eu ia contar isso, mas num sei o início nem o final, eu ouvia falar. Eu sei de nada. Depois vão falar que foi eu que disse. Eu num sei de nada, que eu não estudei, só aprendi a assinar meu nome. Eu não sirvo pra testemunha, eu não vi”, desabafa. Outros interlocutores demonstraram algum sentimento em relação a isso, mas na frequência das visitas e conversas o processo informativo foi se desmistificando e a construção de um novo olhar sobre si próprio foi possível. É importante esclarecer que em nenhum momento evidenciei ou deixei transparecer em vocabulário, atitudes, vestimentas ou qualquer coisa que me distingue deles; talvez o fato de ser pesquisador e não residente em Almas tenha contado nesse momento, contudo, procurei me adequar à realidade local.

OS SUJEITOS EM CAMPO

No decorrer da pesquisa, o campo sagrado para a oferta de água e outros objetos aos mortos se estende ao tempo que a pesquisa de campo se desenvolve e passo a observar a ocorrência de oferendas em cemitérios. Pela forma que se constitui o ritual, minha hipótese inicial é de que essa tradição seja o resultado do hibridismo entre culturas indígenas, europeias e africanas que ao longo do tempo se solidificaram no imaginário, reconstruindo a memória coletiva local e, hoje, se apresenta como um evento original, posto que se desenvolve em um ambiente geograficamente diferenciado, habitado por um povo singular imbuído numa religiosidade expressivamente plural, do qual surgiram ramificações dentro do próprio culto, sendo possível verificar óticas distintas sobre o papel da água dentro do ritual.

Pode-se, mesmo que de forma superficial, compreender a importância dada ao elemento água nos rituais mortuários para a manutenção de vínculo com os mortos na tentativa de reparar algum sofrimento vivenciado pelo indivíduo nos seus últimos momentos.

Abordo questões relativas a esse tipo de culto aos mortos, dentre as quais têm destaque aquelas que se referem à ressignificação e elevação do elemento água ao nível máximo como oferenda dentro do ritual e o que motiva os devotos a realizarem tal feito. Saliento que esse costume tornou-se comum entre as representações e ideias sobre a morte e aos poucos se solidificou entre as práticas mortuárias dos sertões do semiárido.

O UNIVERSO DA MORTE E AS DIFICULDADES QUE ELE IMPÕE

Pesquisar um universo como o da morte é um desafio, embora muitos já tenham adentrado nos estudos referentes à morte, aos mortos e às relações entre vivos e mortos – seja por um viés histórico, sociológico, antropológico ou literário. A tarefa apresenta, na maioria do tempo, um árduo caminho a ser percorrido.

Se esse universo de signos e representações parece ser comum a todos, ao tratá-los, percebo que é um conjunto de informações difícil de apurar, já que as pessoas irão evocar memórias de entes queridos que passaram pela experiência de morte e de suas próprias vivências em relação ao cuidado que se dá aos mortos durante os ritos fúnebres e das práticas mortuárias que se realizam ou de que ouviram falar. Posto que, para muitas sociedades, a morte não é o fim, perde-se a matéria física e permanece a energia, tal energia, ao longo dos tempos, tem sido denominada alma ou espírito.

A “morte é, portanto, um corpo insubstancial, algo que existe em um estado material estranho a tudo o que concebemos em vida. Uma vez que são necessários tantos eufemismos para substituir ou amenizar o termo morte, fica explicitado o mal-estar em torno dele” (DE FRANCO, 2010, p. 15). Tratar desta temática “é um esforço que demanda uma atitude de compreensão íntima e de observação externa” (GOLDBERG, 2017, p. 9). Dessa forma, abordar o tabu da morte é, por vezes, solitário, assim como o ato de morrer.

Verdade que a própria palavra morte, não sendo bela, tem, contudo a sua dignidade; tanto ela como as que dependem do seu radical: morto, mortal, mortalidade. Porém, todos os demais vocábulos que com a morte se relacionem, quando não são simplesmente horríveis, são ligeira ou pesadamente sobre o grotesco (QUEIROZ, 2002, on-line).

Por diversas vezes, me deparei com pessoas que se dispõem a conversar sobre as tradições e crenças locais, mas quando o assunto morte/ofertas aos mortos vêm à tona, elas preferem não comentar sobre o tema.

Para superar os desafios, na falta de interlocução para o desenvolvimento do presente trabalho e das reflexões baseadas nas leituras, o trabalho de campo surge como solução. Não

é fácil tratar da temática com as pessoas que dedicam certo tempo do seu dia para manter algum tipo de relação com os mortos, sobretudo porque esses mortos são parentes e mesmo que tenham vivenciado o luto, a superação da perda não parece ter sido completa, então os vínculos são mantidos a fim de, primeiro de tudo, sentir o ente querido como um ser que permanece consigo. Embora não seja humano, esse ente querido vive na memória dos vivos, e sua forma espiritual é capaz de agenciar benesses aos vivos que porventura dediquem parte de seu tempo e atenção a eles, agenciando um conjunto de atividades que visam satisfazer o espírito do morto. Isso nos remete à noção de crença cunhada por Pouillon (2016) ao concebê-la como uma “ideia que se considera verdadeira e à qual se dá todo o crédito”, assim se constroem essas relações. Para Peter Gow (1998), “eles não ‘acreditam’: é verdade! É um saber sobre o mundo” (apud GOLDMAN, 2003, p. 449). Em campo pude observar o quanto as oferendas são necessárias e importantes, considerando que alguns praticantes realizam tais atividades desde que “se entendem por gente” e desejam que ao morrer, outros membros da família dediquem tais ofertas em favor da sua alma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas que envolvem a temática morte exigem sensibilidade apurada por parte do pesquisador e empatia em relação aos interlocutores porque trata-se de um tema que busca no íntimo dos sujeitos as informações necessárias para a compreensão do que se busca. Tais informações trazem à tona memórias que podem ser bastante duras para o sujeito. Por vezes, pude verificar lágrimas rolando no rosto de alguns de meus interlocutores ao relatar fatos que foram marcantes na convivência entre eles e o seu ente querido que partiu para uma outra vida, em determinada situação parei e perguntei se precisava de um tempo ou queria encerrar a conversa. Compreender como se constrói e se mantém esse tipo de relações com os mortos por gerações traz uma série de implicações, tanto porque você tem que adentrar em uma comunidade que geralmente você não tem convívio e ter a seu lado pessoas que desejem compartilhar suas histórias de vida e memórias.

O campo é uma incógnita até que você adentre de verdade, não há como ter certeza sobre o que espera encontrar e o pesquisador tem que estar preparado para qualquer situação. As leituras sobre metodologias de pesquisas e etnografias ajudam a compreender certos aspectos que porventura podem surgir. O que é mais importante entender e ter em mente é que tudo muda constantemente e que devemos estar preparados para seguir o curso dessas mudanças.

REFERÊNCIAS

- APADURAI, Arjun. Putting hierarchy in its place. In: **Cultural anthropology**, v. 3, n. 1, p. 36-49, 1988.
- ARIÈS, Philippe. **História da morte no Ocidente: da idade média aos nossos dias** / Philippe Ariès; tradução P. V. Siqueira. - [Edição Especial]. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.
- CALDEIRA, Tereza. A presença do autor e a pós-modernidade na antropologia. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 21, p. 133-157, jul. 1988.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Os mortos e os outros: uma análise do sistema funerário e da noção de pessoa entre os índios Krahó**. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.
- CLIFFORD, James. Introdução: verdades parciais. In: CLIFFORD, James; MARCUS, George. **A escrita da cultura: poética e política da etnografia**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2016.
- COULANGES, Fustel. **A cidade antiga: estudo sobre o culto, o direito, as instituições da Grécia e de Roma**. São Paulo: HEMUS, 1975.
- DE FRANCO, Clarissa. **A cara da morte: os sepultadores, o imaginário fúnebre e o universo onírico**. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2010.
- DOS SANTOS, Alcinéia Rodrigues. Temp(l)o da salvação: representações da morte e ritos fúnebres no Seridó nos Séculos XVIII e XIX. **Revista Inter-legere**, Natal, Nº 5, p. 46-65, 2013.
- DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- FONSECA, Claudia. O anonimato e o texto antropológico: dilemas éticos e políticos da etnografia “em casa”. In: SCHUCH, Patrice; VIEIRA, Mirian Steffen; PETERS, Roberta. (Org.). **Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo**. Porto Alegre: UFRGS, 2010. p. 205-227.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GOLDBERG, J.P. Prefácio. In: ARIÈS, P. **História da morte no Ocidente: da idade média aos nossos dias** / Philippe Ariès; tradução Priscila Viana de Siqueira. - [Edição Especial]. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.
- GOLDMAN, Márcio. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. Etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 46, n. 2, p. 423-444, 2003.
- GUBER, Rosana. **El salvaje metropolitano: reconstrucción del conocimiento social en el trabajo de campo**. Buenos Aires: Paidós, 2013.
- GUBER, Rosana. **Método, campo y reflexividad**. 1ª ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011.
- MAUSS, Marcel. **Ensaio de Sociologia** / Marcel Mauss; Tradução: Luiz João Gaio e J. Guinzburg. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- PEREIRA, Antonio Renaldo Gomes; PAULINO, Antonio George Lopes. Sede Eterna: notas preliminares de um ritual de culto aos mortos no Ceará. **RBSE Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 19, n. 57, p. 139-150, 2020.

POUILLON, Jean. “Remarks on the verb ‘to believe’”. HAU: **Journal of Ethnographic Theory**, 6 (3), p. 485–492, 2016.

QUEIROZ, Rachel de. Culto aos mortos. In: **Academia Brasileira de Letras**, 2002. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/artigos/culto-aos-mortos>>. Acesso em: 27 jan. 2019.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O nativo relativo. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 113-148, 2002.

GEOGRAFIA E LITERATURA: DESCORTINANDO O CONCEITO DE LUGAR POR ENTRE AS JANELAS DE “O CORTIÇO”, DE ALUÍSIO AZEVEDO

Rafael Alves de Freitas¹

Eram cinco horas da manhã e o cortiço acordava, abrindo, não os olhos, mas a sua infinidade de portas e janelas alinhadas.

Aluísio Azevedo

A monografia teve como objetivo discutir o conceito de lugar por meio do romance “O Cortiço”, de Aluísio Azevedo. Esse conceito foi o referencial teórico para analisarmos o romance, através dos elementos descritivos contidos nele, e inserindo-os no contexto crítico da cidade do Rio de Janeiro dos fins do século XIX, momento temporal da obra de Azevedo. A metodologia escolhida foi uma revisão de obras selecionadas sobre o conceito de lugar e a aplicação desse conceito para compreensão das relações sociais dos personagens do romance com o espaço vivido por eles – o próprio cortiço. Esse espaço vivido diz respeito ao lugar cotidiano, onde os indivíduos, a partir das suas experiências subjetivas e na relação com o outro, conseguem estabelecer laços de identidade, pertencimento, atribuindo sentido a esses lugares, o que nos permite entender seus valores e comportamentos. Para Tuan (1985), o espaço vivido é considerado como resultado concreto de um processo histórico, podendo representar tanto uma dimensão real e física quanto uma construção simbólica, que associa sentidos e ideias. É, enfim, um espaço de valores, de alienação, da distância existencial, do comportamento, do mundo vivido. Sendo assim, “torna-se fundamental o ensino e a inclusão da categoria LUGAR no meio escolar como forma de trazer os estudantes para uma ciência geográfica mais próxima de sua realidade [...]” (CASTELLAR, 2000, p. 32). O romance naturalista que é objeto deste estudo foi publicado pela primeira vez em 13 de maio de 1890. Apresenta uma narrativa realista de um momento histórico que nos ajuda a entender o espaço em que se passa a obra como lugar de interesse da ciência geográfica. O cortiço, enquanto “personagem principal do romance”, retrata um momento de grande efervescência nos

¹ Mestrando em Geografia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGGEO-UFRRJ). Possui Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e é Bacharel em Sistemas de Informação pela Fundação Educacional Unificada Campograndense (FEUC).

âmbitos social, urbano e político da cidade do Rio de Janeiro, o que viria a se confirmar posteriormente principalmente pela reforma promovida pelo prefeito Pereira Passos entre os anos de 1902 a 1906. Embora “O Cortiço” seja uma construção literária, é um romance que nos revela de forma muito crítica e fidedigna a conjuntura socioeconômica carioca da época, podendo, então, ser analisado como um rico documento histórico sob a luz da Geografia para compreendermos o lugar retratado por Azevedo. Logo, o presente trabalho pôde contribuir positivamente para a ciência geográfica e suas variadas questões de interesse analítico, resultando em uma análise interdisciplinar entre Geografia e Literatura. Para Pontuschka (2009, p. 230), “a interdisciplinaridade, tendo muitas vezes a literatura como foco, cria oportunidades objetivas de trabalho que merecem ser mais bem exploradas na educação [...]”, inclusive como estratégia pedagógica a fim de aproximarmos o aluno dos conceitos e categorias da Geografia, nesse caso o conceito de lugar. Desse modo, temos a Literatura, mais especificamente “O Cortiço”, como recorte espaço-temporal de análise e um grande elemento para, na educação, despertar o senso crítico do aluno, algo tão importante para a formação de cidadãos conscientes e protagonistas do seu conhecimento, assim como apregoa a Geografia, tanto como ciência quanto como disciplina escolar.

Palavras-chave: O Cortiço. Geografia. Literatura. Interdisciplinaridade. Lugar.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Aluísio. **O Cortiço**. Brasília: Ministério da Cultura - Fundação Biblioteca Nacional: Departamento Nacional do Livro, 2016. (Originalmente em AZEVEDO, Aluísio. **O Cortiço**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Garnier, 1890).

CASTELLAR, Sônia. A alfabetização em Geografia. **Espaços da Escola**, Ijuí, v. 10, n. 37, p. 29-46, jul./set. 2000.

PONTUSCHKA, NidiaNacib; PAGANELLI, TomokoIyda; CACETE, NúriaAnglei. Textos escritos. In: _____. **Para Ensinar e Aprender Geografia**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 217- 258.

TUAN, Yu-Fu. Geografia Humanística. In: CHRISTOFOLLETTI, Antonio (Org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1985.

FUNARI, Pedro Paulo. Grécia. In: FUNARI, Pedro Paulo. **Grécia e Roma**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 13-76. (série Repensando a História)

ATENAS E SUAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

Lucas Barbosa Gomes¹

Funari, um dos principais nomes na pesquisa Arqueológica e Histórica da Antiguidade, em sua obra *Grécia e Roma* pretende elaborar um panorama geral sobre as estruturas sociais, conjunturas políticas ou inflexões existentes ao longo da Antiguidade greco-romana. Uma das temáticas centrais no livro é o debate sobre o desenvolvimento do modelo político-jurídico instituído em Atenas entre os séculos VI e IV a.C.

A identidade política ateniense entre as reformas legislativas de Sólon (638-559 a.C), em 594 a.C., e a de Clístenes (565-492 a.C), em 508 a.C., com a formação dos *demos* e a célebre batalha de Queroneia, em 338 a.C.,² contra Filipe II da Macedônia (382-336 a.C), marcaram as profundas mudanças no sistema de desenvolvimento político ateniense e na mentalidade dessa *pólis* ao longo de, aproximadamente, dois séculos e meio, desde seu apogeu como o epicentro do mundo grego até seu franco declínio submetendo suas liberdades à Macedônia (FINLEY, 1988)

Nesse aspecto, com a criação da Eclésia, uma instituição pública política de voto direto e tratados proposta por Sólon, o clássico modelo político de caráter mais democratizante surgiria gradativamente nessa cidade-Estado:

A eclésia reunia-se ordinariamente dez vezes por ano, mas para cada uma destas havia mais três encontros extraordinários. As sessões começavam ao raiar do sol e terminavam ao final do dia. Qualquer cidadão ateniense tinha o direito de pedir a palavra e ser ouvido (FUNARI, 2002, p. 28).

A Eclésia, criada em 594 a.C. por Sólon, tradicionalmente tinha como ponto físico uma colina, a praça *Pnyx*, ou seja, a ágora principal, com capacidade para aproximadamente 25 mil pessoas, sendo esses cidadãos. Embora houvesse (segundo fontes da segunda metade

1 Licenciando em História pela Universidade Federal Fluminense no Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional – ESR.

2 “Mesmo assim, há razões suficientes para pensar que o apogeu do regime democrático ateniense já passara há muito quando sua autonomia foi decisivamente restringida pela vitória de Filipe II da Macedônia em Queroneia (em 338 a.C). Pouco depois, em 322 a.C, a democracia foi substituída em Atenas por uma oligarquia censitária” (CARDOSO. 1985, p. 50).

do século V a.C.) 42 mil cidadãos em Atenas, a Eclésia nunca reunia mais do que a quantidade supracitada, sendo por condições espaciais, impossível de suportar todos cidadãos (FUNARI, 2002, p. 32).

Com isso, nem todo cidadão poderia exercer seus direitos políticos sem abdicar de suas funções, principalmente os camponeses ou artesãos de baixa renda. O ócio era um privilégio que somente a aristocracia possuía, mesmo em um modelo dito democrático, como o ateniense.

É possível observar que, a partir do século V a.C., segundo Funari, Atenas estava se estruturando para o que viria a ser o governo dos *demos* ou a *demokratia*³. Aos poucos, o caráter censitário do arcontado ateniense foi substituído por cargos eletivos, sendo que “em 487-486 a.C. institui-se a tiragem à sorte dos arcontes segundo listas elaboradas pelos *demos*” (CARDOSO, 1985, p. 46). Assim, como em diversos outros cargos públicos, o sorteio era a forma eletiva mais eficaz proposta nesse período. Cargos como os 12 tribunais de justiça e a Heliéia, órgãos judiciários com funções próprias, esses eram sorteados periodicamente em um sistema rotativo, assim como os cargos executivos (os arcontes).

Assim sendo, todos os projetos de lei, requisitos, problemáticas existentes na Eclésia ou nos tribunais judiciários, questões administrativas, econômicas ou diplomáticas eram revisadas e aprovadas pela Bulé, instituição também criada por Sólon. Os 500 conselheiros que faziam parte da Bulé, eram cidadãos sorteados entre aqueles que se apresentassem como candidatos, necessariamente com, ao menos, trinta anos de idade. Assim sendo,

A partir de 395 a.C., os cidadãos que participavam da assembleia também passaram a ter direito a receber um pagamento por sua presença. A ideia era que cidadãos de menos posses, que trabalhavam para garantir seu sustento, pudessem assistir às reuniões e usufruir dos direitos políticos do mesmo modo que os mais abastados — o que era, sem dúvida, mais democrático (FUNARI, 2002, p. 29).

É observável na obra de Funari o papel atribuído pela mentalidade grega em relação à sorte e ao sorteio de seus cargos políticos. Mesmo cada função tendo deveras importância nas relações políticas, o fazer político e a mitologia estavam, nesse período, intimamente ligados. A própria sorte⁴ ou melhor, o destino, era uma deusa, *Tykhé* (FUNARI, 2002, p. 33).

3 Termo pouco conhecido anterior às reformas de Clístenes em Atenas, utilizando com mais afinco somente em meados do século V a.C., era a denominação de um regime afirmado, em tese, na soberania do *demos*, todos os cidadãos, em comparação com a reivindicação de poucos (FUNARI, 2002, p. 30).

4 A relação da sorte com o sistema político e social em Atenas era visível, também, no Ostracismo. Um método que Clístenes inventou para exilar por uma década indivíduos influentes que possivelmente, no futuro, pudessem ameaçar a estrutura política por meio de tiranias. O ostracismo era elaborado por uma votação simples entre os cidadãos da *pólis* (FUNARI, 2002, p. 30).

Contudo, mesmo o sistema político ateniense tendo uma elaboração refinada em comparação as demais *pólis* gregas, o fazer político e a viabilidade social dependiam profundamente da existência da escravidão por importação. Segundo o autor, “calcula-se que, em 431 a.C., havia 310 mil habitantes na Ática, região que compreendia tanto a parte urbana como rural da cidade de Atenas, 172 mil cidadãos com suas famílias, 28.500 estrangeiros com suas famílias e 110 mil escravos” (FUNARI, 2002, p. 29).

Além da escravidão e da servidão imposta aos estrangeiros, que não possuíam direitos políticos ou prestígio social, Atenas dependia diretamente das matérias-primas e tributos de aproximadamente 200 outras cidades-Estado gregas ao longo do mar Mediterrâneo, sendo esta parte da Liga de Delos, fundada em 476 a.C. Todo tesouro de tributação e saques da Liga foram transferidos para Atenas para a conservação de sua prosperidade política:

Desde 491 a.C., os gregos vinham sendo furiosamente atacados pelos persas até que, em 485 a.C., estes foram finalmente derrotados. A partir de então, Atenas, que havia liderado a vitória grega sobre os inimigos, tornou-se também a cidade mais importante e suntuosa da Grécia. Restaurou suas fortificações, ergueu construções admiráveis, tornou-se um império e evoluiu em direção à democracia (...) Entre 440 e 432 a.C., Péricles comandou a construção de diversos edifícios monumentais na cidade que se tornou o centro artístico, econômico e intelectual da Grécia (FUNARI, 2002, p. 27).

Tal como a própria natureza da democracia, uma dualidade entre liberdade para poucos, centrada nesses cidadãos, e a escravidão ou servidão em massa para aqueles não considerados atenienses de origem, o próprio termo [*demos*] era controverso em sua conotação, nesse período em que os direitos de exercer a política possuíam limitações estruturais, segundo Finley:

La ambigüedad de la palabra demos es muy significativa: por una parte, se refería al cuerpo de ciudadanos como un todo (...) por otra parte, se refería al pueblo común, a los muchos, los pobres (...) La palabra latina *populus* tenía también la doble connotación. Sin embargo, no se dudaba en el momento de usarla en un contexto dado: los escritores y oradores griegos y romanos pasaban libremente de un sentido a otro con fácil comprensión, y, cuando criticaban a la democracia, jugaban libremente con el vocablo *demos* o *populus* con no menos comprensión⁵ (FINLEY, 1986, p. 12 *apud* GALLEGO, 2018, p. 140).

5 “A ambigüidade da palavra *demos* é muito significativa: por um lado, referia-se ao corpo dos cidadãos como um todo [...] por outro, referia-se às pessoas comuns, aos muitos, aos pobres [...] A palavra latina *populus* também tinha uma dupla conotação. Contudo, não houve hesitação em utilizá-la num dado contexto: escritores e oradores gregos e romanos passaram livremente de um significado para o outro com fácil compreensão, e, quando criticaram a democracia, jogaram livremente com a palavra *demos* ou *populus* com não menos compreensão” (FINLEY, 1986, p.12 *apud* GALLEGO, 2018, p.140). Tradução nossa.

Nesse sentido, na perspectiva de Finley (1988) e Funari (2002), é evidente que a atribuição do termo democracia aos moldes políticos atenienses detém certa ambiguidade, sendo a fusão de realidades opostas: enquanto na *Astý* - espaço metropolitano de Atenas - eram debatidos a política e os pressupostos morais-filosóficos da liberdade jurídica e cívica, as regiões controladas pela preponderância ateniense, em contrapartida, foram subjugadas por meio de tributações, fornecimento de mão de obra ou suporte bélico. Em síntese, a democracia ateniense dependia de que – fora de Atenas – não existissem os pressupostos democráticos ou liberdades políticas (FINLEY, 1986, p. 12 *apud* GALLEGO, 2018, p. 140).

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CARDOSO, Ciro Flamarion S. Atenas e Esparta. In: CARDOSO, Ciro Flamarion S. **A Cidade-Estado Antiga**. São Paulo: Ática, 1985.

FINLEY, Moses **Democracia antiga e moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GALLEGO, Julián. Universidad de Buenos Aires CONICET/Programa PEFSCA. Democracia, estado, sujeto. Pensar la política en la Atenas clásica. In: **Miradas interdisciplinares sobre el Mundo Antiguo**. Universidad del Mar del Plata, 2018.

UNGER, Roberto Mangabeira. **Depois do Colonialismo Mental: Repensar e Reorganizar o Brasil**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

Filipe Sampaio Robles¹

Quando se trata de colonialismos na América Latina ou, mais especificamente, no Brasil, raramente nos confrontamos com o termo “colonialismo mental”, que dá título ao livro de Roberto Mangabeira Unger. Talvez disso resulte a especificidade da abordagem e temática de que trata o autor. Ou seja, para além das influências econômicas e geopolíticas que as potências globais inletem sobre nós e que o livro não pretende negar, há ainda o desafio de voltar a pensar o Brasil com ousadia, com projeto e, nas palavras de Unger, com “imaginação estrutural”.

Roberto Mangabeira Unger é filósofo, teórico social e do direito. É também professor da Harvard Law School e da Harvard Kennedy School, além de ter sido secretário de assuntos estratégicos nos governos Lula e Dilma. Entre os principais livros dos quais ele é autor estão: *The Critical Legal Studies Movement* (1983), *Illusions of Necessity in Economic Order* (1978), *O que a esquerda deve propor* (2008) e *The Knowledge Economy* (2018).

O professor Unger propõe no presente livro que adotemos uma visão estrutural do Brasil que tenha duas facetas: uma explicativa, que ilumine a história e a natureza das transformações estruturais; e outra normativa, que proponha maneiras alternativas de organizar a sociedade brasileira. No entanto, ele afirma que esse objetivo enfrenta o obstáculo da falta de imaginação estrutural nas ciências e na política do Atlântico norte, o que, pelo jugo do colonialismo mental, se reproduz no Brasil como uma verdadeira “ditadura de faltas de alternativas”. Para superar essa limitação, Unger propõe que olhemos para as experiências fragmentárias que possam ser justapostas na construção de um experimentalismo fragmentário e cumulativo.

O livro “Depois do Colonialismo Mental: Repensar e Reorganizar o Brasil” é dividido em sete partes. Na primeira parte, Unger introduz uma alternativa geral e progressista para o Brasil. Na segunda, trata das forças sociais capazes de sustentar esta alternativa, aquilo que ele chama de “os emergentes do Brasil”. Em seguida, ele trata da relação desta alternativa com a luta pelo poder em nosso país. Em quarto lugar, ele se dedica às estratégias de desenvolvimento econômico para o Brasil, o que é o primeiro elemento de sua alternativa progressista. Depois, ele articula os passos necessários para revolucionar a educação

¹ Graduado em História pela Universidade Federal Fluminense

brasileira, dando aos cidadãos uma educação que os capacite. Na sexta parte, o autor trata da grave tarefa de transformar a democracia brasileira, tornando-a um instrumento de aceleração da política e não de contenção das transformações sociais. E, enfim, na última parte, Unger mostra o seu vigor filosófico ao discorrer sobre as transformações de imaginário e experiência que precedem a construção de qualquer alternativa social.

Se o propósito deste livro é fazer desmoronar o “colonialismo mental”, isto é, a disposição de olhar para a experiência nacional com apenas os olhos das ideias dominantes nos países dominantes, faz-se necessário, como vemos no capítulo 1, também propor uma alternativa nacional. Essa proposta não deve ser, para Unger, uma defesa das idiossincrasias brasileiras, mas um experimento de engrandecimento, de construção de uma heresia universalizante para o mundo contemporâneo. Assim, o seu projeto de alternativa nacional tem três eixos fundantes: o desenvolvimento econômico do Brasil pela democratização do mercado no lado da produção, a promoção de uma educação que capacite e que rompa com o “decoreba” e a construção de uma democracia de alta energia, com a organização e empoderamento da sociedade civil.

No segundo capítulo, Unger discorre sobre a sustentação social de seu projeto. Nesse sentido, seu conceito de base social difere do clássico sujeito revolucionário pré-definido. Ao contrário, ele articula que a base social de um projeto de transformação, assim como aconteceu com Getúlio Vargas e o projeto nacional-desenvolvimentista, forma-se ao longo da transformação social. Desse modo, a primeira forma que autor enxerga essa base é a conciliação entre os interesses do capital e do trabalho, entendendo que os que sustentariam este projeto não poderiam ser apenas os formalizados, bem como o interesse do capital não poderia ser apenas a indústria nacional como foi feito no passado, mas deveria incluir uma multidão de pequenos e médios empreendedores. Além disso, uma outra maneira de olhar para esta base social seria aquilo que em seu livro chama de os “emergentes”: uma pequena burguesia empreendedora, mestiça, vinda de baixo e majoritariamente evangélica. Por fim, uma terceira concepção de base alternativa seria olhar para o Brasil profundo, para parte do país que está fora da elite metropolitana do Sudeste, para as outras regiões do Brasil e mesmo para as periferias metropolitanas.

Em seguida, em “Ideias e Sonhos”, reflete sobre a luta das ideias. Ele afirma que as profecias e os projetos de futuro devem também apontar para ações concretas no futuro adjacente e, portanto, palpável. Mais do que isso é preciso perceber que o colonialismo mental se expressa de três formas: (1) nas humanidades, pela tendência ao escapismo, ao

subjetivismo e à fuga de projetos de transformação; (2) na economia e no direito, pela inclinação à políticas humanizadoras e reparatórias no lugar de reformas estruturais; e (3) na antropologia e na sociologia, expresso pelo determinismo culturalista. Ultrapassar e lutar contra essas ideias permitirá aos brasileiros, de acordo com Unger, realizar seu maior desejo: a junção da pujança com a ternura, que rompa com a sentimentalização das trocas desiguais sem cair no desencantamento próprio das sociedades do Atlântico Norte.

No quarto capítulo, Unger se interessa pelo desenvolvimento econômico do Brasil. Partindo de uma reflexão sobre os EUA, ele indica uma reforma radical para o nosso país. Sugere que devemos ver o que os norte-americanos fizeram, não o que eles dizem que fazem. Por exemplo, no lugar do espontaneísmo do livre-mercado, na realidade, eles conjugaram a mobilização desenvolvimentista a partir da ação do Estado com a descentralização institucionalizada de oportunidades. Foi um movimento que veio de cima para baixo (do governo para sociedade) e de baixo para cima (da sociedade para as instituições). No caso do Brasil, o autor vislumbra que esse método pode dar luz a três inovações emancipatórias: o produtivismo incluyente, uma educação capacitadora e uma democracia de alta energia. O primeiro deles, tratado nesse mesmo capítulo, é um modelo de desenvolvimento econômico baseado na qualificação da produção e da oferta, com o aumento da produtividade e da construção de vantagens comparativas a partir das vantagens existentes. O Estado teria, assim, não um papel nulo como querem os liberais, tampouco um dirigismo que sufoque a livre iniciativa. Seu papel central seria o de estimular a cooperação, eficácia e a inovação, isto é, os traços característicos das economias de vanguarda.

Na quinta parte do livro, Unger trata de educação. Para ele, a educação capacitadora tem como objetivo pôr os brasileiros de pé. Em suas palavras, o objetivo último da educação é engrandecer a humanidade, é pô-la acima de suas circunstâncias. Essa educação deve se basear no abandono do paradigma do “enciclopedismo raso” e pela adoção de uma educação baseada na aquisição de habilidades sintéticas e analíticas que capacite os brasileiros para a inovação.

A sexta parte desta obra é dedicada ao aprofundamento da democracia, na medida em que Unger percebe um esfriamento do regime em todo mundo e entende que energizá-lo é a condição para mantê-lo vivo. Com efeito, uma democracia de alta energia consiste: (1) na elevação do grau de participação organizada dos cidadãos, o que o autor chama de elevação da “temperatura da política”; (2) em inovações que levem à aceleração da política e que anulem a dependência de “traumas” para transformações sociais (são exemplos o

financiamento público de campanha e a democratização dos meios de comunicação); e (3) na relação entre governo central e local, onde ao primeiro é dada a responsabilidade das ações decisivas e, ao mesmo tempo, é dado ao último certa liberdade de divergência e subversão que promovam um experimentalismo institucional. Essas mudanças permitiriam a aceleração da política, criariam uma renovada democracia, qual seja: o coletivo fazer e refazer de instituições.

Ao final do livro, ressalta que nenhuma alternativa merece fé se não puder ser traduzida em exemplos atuais, ainda que fragmentários e imperfeitos. Para um exemplo, o autor trata do refinanciamento do Estado e afirma que é mais importante se preocupar com quem se gasta os recursos do que de onde vem o dinheiro (como seria a alternativa ideal de tributação progressiva proposta pelas esquerdas). Ele nota que as sociais-democracias europeias foram capazes de construir sociedades mais igualitárias criando a ideia de direitos universais e assim conseguindo um apoio generalizado da população, em contraposição com as políticas sociais compensatórias realizadas no Brasil, que focavam setores específicos da população. Por fim, animado com um sonho de um Brasil universal, ele conclui que não é possível consertar os graves problemas do país sem que, com isso e ao mesmo tempo, contribuamos para a solução de problemas em várias partes do mundo. Isso nos dará oportunidades de projeção no concerto das nações, mas, para tanto, será necessário multiplicar depressa nossas oportunidades e capacitações, dando meios e instrumentos a nossa imensa vitalidade.

No mais, nesta obra visionária, Unger busca compreender o Brasil sem renunciar às suas aspirações transformadoras. Sendo um dos intelectuais mais respeitados no mundo desenvolvido, ele não só não se rendeu ao colonialismo mental, mas como superou paradigmas consolidados mundo afora, mas que pouco significavam para o contexto brasileiro. Roberto Mangabeira Unger, como colocou de maneira irreverente e lembrando de sua infância vivida nos Estados Unidos, “fala com sotaque, mas não pensa com sotaque”.

RABISCO

Haline Alves de Medeiros Mesquita¹

D'um menino pequeno sozinho
A primeira coisa esperada
Quando sabe pegar na caneta
Se aproveita da mãe ocupada
E dispõe de uma bela parede
É a parede da sala riscada

Mas ninguém é criança pra sempre
E a vida a todos aguarda
Se alguns escolheram o pincel
Tem outros que escolhem a farda
Mas dentro de cada um destes
Uma linda criança se guarda

Existem adultos frustrados
Que à doce criança renegam
São brutos, perversos, cruéis
Rancor e maldade carregam
Mantendo as paredes limpinhas
A um muro riscado se negam

Mas outros carregam a beleza
Da criança da alma intocada
Nas palmas das mãos trazem tinta
E no rosto uma face encantada
Com a grande parede adiante
Esperando pra ser rabiscada

¹ Graduanda em Ciências Sociais no Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense - ESR/UFF

Pois a arte é uma infância eterna
Expressão da existência sublime
Desta forma mais pura da vida
E que nunca devia ser crime
Porque torna a vida mais leve
E incomoda àquele que oprime

O artista traz dentro de si
Uma bela e preciosa jazida
De infinita ternura e beleza
De uma vida bem mais colorida
O rabisco é a certeza do muro
Como a morte é a certeza da vida